

# ARCTEL-CPLP

Associação de Reguladores de Comunicações e  
Telecomunicações da CPLP

## ANUÁRIO DAS COMUNICAÇÕES

2013

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>3</b>
<b>I - O SECTOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP .....</b>	<b>4</b>
1. ANGOLA.....	4
1.1. Mercado das Comunicações .....	4
1.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas.....	5
1.3. Principais Medidas Regulatórias em Angola - Instituto Angolano das Comunicações -INACOM 2013 ..	8
2. BRASIL.....	9
2.1. Mercado das Telecomunicações .....	9
2.2. Informação Estatística sobre o Sector das Telecomunicações .....	10
2.3. Principais Medidas Regulatórias no Brasil – Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL 2013	12
3. CABO VERDE .....	21
3.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas.....	21
3.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas.....	22
3.3. Mercado das Comunicações Postais .....	24
3.4. Principais Medidas Regulatórias em Cabo Verde – Agência Nacional das Comunicações – ANAC 2013 .....	25
3.4.1 DESTAQUES .....	25
3.4.2. PRINCIPAIS MEDIDAS REGULATÓRIAS .....	27
4. GUINÉ-BISSAU .....	29
4.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas.....	29
4.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas .....	30
4.3. Principais Medidas Regulatórias na Guiné-Bissau – Autoridade Reguladora Nacional – ARN 2013 ....	32
5. MOÇAMBIQUE.....	33
5.1. Mercado das Comunicações .....	33
5.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas.....	34
5.3. Principais Medidas Regulatórias em Moçambique – Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique - INCM 2013 .....	36
6. PORTUGAL .....	38
6.1. Mercado das Comunicações .....	38
6.2. Informação Estatística sobre o Sector.....	40
6.3. Análise global da atividade regulatória em Portugal - ICP-ANACOM 2013 .....	43
6.3.1. ASSESSORIA AO GOVERNO .....	43
6.3.2. REGULAÇÃO E SUPERVISÃO.....	44
6.3.3. OUTRAS ATIVIDADES .....	54
7. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE .....	56
7.1. Mercado das Comunicações .....	56
7.2. Informação Estatística sobre o Sector.....	57
7.3. Principais Medidas Regulatórias em São Tomé e Príncipe – Autoridade Geral de Regulação – AGER 2013 .....	59

8. TIMOR-LESTE .....	61
8.1. Mercado das Comunicações .....	61
8.2. Informação Estatística sobre o Sector.....	62
 <b>II. RADIOGRAFIA SETORIAL .....</b>	<b>64</b>
<i>Análise e comparação da evolução do Sector das Comunicações na CPLP em 2013.....</i>	<i>64</i>
 <b>III. ANEXOS .....</b>	<b>80</b>
ANEXO 1 (LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE).....	80
ANEXO 2 (FONTES UTILIZADAS NA RECOLHA DOS DADOS APRESENTADOS).....	94

## PREFÁCIO

Caros Membros,

Caros utilizadores,

O setor das comunicações tem-se demonstrado cada vez mais catalisador em termos setoriais, contribuindo em larga escala para o desenvolvimento e crescimento de outros setores de atividade, na mesma medida que se tem tornado mais exigente quer do ponto de vista das necessidades dos utilizadores quer da oferta dos prestadores de serviços.

A ARCTEL tem vindo a fazer um esforço considerável para corresponder a esta evolução, quer através as ações e trabalhos que leva a cabo no quadro das suas competências, quer ainda nas publicações que edita.

A presente edição do Anuário tenta espelhar esta tendência, incutindo mais rigor na análise e tratamento dos dados, na esperança que este documento se possa tornar num efetivo instrumento de trabalho para quem o utilizar.

Desde a primeira edição em 2010, muita coisa mudou no nosso setor assim como no seio da Associação onde assistimos a um aumento da atividade da ARCTEL, nomeadamente com o arranque de projetos em conjunto com a UIT e o Banco Africano de Desenvolvimento, mas também com a entrada de um novo membro observador (a Direção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações) e a perspetiva de entrada a curto prazo de um novo membro efetivo, o Regulador da Guiné Equatorial.

Acresce ainda o fato de a ARCTEL ter sido aceite como membro consultivo da CPLP, tornando-se assim na entidade de referência para o aconselhamento da CPLP em matérias relacionadas com o setor das Comunicações.

Estes fatos aumentam a nossa responsabilidade mas também aumentam a nossa confiança no trabalho que temos vindo a desenvolver.

A presente edição do Anuário das Comunicações tenta ser o espelho dessa responsabilidade, confiança e ambição.

# I - O SECTOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

## 1. ANGOLA

### 1.1. Mercado das Comunicações

Em Angola a entidade reguladora das comunicações é o Instituto Angolano das Comunicações, INACOM. Este organismo é responsável por assegurar a regulamentação e monitorização da atividade de prestação de serviços de telecomunicações.

Compete-lhe ainda a planificação, gestão, e fiscalização da utilização do espectro radioelétrico em todo o território nacional, bem como dos recursos de numeração.



O INACOM é um instituto público, adstrito ao Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação (MTTI), dotado de personalidade jurídica e com autonomia de gestão financeira, administrativa e patrimonial. Este Instituto foi criado em 1999 no âmbito da delimitação das funções e competências políticas, reguladoras e operacionais inerentes ao processo de liberalização do mercado assim como a sua supervisão. O presente estatuto resultou da necessidade de adequação do Decreto n.º 115/08 de 7 de Outubro <sup>(1)</sup> em função das disposições previstas no artigo 42.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13 de 25 de Junho <sup>(2)</sup> que estabelece as regras de criação, estruturação e funcionamento dos Institutos Públicos.

O Conselho de Administração, cujos mandatos têm uma duração de três anos renováveis, é composto por sete administradores, três administradores executivos (um deles também Presidente) e quatro membros não executivos.

A regulação do mercado das telecomunicações em Angola teve um novo impulso em 2011, decorrente da aprovação do Livro Branco das Tecnologias de Informação e Comunicação (Despacho Presidencial n.º 71/11 <sup>(3)</sup>), da Lei das Comunicações Eletrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação (Lei n.º 23/11 <sup>(4)</sup>), do Regulamento Geral das Comunicações Eletrónicas (Decreto Presidencial n.º 225/11 <sup>(5)</sup>), do Regulamento das Tecnologias e dos Serviços da Sociedade de Informação (Decreto Presidencial n.º 202/11 <sup>(6)</sup>) e da Lei da Proteção de Dados (Lei n.º 22/11 <sup>(7)</sup>). O papel do INACOM também foi reforçado como regulador do mercado das comunicações eletrónicas de acordo com a Lei n.º 23/11 <sup>(8)</sup>.

Enquanto entidade reguladora das comunicações em Angola o INACOM também intervém na área dos serviços postais, pretendendo assegurar a existência e

---

<sup>(1)</sup> Informação disponível em <http://www.inacom.gov.ao>

<sup>(2)</sup> Informação disponível em [http://www.scm.gov.ao/diploma\\_texto.php?diplomaID=116711](http://www.scm.gov.ao/diploma_texto.php?diplomaID=116711)

<sup>(3)</sup> Informação disponível em <http://www.inacom.gov.ao>

<sup>(4)</sup> Informação disponível em [http://academy.goldman.com.pt/document/LEGISLACAO\\_FISCAL/Da\\_Organizacao\\_Estado/Lei\\_23-2011-Lei\\_das\\_Comunicacoes\\_Electronicas.pdf](http://academy.goldman.com.pt/document/LEGISLACAO_FISCAL/Da_Organizacao_Estado/Lei_23-2011-Lei_das_Comunicacoes_Electronicas.pdf)

<sup>(5)</sup> Informação disponível em <http://www.inacom.gov.ao>

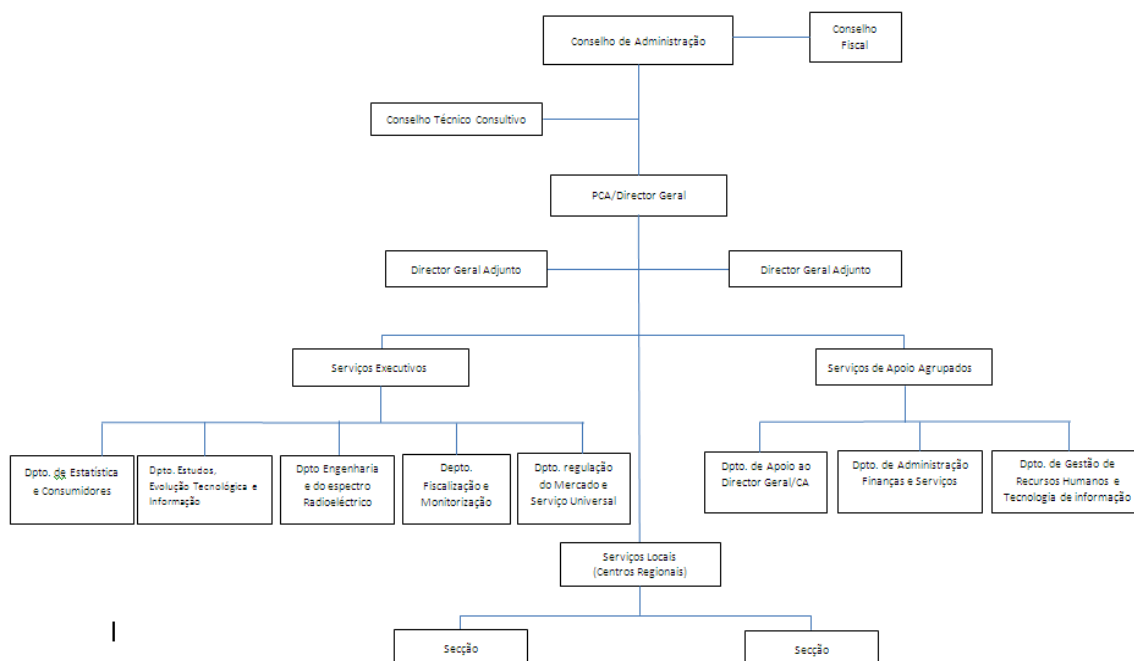
<sup>(6)</sup> Informação disponível em <http://www.inacom.gov.ao>

<sup>(7)</sup> Informação disponível em [http://www.mwe.com/info/pubs/law\\_22\\_11\\_data\\_privacy\\_law.pdf](http://www.mwe.com/info/pubs/law_22_11_data_privacy_law.pdf)

<sup>(8)</sup> Informação disponível em <http://www.inacom.gov.ao>

disponibilidade de uma oferta de serviço universal, integrada por um conjunto de serviços postais de carácter essencial prestados em todo o território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada. Angola dispõe em 2013 de 63 agências de correio e 32.166 Caixas Postais.

### Novo Organigrama



### 1.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas

Dados Socioeconómicos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Área geográfica	1.246.700 Km <sup>2</sup>		
População	n.d.	n.d.	19.183.590
Proveitos do Sector	n.d.	n.d.	n.d.
Investimento do Sector (€)	n.d.	n.d.	n.d.
Emprego direto do Sector	n.d.	n.d.	n.d.

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	5	5	5
Linhas Telefónicas	159.483	208.345	214.950
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	1	1	1
Serviço Telefónico Móvel	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	2	2	2
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	12.073.218	12.785.109	13.285.198
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago) - % da população	67	69	69
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do serviço Telefónico Móvel: Banda Larga	n.d.	n.d.	n.d.

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	30	30	34
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	n.d.	n.d.	75.360
Taxa de Penetração do Serviço de Internet Fixo (com fio) - % da população	n.d.	n.d.	0,39
Utilizadores de Internet - % da população	5,56	8,09	13,94
Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	3
Total de Assinaturas de Internet de Banda Larga Fixa <sup>(9)</sup>	25.000	42.344	47.704
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Fixa (com fio) - % da população	0,1	0,2	0,39

<sup>(9)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.BBND>

Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	n.d.	2	2
Total de Assinaturas de Banda Larga Móvel	290.000	311.500	2.248.169
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Móvel (% da população)	1,4	1,5	11,72

Televisão por Assinatura	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	3	3	3
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.





### 1.3. Principais Medidas Regulatórias em Angola - Instituto Angolano das Comunicações - INACOM 2013

O ano de 2013 foi marcado pelo dimensionamento das infraestruturas com o Governo de Angola a investir na cobertura em banda larga via fibra ótica e transmissão por satélite:

- a) Entrada em funcionamento do 2º cabo submarino (WACS), com capacidade de transmissão acima dos 5,2Tbits;
- b) Reconstrução da rede básica de telecomunicações, permitindo a interligação de municípios e capitais de províncias do país;



- c) Projeto do satélite angolano, ANGOSAT, aprovado sobre Resolução nº65/08.

O sector dispõe de mediatecas de proximidade, visando levar aos municípios mais remotos todo conhecimento e a maioria dos serviços das mediatecas tradicional. Já em 2012, no âmbito da inclusão digital e social, o Governo da República de Angola colocou em funcionamento, 5 Mediatecas Fixas, em Luanda, Benguela, Huambo, Lubango e Soyo, das 25 previstas.

Os projetos de inclusão social têm sido compaginados com a crença na Governação Eletrónica como alavanca para o desenvolvimento económico e social, através da modernização da Administração Pública, seja pelo aumento da sua eficiência, eficácia e transparência, seja pela centralização dos serviços prestados focados nas necessidades dos cidadão e das empresas – estando já disponíveis o Portal do Cidadão <sup>(10)</sup>, o Portal do Governo <sup>(11)</sup> e o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão <sup>(12)</sup>.

A longo prazo, o objetivo é a massificação das TIC visando a criação das Sociedades de Informação e de Conhecimento, através do desenvolvimento do capital humano, da expansão das redes e serviços às zonas rurais e, da afirmação da inclusão digital e social – mantendo a intenção da recuperação da rede e incremento dos serviços postais.

Ao nível da regulação do mercado, passando as perspetivas pela regulamentação da legislação em vigor, para 2014, realçam-se o Anteprojeto da Lei da Partilha de Infraestruturas, o Regulamento de Utilização do Espectro Radioelétrico e o Regulamento de Numeração.

---

<sup>(10)</sup> <http://www.cidadao.gov.ao/TodosServicos.aspx>

<sup>(11)</sup> <http://www.governo.gov.ao/Default.aspx>

<sup>(12)</sup> <http://www.siac.gv.ao/portalsiac/index.asp>

## 2. BRASIL

### 2.1. Mercado das Telecomunicações

No Brasil o sector das telecomunicações é regulado pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. Trata-se de órgão integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a um regime autárquico <sup>(13)</sup> especial e vinculada ao Ministério das Comunicações.



A agência é administrativamente independente e financeiramente autónoma. Esta agência, criada em 1997, tem como principais funções regular, outorgar e fiscalizar o sector das telecomunicações, procurando promover o desenvolvimento das infraestruturas de comunicações brasileiras, modernizando-as e adequando-as aos serviços que a sociedade atual exige <sup>(14)</sup>. A ANATEL tem sede em Brasília e representações em todas as Unidades da Federação através das quais realiza as atividades de fiscalização e mantém um contacto mais próximo com a sociedade e instituições locais.

A ANATEL tem como órgão máximo o Conselho Diretor, integrado por cinco membros, brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade, escolhidos pelo Presidente da República e nomeados após aprovação pelo Senado Federal. Os conselheiros têm mandato fixo de cinco anos e estabilidade, votam com independência, fundamentando seu voto. As decisões são tomadas sempre por maioria absoluta por meio de reuniões, sessões ou circuitos deliberativos (procedimento de coleta de votos sem a necessidade de reunião presencial).

O presidente do Conselho Diretor acumula a função de presidente executivo, cabendo-lhe a representação da Agência, para além do comando hierárquico sobre o pessoal e serviço, exercendo todas as competências administrativas correspondentes.

---

<sup>(13)</sup> O conceito de autarquia (auto comandar-se, no grego original, autossuficiente, em economia, ou poder sobre si mesmo, em filosofia) seguiu várias derivações semânticas em Direito Público, significando no Brasil uma entidade auxiliar da administração pública estatal, um dos tipos de entidades da administração indireta, correspondente ao instituto público da administração pública portuguesa; em Portugal o termo aplica-se a municípios e freguesias, semelhante ao uso que tem em Moçambique, forma de poder local, sendo que em Angola, sendo utilizado no mesmo âmbito, não o é de forma tão linear.

<sup>(14)</sup> Informação retirada do Website da ANATEL, Base Legal em:  
<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=800&codigoVisao=8&nomeVisao=Conhe%20a%20Anatel&nomeCanal=Sobre%20a%20Anatel&nomeItemCanal=Base%20Legal>

## 2.2. Informação Estatística sobre o Sector das Telecomunicações

Dados Socioeconómicos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Área geográfica	8.514.876 Km <sup>2</sup>		
População	195.549.315	196.526.000 (15)	198.685.628 (16)
Proveitos do Sector (€) (17) (20)	n.d.	41.626.605.641	41.225.809.488 (18)
Investimento do Sector (€) (19)	6.384.760.000	5.510.696.085	n.d.
Emprego direto do Sector (20)	470.214	441.010	n.d.

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	130	157	168
Linhas Telefónicas (assinaturas)	43.025.835	44.305.294	44.661.178
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população (21)	21,8	22,3	22,3
Serviço Telefónico Móvel	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	12	14	14
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	234.357.507	248.323.703	271.099.799
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago) - % da população (21)	119	125	135,3
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	198.168.285	210.877.855	211.582.767
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	41.114.405	65.951.728	103.107.569 (22)
Taxa de Penetração do serviço Telefónico Móvel: Banda Larga - % da população	n.d.	n.d.	51,5 (21)

(15) Fonte: [www.teleco.com.br](http://www.teleco.com.br)

(16) Projeção da População IBGE, Revisão 2008

(17) Proveitos diz respeito a Receita (*Revenue* – indicador i75 da UIT)

(18) Inclui STFC e telefonia móvel

(19) Valor da cotação em 10/09/2013 - 1€ = R\$ 3,02 ([www.bc.gov.br](http://www.bc.gov.br))

(20) O valor de 2011 foi atualizado segundo dados do *Long Questionnaire* da UIT (indicador i51)

(21) Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

(22) Soma das tecnologias: WCDMA, LTE e Terminais Exclusivos de Dados

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	22.898.288	22.350.379 <sup>(24)</sup>	27.180.086
Taxa de Penetração do Serviço de Internet Fixo (com fio) - % da população <sup>(25)</sup>	11,6	11,3	n.d.
Utilizadores de Internet - % da população	46	47	51 <sup>(26)</sup>
Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas <sup>(27)</sup>	3.038	3.612	4.009
Total Assinaturas de Internet de Banda Larga Fixa	16.884.127	18.186.476	20.190.871 <sup>(28)</sup>
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Fixa (com fio) - % da população <sup>(25)</sup>	8,6	9,2	10,1
Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	7	7	6
Total de Assinaturas de Banda Larga Móvel	42.391.157	51.170.000	103.107.569 <sup>(25)</sup>
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Móvel - % da população <sup>(25)</sup>	20,9	33,2	51,5

Televisão por Assinatura	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	155	171	210
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	5.758.689	6.341.272	6.891.816
Taxa de Penetração do Serviço de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	6.984.810	9.844.090	11.127.861 <sup>(23)</sup>
Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

<sup>(23)</sup> Tecnologia DTH

<sup>(24)</sup> Conforme *Long Questionnaire* ITU

<sup>(25)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

<sup>(26)</sup> Fonte: TIC Domicílios 2013

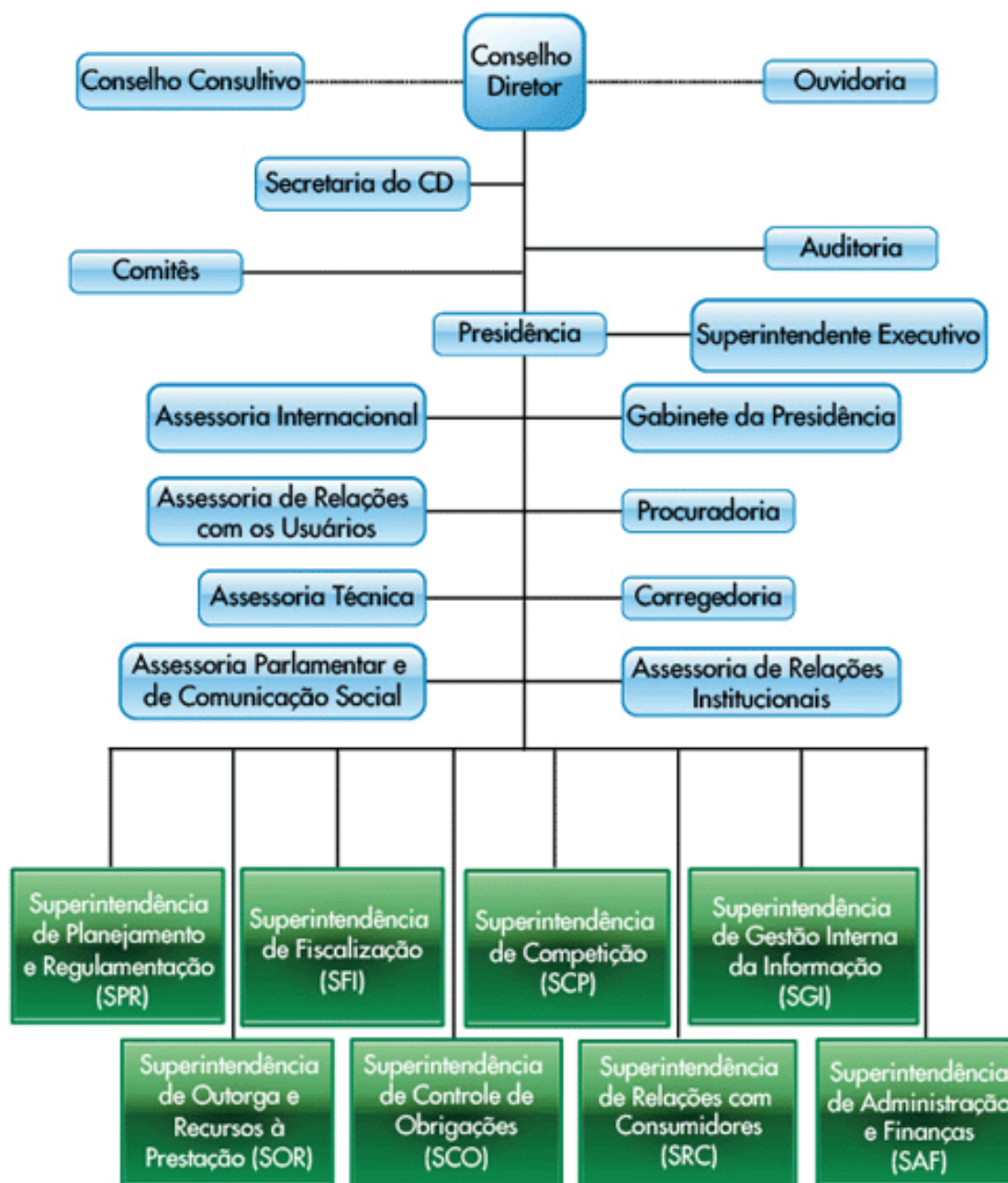
<sup>(27)</sup> Diz respeito às empresas outorgadas para o SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) que é serviço normalmente utilizado como suporte para o provimento de banda larga fixa no Brasil.

<sup>(28)</sup> Estimativa retirando acessos abaixo de 256kbps

## 2.3. Principais Medidas Regulatórias no Brasil – Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL 2013

### a. Reestruturação da Agência

Uma das perspectivas dominantes da ANATEL para 2013 era a sua reestruturação formalizada através da Resolução 612/2013 <sup>(29)</sup>. Assente nas premissas da convergência tecnológica, da divisão das competências da Agência por processos e não mais por serviços, da alocação das principais competências da Agência em superintendências diferentes para permitir a desconcentração do poder decisório, e, da criação de uma Superintendência para Consumidores; dos procedimentos adotados resultou também um novo Organograma:



<sup>(29)</sup> Informação ANATEL disponível em <http://legislacao.anatel.gov.br/resolucoes/2013/450-resolucao-612>

#### b. Definição da Agenda Regulatória

A Portaria 710/2013 <sup>(30)</sup> definiu as ações regulatórias a serem desenvolvidas entre 2013 e 2014, organizadas em 11 temas:

- Tema 1: Acompanhamento
- Tema 2: Ampliação de Acesso
- Tema 3: Certificação
- Tema 4: Competição
- Tema 5: Consumidor
- Tema 6: Modelo de Prestação
- Tema 7: Pesquisa e Desenvolvimento
- Tema 8: Planejamento
- Tema 9: Qualidade
- Tema 10: Recurso Escasso
- Tema 11: Tributário

#### c. Procedimento simplificado de Outorga

Visa permitir a outorga simultânea para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e/ou do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC). Redução do custo das outorgas de R\$ 27 mil (U\$ 11 mil/€ 8.850) para R\$ 9 mil (U\$ 3.750/€ 2.950) facilitando o ingresso de prestadores interessados em ofertas *triple play*. Para aqueles que optarem pela oferta exclusiva do SCM, o preço cai de R\$ 9 mil para R\$ 400,00 (U\$ 166/€ 131).

#### d. Nono Dígito

Em agosto de 2013, os celulares de DDD (discagem direta à distância) do Estado de São Paulo (12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19) ganharam o dígito 9 à esquerda dos números, que passaram a ter o formato: 9xx-xxx-xxx. Em outubro, todos os telefones celulares dos estados do Rio de Janeiro (DDD 21, 22 e 24) e do Espírito Santo (DDD 27 e 28) passaram a contar com o nono dígito, que será adotado em todo o País até o final de 2016, como detalhado no mapa a seguir. As combinações disponíveis em cada DDD passará de 37 milhões para 90 milhões. Em todo o País, serão mais de seis bilhões de combinações.



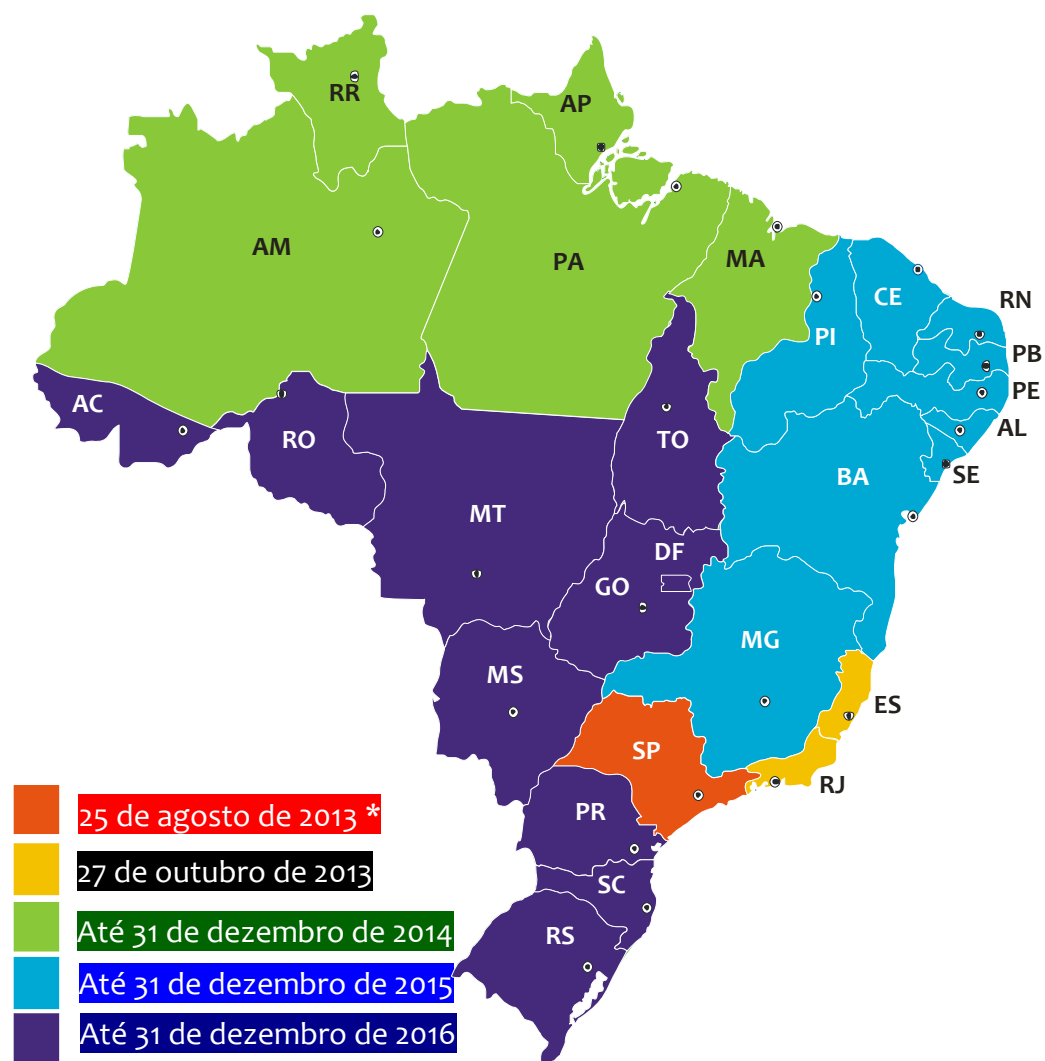
---

<sup>(30)</sup> Informação ANATEL disponível em:

<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=302754&assuntoPublicacao=null&caminhoRel=In cio-Biblioteca-Apresenta o&filtro=1&documentoPath=302754.pdf>



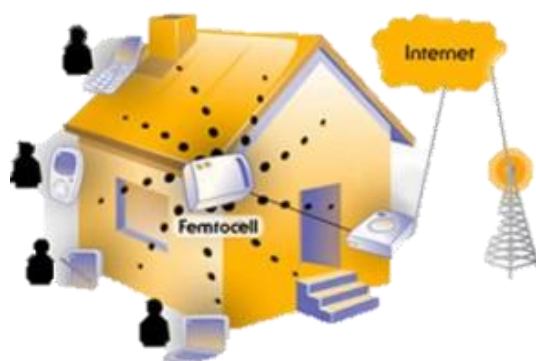
## CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO NONO DÍGITO



\* Exceto para a área de registro 11, onde o nono dígito foi adotado em julho de 2012

### e. Femtocélulas

A Anatel aprovou, por meio da Resolução 624/2013 <sup>(31)</sup>, o Regulamento para uso de Femtocélulas em redes do Serviço Móvel Pessoal (SMP), do Serviço Móvel Especializado (SME) e do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).



<sup>(31)</sup> Informação ANATEL disponível em <http://legislacao.anatel.gov.br/resolucoes/2013/634-resolucao-624>

Com cobertura máxima de 1 Watt e alcance de cerca de 100 metros, esses equipamentos devem ser homologados pela Anatel, mas são isentos de cobrança de taxas de licenciamento para instalação e, para funcionamento (Fistel). O regulamento não abrange as estações de pequeno porte com potência superior a essa.

#### f. Qualidade dos serviços de Telefonia e Internet

Com o objetivo de verificar a qualidade do serviço das operadoras que contam com mais de 50 mil assinantes, foram obtidos os primeiros resultados da medição da qualidade da banda larga fixa e móvel.

Para as medições da banda larga fixa, foram escolhidos, por sorteio, voluntários que se inscreveram por meio do sítio [www.brasilbandalarga.com.br](http://www.brasilbandalarga.com.br). e utilizados medidores (*whiteboxes*) instalados nos domicílios. Foram acompanhados seis indicadores:

- ✓ Velocidade instantânea – débito ascendente e débito descendente;
- ✓ Velocidade média - apurada durante o mês;
- ✓ Latência <sup>(32)</sup> – entre a casa do voluntário e o servidor de medições;
- ✓ *Jitter* <sup>(33)</sup> – instabilidade na recepção da informação;
- ✓ Perda de pacotes; e,
- ✓ Disponibilidade – período durante o mês em que o serviço ofertado pela prestadora esteve disponível para o usuário.

Na banda larga móvel, foram acompanhados dois indicadores (não houve necessidade de voluntários):

- ✓ Taxa de transmissão instantânea – velocidade de débito ascendente e de débito descendente; e
- ✓ Taxa de transmissão média – média das medições de velocidade instantânea apuradas durante o mês.

Os medidores que monitoram a qualidade do serviço são instalados em escolas atendidas pelo Projeto Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas. Até final de 2013, haviam sido instalados 4,9 mil medidores para a banda larga fixa e outros 3,4 mil para a banda larga móvel.

No final de 2013, eram realizadas, mensalmente, cerca de 10 milhões de medições de qualidade de banda larga fixa e móvel.

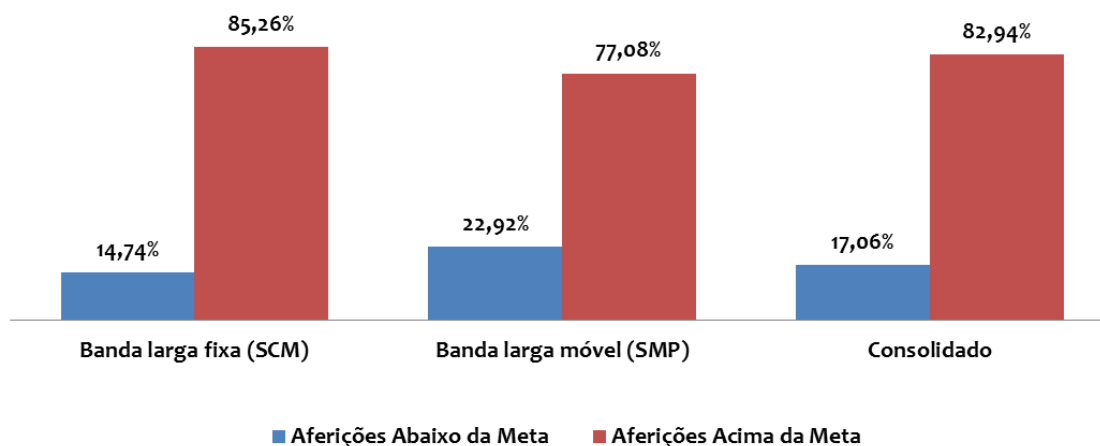
---

<sup>(32)</sup> Tempo de espera relacionado com a distância geográfica que um sinal percorre entre equipamentos de comunicações diversos; situando-se a latência ideal perto do zero, o termo pode ser utilizado com ligeiras diferenças consoante o contexto em que ocorre (transmissão/comutação, processamento ou armazenamento) e mesmo na fibra ótica, há limitações para além da velocidade da luz, decorrentes do índice refrativo do cabo e de repetidores e amplificadores situados no percurso considerado.

<sup>(33)</sup> Literalmente, agitação. Em eletricidade/eletrônica, variação (medição estatística) do atraso na entrega de pacotes sucessivos de dados. Uma variação de atraso elevada produz uma recepção não regular dos pacotes, efeito que pode ser minimizado pela utilização de *buffer*, ou armazenamento de dados de acordo com a ordem de envio e seu encaminhamento para entrega seguindo a mesma cadência.

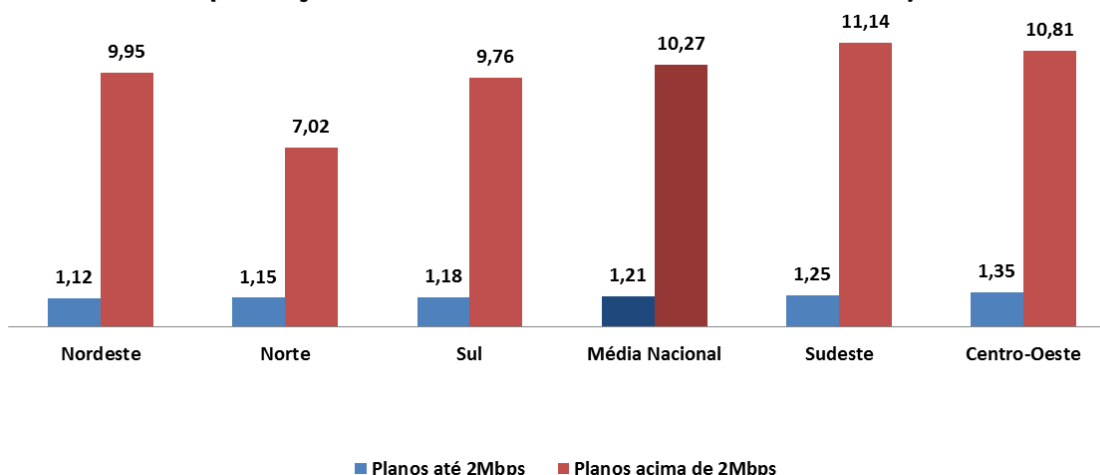


**Qualidade da banda larga**  
(medições realizadas no 2o semestre de 2013)



Com base nas aferições realizadas pelos medidores de qualidade da banda fixa instalados nos domicílios de voluntários em todo o Brasil, a Anatel avaliou, também, a velocidade média das conexões.

**Velocidade média das conexões**  
(medições realizadas no 2o semestre de 2013)



Em novembro de 2013, conforme previsto, entraram em vigor os novos limites mínimos de velocidade a serem observados pelas prestadoras.

TAXAS DE TRANSMISSÃO MÍNIMAS DA BANDA LARGA		
Prazo	Taxa de transmissão média (download e upload)	Taxa de transmissão instantânea (download e upload)
A partir de novembro de 2012	60% da taxa de transmissão máxima contratada	20% da taxa de transmissão máxima contratada
A partir de novembro de 2013	70% da taxa de transmissão máxima contratada	30% da taxa de transmissão máxima contratada
A partir de novembro de 2014	80% da taxa de transmissão máxima contratada	40% da taxa de transmissão máxima contratada

#### g. Sistema de Negociação das Ofertas de Atacado <sup>(34)</sup> (SNOA)

O Sistema funciona como uma **bolsa de valores virtual**, na qual são negociados insumos de telecomunicações, como torres, dutos, linhas dedicadas (EILD), interconexões, acesso local e *roaming* <sup>(35)</sup>.

Grupos econômicos detentores de PMS ofertam seus produtos de atacado no sistema e os interessados emitem ordens de compra de forma livre e isonômica, pela internet. Todas as negociações de atacado são centralizadas nessa plataforma, o que traz ganho de transparência nas relações comerciais de produtos de atacado do setor de telecomunicações.

A Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações (ABR Telecom) é a Entidade Supervisora de Ofertas de Atacado e das Bases de Dados de Atacado (ESOA) e da Cleartech Ltda como responsável pelo desenvolvimento do Sistema de Negociação das Ofertas de Atacado (SNOA).

De acordo com o Plano Geral de Metas de Competição, cada Grupo detentor de PMS deve manter uma Base de Dados de Atacado (BDA) a ser integrada ao Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (SNOA).

São registrados na Base de Dados todos os produtos de atacado nos mercados em que o Grupo for detentor de PMS. Essa obrigação permite acesso a informações sobre as operações de oferta e demanda por produto de atacado, bem como o gerenciamento comercial e logístico dos pedidos realizados por Grupos demandantes, além dos contratos firmados entre as partes.

Em setembro de 2013, foram homologadas ofertas de referência de *full unbundling*, *bitstream*, interligação, interconexão classe V, linhas dedicadas (EILD), *roaming*, interconexão móvel, *backhaul* e infraestruturas passivas (torres, dutos e valas).

Os Grupos detentores de PMS devem submeter para revisão suas ofertas de referência a cada seis meses. Com isso, a Anatel pode acompanhar permanentemente a competição e, se necessário, atuar na composição de conflitos entre agentes econômicos.

#### h. Modelo de custos

A Anatel pretende aprovar para 2014, a Norma para fixação dos valores máximos das tarifas de uso de rede fixa do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), dos valores de referência de uso de rede móvel do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), com base em Modelos de Custos.

A Norma é a consubstanciação da última fase (Fase VII) do projeto modelo de custo, objeto do contrato PROC-AB-CTR-88-11-BDT, firmado entre a Anatel, a UIT e a Advisia, assinado em 25 de agosto de 2011.

A Norma tem por objetivo estabelecer metodologia para fixação dos Valores Máximos das Tarifas de Uso de Rede Fixa do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e dos Valores de Referência de Uso de Rede Móvel do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) Padrão, com base em Modelos de Custos.

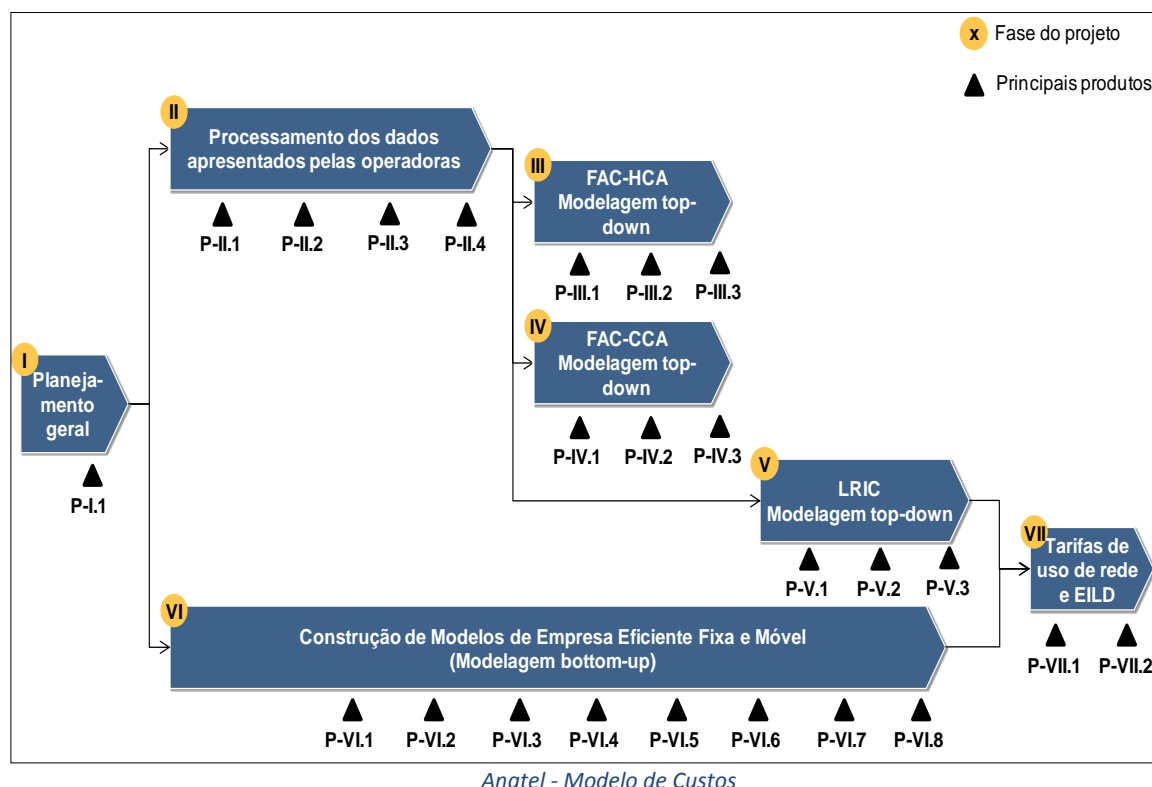
No escopo do projeto foram desenvolvidos os modelos *Top Down* (FAC-HCA, FAC-CCA e LRIC) e modelo *Bottom-Up* (modelo de empresa eficiente Fixo e Móvel).

---

<sup>(34)</sup> Atacado, literalmente por junto, em grandes quantidades; a venda por atacado (português brasileiro) corresponde à venda por grosso (português europeu), forma de comercialização de grandes quantidades de produtos que são mais baratos por serem destinados a um sistema de mercado, em que antes desses produtos estarem disponibilizados aos utentes/consumidores finais/utilizadores/usuários, está prevista a figura de intermediários, varejistas (português brasileiro) ou retalhistas (português europeu). O grossista também pode operar na distribuição, sendo usual poderem ser chamados distribuidores.

<sup>(35)</sup> Itinerância, termo empregue nas tecnologias sem-fio, designando conectividade entre redes e localizações geográficas.

A figura abaixo resume a sistemática de estabelecimento das principais fases do projeto de desenvolvimento de modelos de custos.



Os modelos *Top Down* partem das contas contábeis das empresas, alocando os custos de cada serviço através de direcionadores. Os modelos remontam os dados históricos das operadoras em três situações - alocações contábeis (FAC-HCA) sem ajustes, alocações contábeis com a atualização dos seus ativos (FAC-CCA) e alocações contábeis com atualização dos ativos e captura de ganhos entre serviços (FAC-LRIC). A modelagem de cada um dos modelos foi realizada para cada empresa, sendo abarcadas todas as Concessionárias do STFC e todas as Autorizadas do SMP (serviço móvel) com Poder de Mercado Significativo (PMS).

Os modelos *Bottom Up* foram construídos a partir de todas as obrigações regulatórias impostas às operadoras reais como as metas de universalização (modelo fixo), as obrigações de cobertura (modelo móvel) e as metas de qualidade (modelo fixo e móvel). O modelo *Bottom Up* de empresa eficiente fixa foi desenvolvido para as três Regiões do Plano Geral de Outorgas (PGO). O modelo de empresa móvel foi desenvolvido para as três Regiões do Plano Geral de Autorizações (PGA).

A metodologia aprovada permitirá aprovar Atos:

- a) Ato de fixação dos valores máximos das tarifas de uso de rede fixa do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC);
- b) Ato de fixação dos valores de referência de uso de rede móvel do Serviço Móvel Pessoal (SMP);
- c) Ato de fixação dos valores de referência de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD).

A aprovação dos atos será estribada numa Análise de Impacto Regulatório (AIR) elaborado pela Consultoria contratada em conjunto com a Gerência de Acompanhamento Econômico da Prestação da Superintendência de Competição da Anatel.

#### i. Gestão do Espectro - Mosaico

Entrou em funcionamento o sistema informatizado para suporte às atividades de fiscalização, licenciamento e engenharia do espectro constituído por:

- ✓ Ferramentas para cálculo de interferência e cobertura;
- ✓ Funcionalidades administrativas para processos de adestramento, licenciamento de estações e estudos técnicos;
- ✓ Banco de dados dedicado;
- ✓ Coleta de dados de instrumentos de medição para apresentação gráfica sobre mapas digitais;
- ✓ Interface web voltada para usuários internos e externos realizarem cadastro de informações técnicas e administrativas;
- ✓ Funcionalidade de consulta a informações sobre cobertura disponibilizadas em mapas temáticos; e,
- ✓ Ferramentas para cálculo de viabilidade técnica de instalação de estações de telecomunicações e radiodifusão.

#### j. Uso da faixa de 698 MHz a 806 MHz

A Anatel deve licitar a faixa de 700 MHz em 30 de setembro de 2014. O leilão segue diretrizes estabelecidas pelo Regulamento contra interferências e o replanejamento de canais de radiodifusão.

A nova destinação da faixa entrará em vigor após a publicação do edital de licitação, que está condicionada a dois fatores:

- Publicação de Regulamento contra interferências indesejáveis; e
- Conclusão do replanejamento de canais de radiodifusão

O regulamento explicita os princípios que nortearão o processo de redistribuição e realocação dos canais atualmente ocupados, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços e:

- ✓ a não interferência nos serviços que hoje se utilizam da faixa;
- ✓ a preservação das áreas de cobertura dos serviços atuais;
- ✓ a cobertura dos custos de redistribuição dos canais de radiodifusão pelos interessados no uso das radiofrequências para a prestação dos serviços de telecomunicações; e,
- ✓ Funcionamento do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV (GIREN) e da entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV (EAD).

#### k. Termos de Ajustamento de Conduta

Elaborado **Regulamento de Celebração e Acompanhamento de TAC**, para disciplinar os critérios e os procedimentos para a celebração e o acompanhamento de TACs entre a Anatel e os agentes sujeitos à sua regulamentação.

Tem por finalidade corrigir a conduta irregular e promover a reparação dos consumidores afetados. Os TACs também estabelecem medidas que previnam futuras infrações, determinando investimentos adicionais para a melhoria do serviço, em especial de sua qualidade, e a concessão de benefícios diretos aos usuários.

## I. Atendimento ao Consumidor

Foram 7,6 milhões de atendimentos - crescimento de 20,7% frente a 2012. Houve crescimento significativo dos atendimentos por internet, que passaram de 390 mil para 541 mil – aumento de 38,9%.

ATENDIMENTOS REALIZADOS					
Tipo	2012		2013		Variação 2012 – 2013
Atendimentos Telefônicos	5.941.984	93,55%	7.099.418	92,54%	19,48%
Atendimentos via Internet	389.275	6,13%	540.552	7,05%	38,86%
Outros	20.558	0,32%	31.419	0,41%	52,83%
Total	6.351.817		7.671.389		20,77%

RECLAMAÇÕES POR SERVIÇO					
Serviço	2012		2013		Variação 2012 – 2013
SMP	1.139.493	47,99%	1.360.158	43,69%	19,37%
SMP Pós-pago	858.011	36,13%	969.241	31,13%	12,96%
SMP Pré-pago	281.482	11,85%	390.917	12,56%	38,88%
STFC	700.255	29,49%	988.848	31,76%	41,21%
SCM	299.589	12,62%	445.866	14,32%	48,83%
SEAC	182.788	7,70%	268.188	8,61%	46,72%
Outros	52.379	2,21%	50.094	1,61%	-4,36%
Total	2.374.504	100,00%	3.113.154	100,00%	31,11%

### 3. CABO VERDE

#### 3.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas

Em Cabo Verde o regulador das comunicações é a Agência Nacional das Comunicações - ANAC, criada a 19 de junho de 2006. A ANAC é uma entidade com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como funções a regulação técnica e económica, supervisão e regulamentação do sector das comunicações eletrónicas e postais.



A agência, com sede na cidade da Praia, para além das atribuições típicas de regulação do sector, tem nas suas competências a gestão e controlo do espectro radioelétrico, Gestão do Domínio de Topo “.CV” e é ainda a autoridade de credenciação de entidades certificadoras de assinaturas digitais.

Os órgãos da ANAC são:

- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal ou Fiscal Único
- Conselho Consultivo

O Conselho de Administração é o órgão colegial responsável pela definição e implementação da atividade reguladora da ANAC, bem como pela direção dos respetivos serviços. Os membros do Conselho de Administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros sob proposta do membro do Governo responsável pelas áreas das Comunicações, por um período de cinco anos renovável uma única vez, estando sujeitos a um regime de incompatibilidades específico.

O mercado das comunicações eletrónicas em Cabo Verde está constituído por um leque de operadores que desenvolvem as suas atividades prestando serviços diversos, nomeadamente, telefonia fixa, telefonia móvel, serviços multimédia, internet banda larga com base nas tecnologias ADSL e 3G e WI-FI.

Este sector de atividades em Cabo Verde tem sido atrativo, em termos de oferta e da procura, facto que se evidencia no volume crescente das receitas geradas pelos operadores ao longo dos últimos 3 anos, em 5% e 2% nos anos 2012 e 2013, respetivamente.

Em termos de quota de mercado, em função da receita, o mercado de telefonia móvel representou, em 2013, aproximadamente 56% do total das receitas do sector, enquanto os mercados de Telefonia fixa e Multimédia ficaram com 32% e 12%, respetivamente.

O mercado de telefonia móvel vem dando sinais de crescimento gradual da concorrência, entre os dois operadores que nela atuam. Esta evidencia se verifica na posição atual que ora ocupa o operador alternativo em termos de quota do mercado em função da receita que passou de 25% em 2011 para 28% em 2012, finalizando o ano de 2013 em 29%.

O desenvolvimento da rede das comunicações eletrónicas no país passa essencialmente pela exploração das infraestruturas existentes, de forma eficiente e eficaz. Atendendo a este propósito, a ANAC entendeu rever os preços dos serviços de circuitos alugados <sup>(41)</sup>, medida essa considerada fundamental e que veio a permitir um maior fluxo de dados a débitos superiores a preços mais acessíveis. É caso de mencionar que se antes de 2006 o

preço de um circuito de 2Mbps ultrapassava 1.4 milhões de escudos, hoje em 2014, o mesmo circuito custa 81 mil escudos.

De igual modo, em 2013, a ANAC adotou outras medidas relevantes que definiram o marco regulatório nesse período de atividade:

- ✓ Por deliberação N°02/CA/2013 de 21 de fevereiro de 2013, ANAC impôs à CV Telecom que apresentasse a Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA), para o mercado grossista e retalhista;
- ✓ Em abril de 2013, a ANAC emite a instrução sobre a Prestação de Informação sobre o Sistema de Contabilidade Analítica da CV Telecom;
- ✓ Em maio de 2013, a ANAC submeteu a Consulta Pública, a Proposta de Regulamento de Procedimento de Cobrança e Entrega aos Municípios da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);
- ✓ Por Deliberação N° 13/CA/2013 de 17 de outubro de 2013 <sup>(36)</sup>, a ANAC aprova o Relatório da Consulta Pública sobre a proposta de Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA) da CV Telecom;
- ✓ Em outubro de 2013, ANAC delibera sobre a aprovação da Oferta de Referência do Acesso ao Lacete Local ORALL, e o correspondente tarifário;
- ✓ A ANAC apresentou uma proposta tarifário do serviço de radiocomunicações que veio a ser aprovado pelo Governo de Cabo Verde em novembro de 2013, pela Portaria n°45/2013 <sup>(37)</sup>, tarifário esse que se traduz numa redução salientada das taxas aplicáveis ao serviço móvel terrestre, redes públicas, serviço de radiodifusão e outros.

No tocante aos indicadores do sector em 2013, com exceção do serviço de telefonia fixa, evidencia-se crescimento em todos os serviços, em número de assinantes face ao ano anterior, com destaque para o serviço de telefonia móvel que aproxima aos 500 mil. O destaque em termos de evolução das comunicações eletrónicas vai para o serviço móvel que, em 2013, atingiu, em termos do número de assinantes 97% da população de Cabo Verde. De igual modo se destacou o acesso à internet móvel ao manifestar um crescimento de 87% face ao ano anterior.

### 3.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas

Dados Socioeconómicos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Área geográfica	4.033km <sup>2</sup>		
População <sup>(38)</sup>	490.556	494.401	498.897
Proveitos do Sector (€)	114.158.746	111.887.309	115.528.953
Investimento do Sector (€)	36.950.410	26.750.617	8.831.380
Emprego direto do Sector	640	707	666

<sup>(36)</sup> Informação ANAC disponível em <http://www.anac.cv/images/deliberacao13orcacvt17out.pdf>

<sup>(37)</sup> Informação disponível em <http://pt.slideshare.net/Mineducacao/bo-06-09201346>

<sup>(38)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://search.worldbank.org/data?qterm=population&language=EN>



Serviço Telefónico Fixo	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	2	2	2
Linhas Telefónicas <sup>(39)</sup>	74.503	70.220	66.177
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população <sup>(40)</sup>	15,2	14,2	13,3
Serviço Telefónico Móvel	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	2	2	2
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	396.429	425.310	500.382
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago) - % da população	80,8	86	96,95
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	392.653	415.713	481.741
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel: pré-pago - % da população	n.d.	n.d.	93,51
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	Todos os assinantes estão aptos	Todos os assinantes estão aptos	Todos os assinantes estão aptos
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel: Banda Larga - % da população <sup>(41)</sup>	3,1	23	42,6
Serviço de Acesso à Internet	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	6	6	6
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	20.401	19.429	18.376
Taxa de Penetração do Serviço de Internet Fixo (com fio) - % da população	4,3	4	3,57
Utilizadores de Internet - % da população <sup>(41)</sup>	32	34,74	37,5

<sup>(39)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=world-development-indicators>

<sup>(40)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

<sup>(41)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>



Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	1	1	1
Total de Assinaturas de Internet de Banda Larga Fixa	20.501	19.103	18.147
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Fixa (com fio) - % da população <sup>(42)</sup>	4,3	4	4,3
Acessos de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	2	2	2
Total de Assinaturas de Banda Larga Móvel	15.000	113.878	185.600
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população	3,1	23	36,03

Televisão por Assinatura	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	2	2	2
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	9.208	9.365	16.608
Taxa de Penetração do Serviço de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

### 3.3. Mercado das Comunicações Postais

Ao abrigo do quadro legal em vigor, e enquanto autoridade reguladora das comunicações, compete à ANAC a regulação, supervisão e representação do sector postal. Incumbe também a ANAC, por força dos seus Estatutos, proceder à divulgação do quadro regulamentar em vigor e das suas competências e iniciativas, bem como dos direitos e obrigações dos operadores e dos consumidores do serviço postal.

A Lei n.º 2/VII/2006 de 28 de agosto <sup>(43)</sup> define as bases gerais a que obedece o estabelecimento, a gestão e a exploração de serviços postais no território nacional, bem como os serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.

<sup>(42)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

<sup>(43)</sup> Informação disponível em [https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por\\_global.open\\_file?p\\_doc\\_id=290](https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=290)

A mesma lei determina que o Serviço Postal Universal compreende um serviço postal de envios de correspondência, livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 Kg de peso e de encomendas postais até 20 Kg de peso, bem como um serviço de envios registados e de um serviço de envios com valor declarado.

O Decreto-Lei n.º 55/2006 de 27 de novembro <sup>(44)</sup> aprova as bases da concessão do Serviço postal universal a celebrar com os Correios de Cabo Verde, SARL, e define os serviços reservados como sendo aqueles prestados em regime de exclusividade pelo prestador do serviço universal. O mesmo decreto-lei prevê a definição de um calendário de liberalização dos serviços reservados até 2015.

Em 2009 foram licenciadas duas operadoras privadas de prestação de serviços postais não reservados, que estão ligadas a conhecidas redes mundiais de serviços postais.

Em 2011 foi assinado o convénio de qualidade entre a ANAC e os correios de Cabo Verde, onde estão previstos relatórios com os Indicadores de Qualidade de Serviço – IQS, permitindo dessa forma a monitorização dos parâmetros e níveis mínimos de qualidade de serviço associados à prestação do serviço postal universal concessionária, abrangendo tanto os serviços postais reservados e serviços postais não reservados que integram o serviço universal.

Para que o serviço universal seja prestado de forma transparente, a ANAC definiu um modelo de custeio para os Correios de Cabo Verde de modo a que o prestador disponha de um sistema de contabilidade analítica que permita a determinação das receitas e dos custos, diretos e indiretos, de cada um dos serviços reservados e de cada um dos serviços não reservados e, adicionalmente, permitindo a separação entre os custos associados às diversas operações básicas integrantes dos serviços postais, tais como aceitação, tratamento, transporte e distribuição.

Atualmente no mercado operam três empresas licenciadas, sendo que os operadores privados prestam apenas os serviços não reservados.

O sector postal em Cabo Verde precisa de uma dinamização que deverá passar por um processo de adaptação a um novo conceito de preconização de novos negócios, indo de encontro aos objetivos estratégicos saídos do XX congresso da UPU que decorreu no Qatar em Dezembro de 2012.

Os operadores neste momento deparam-se com problemas estruturais, sejam as dificuldades de transporte dentro e entre ilhas, a própria deficiência na implementação de código postal ou ainda problemas de toponímia, todos fatores que condicionam o cabal desenvolvimento do sector postal.

### **3.4. Principais Medidas Regulatórias em Cabo Verde – Agência Nacional das Comunicações – ANAC 2013**

#### **3.4.1 DESTAQUES**

A vasta gama de atividades que constam das atribuições da ANAC, apresenta-se como um grande desafio para esta instituição que tem-se desdobrado em esforços para cumprir as suas missões e contribuir para o desenvolvimento da Sociedade de Informação em Cabo Verde.

O ano de 2013 foi bastante satisfatório no que se concerne a avanços conseguidos nos grandes projetos que a ANAC tem vindo a conduzir, com destaque para:

- Processo de Transição Para a TDT;

---

<sup>(44)</sup> Informação ARCTEL disponível em <http://www.arctel-cplp.org/app/uploads/membros/176794092251dd7d1ea0a2c.pdf>

- Entrada em Funcionamento da ECR-CV;
- Liberalização do domínio “.CV”;
- Sistema Integrado de Gestão do Espectro Radioelétrico;
- Alargamento do âmbito do Serviço Universal.
- Lançamento da Página do consumidor;
- Aprovação do Regime ITED/ITUR.

#### a. Processo de Transição Para a TDT

Em 2013 foi dado um grande passo rumo a transição para a Televisão Digital Terrestre com a conclusão e aprovação da estratégia que permitiu que se desse início ao processo de operacionalização.

Além da opção tecnológica, foi definido o modelo de negócio e o plano de comunicação, três dos fatores mais críticos para o sucesso.

O modelo adotado prevê a criação de uma empresa única de transporte e difusão que será investimento do Estado através da ANAC e que posteriormente será objeto de concessão. Encontra-se em andamento a elaboração do pacote legislativo e os concursos públicos fornecimento e instalação de toda a infraestrutura, bem como para a implementação do plano comunicacional.

Os trabalhos estão a ser conduzidos por uma comissão multidisciplinar coordenada pela ANAC.

#### b. Entrada em Funcionamento da ECR-CV

A operacionalização da Infraestrutura de chaves públicas de Cabo Verde foi completada em 2013 com a entrada em funcionamento da sua entidade raiz: a ECR-CV.

Foi motivo de regozijo para a ANAC ter dado um passo extremamente importante rumo ao desenvolvimento das TIC em Cabo Verde, uma vez que esta infraestrutura permitirá dar segurança as tramitações eletrónicas dentro de uma cadeia de confiança a nível nacional.

A ECR-CV é a entidade de certificação raiz que emite certificados para entidades certificadoras de assinaturas eletrónicas para o utilizador final.

#### c. Liberalização do domínio “.CV”

O processo de liberalização do registo de domínio sob o “.CV” foi iniciado em 2013 tendo a lei sido aprovada no início de 2014.

Este é um passo significativo, que em conjunto com outras medidas irá permitir que o “.CV” seja um domínio de referência internacional pela sua especificidade.

Paralelamente foi assinada a zona “.CV” do DNSSec que permitirá transmitir confiança na segurança dos domínios.

Os trabalhos de liberalização prosseguem com a regulamentação da lei que além de criar normas de registo de domínio prevê a necessidade de arbitragens em possíveis conflitos de nomes.

#### d. Sistema Integrado de Gestão do Espectro Radioelétrico - Siger

O Siger é um projeto ambicioso que pretende dotar Cabo Verde do mais moderno que existe em matéria de gestão e monitorização do espectro radioelétrico permitindo envio de informações em tempo real 24 horas por dia.

Em 2013 o projeto entrou na fase final com a aquisição da estação móvel e com o início das obras das estações remotas das ilhas de São Vicente e do Sal. Até meados de 2014 o projeto estará concluído, dotando a ANAC e o país de um conjunto de equipamentos e ferramentas de integração para um gestão mais eficiente do espectro radioelétrico.

São investimentos significativos que são justificados pelo facto de o espectro radioelétrico ser um bem público de elevada importância estratégica, e crucial para o desenvolvimento das comunicações eletrónicas.

#### e. Alargamento do âmbito de Serviço Universal

O processo de modernização da prestação do serviço universal das comunicações eletrónicas teve um significativo avanço que culminou com a aprovação da autorização legislativa para alterar âmbito de serviço universal passando a integrar o serviço de banda larga.

Paralelamente estão em curso os trabalhos para a criação do Fundo de serviço universal e desenvolvimento da sociedade informação que permitirá financiar todo o processo.

Este é um passo de elevada importância no sentido de fazer chegar o acesso à Banda Larga a cada cidadão independentemente da sua condição social ou localização geográfica.

#### f. Lançamento do Portal do consumidor

A ANAC atribui elevada importância à questão da proteção do consumidor de comunicações eletrónicas e postais. Como tal, entende que a comunicação é fundamental para passar informações de interesse para o cidadão, e esclarece-lo sobre as condições de acesso aos serviços de modo a promover a transparência na sua relação com os prestadores.

Foi neste contexto que a ANAC lançou em 2013 o Portal do Consumidor. Trata-se de um portal interativo em que o consumidor encontra um grande variedade de informações e legislação sobre os serviços prestados.

Além do conteúdo pedagógico no sentido de educar o consumidor sobre os seus deveres e direitos, o portal permite ao utente fazer reclamações direcionadas ao tipo de serviço e aos operadores que os prestam e fazer o devido tratamento estatístico.

#### g. Destaques do Sector Postal

O sector postal passa por transformações em Cabo Verde de modo a permitir a sua modernização e adequação aos novos tempos que são dominados pelas TIC.

Com a aprovação do modelo de contabilidade analítica para a concessionária de serviços e prestadora de serviço postal universal, é necessário algum tempo de adaptação para que a empresa possa adoptá-lo, pelo que tem-se vindo a trabalhar nesse sentido.

Tem-se vindo a desenvolver trabalhos que permitem a definição de novos modelos de negócio para o sector postal de forma permitir-lhes um melhor posicionamento para tirar proveito do comércio eletrónico.

Encontra-se em curso um trabalho de modernização do código postal em conjunto com outras entidades integrado num trabalho de toponímia que é fulcral para a prestação de serviços postais.

### 3.4.2. PRINCIPAIS MEDIDAS REGULATÓRIAS

O papel como regulador das comunicações eletrónicas e postais tem-se revelado um desafio complexo para a ANAC, tendo em conta as características específicas do mercado. A distribuição dos poderes de mercado significativo nos diferentes mercados relevantes indica que existe um trabalho importante a ser feito no sentido de promover a concorrência. Foi neste sentido que ao longo de 2013 a ANAC deu continuidade a um conjunto de trabalhos no sentido de introdução de mecanismos de regulação e que a seguir se descreve de forma sucinta:

#### a. Entrada em vigor da Portabilidade Numérica

A entrada em vigor da portabilidade numérica é o grande destaque das medidas regulatórias de 2013. Foi o culminar de um processo longo de trabalhos nos quais todos os operadores foram envolvidos através da Comissão de implementação.

Após um início atribulado, os processos foram entrando no eixo e pode-se considerar que é um sucesso na medida em que tem vindo a ser utilizado pelos utentes quando pretendam mudar de prestador mantendo o seu número quer nas comunicações móveis ou fixas.

A portabilidade tem a potencialidade de fomentar a concorrência e motivar os prestadores a apostar na qualidade do seu serviço, o que se traduz em claros ganhos para o consumidor final.

#### b. Regulamentação do Acesso às Estações de Cabos Submarinos Internacionais

As comunicações internacionais têm sido consideradas como um dos entraves ao desenvolvimento das comunicações em Cabo Verde, não propriamente pela ausência de infraestruturas mas sim pela dificuldade de acesso às mesmas.

Neste sentido foi dado um grande passo com a introdução de regulamentação específica que permite a outros operadores terem acesso às estações de amarração dos cabos submarinos internacionais.

O novo regulamento possibilita o acesso às comunicações internacionais quer através da disponibilização do *backhaul* ou da coinstalação física ou virtual nas estações.

#### c. Desagregação do Lacete Local.

A desagregação do lacete local é uma medida regulatória que tem como objetivo permitir o acesso de novos operadores ao par de cobre que liga às instalações dos clientes.

A fim de promover a transparência na prestação do serviço foi aprovada a Oferta de desagregação do lacete local, permitindo que todos os operadores que entenderem podem ter acesso em condições de igualdade e a preços regulados.

#### d. Oferta de Referência de Circuitos Alugados

O serviço de circuitos alugados é fundamental para o desenvolvimento das comunicações eletrónicas.

Com vista a estabelecer equilíbrio comercial e transparência na aquisição de circuitos alugados, foi aprovada a respetiva Oferta de Referência na componente técnica.

O trabalho de definição dos preços encontra-se em fase final, devendo entrar em vigor nos primeiros meses de 2014.

#### e. Aprovação do Regime ITED/ITUR

Após um longo período de discussão e trabalhos, o regime ITED/ITUR foi aprovado na Assembleia Nacional. Trata-se de uma grande mais-valia porquanto permitirá regular a qualidade das infraestruturas de comunicações que são instaladas nos edifícios e nas urbanizações públicas e privadas.

Decorrem agora os trabalhos de regulamentação da lei que inclui a elaboração dos manuais.

## 4. GUINÉ-BISSAU

### 4.1. Mercado das Comunicações Eletrónicas

A Lei n.º 5/2010 - Lei de Base das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), de 27 de Maio de 2010, publicado no 3.º Suplemento ao Boletim Oficial n.º 21, extinguiu o Instituto das Comunicações da Guiné-Bissau (ICGB), criado em 1999, e estabeleceu a Autoridade Reguladora Nacional das TIC (ARN) <sup>(45)</sup>.



A ARN sucedeu ao ICGB na sua personalidade jurídica, mantendo todos os direitos e obrigações legais ou contratuais, que integram a respetiva esfera jurídica.

A ARN está dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira, com património próprio, exercendo a sua ação sob tutela do membro do Governo responsável pelo Sector da tecnologia de informação e comunicação.

A gestão financeira e patrimonial da ARN rege-se pelo disposto na Lei acima referida e subsidiariamente, pelo regime jurídico aplicável a empresas públicas.

O objeto deste regulador é o apoio ao Governo na coordenação, tutela e planeamento do sector da tecnologia da informação e comunicação, bem como na regulação, supervisão, fiscalização e representação técnica do sector.

São órgãos da ARN:

- i. O Conselho de Administração;
- ii. O Revisor de Contas;
- iii. O Conselho Técnico;
- iv. O Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração é constituído por três Membros (um Presidente e dois vogais), sendo um órgão colegial responsável pela definição e implementação da atividade reguladora da ARN, bem como pela direção dos respetivos serviços.

---

<sup>(45)</sup> Informação ARCTEL disponível em <http://www.arctel-cplp.org/app/uploads/membros/93053501951f142d858b92.pdf>

## 4.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas

Dados Socioeconómicos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Área geográfica	36.125 Km <sup>2</sup>		
População	1.547.061	1.547.070	1.630.010
Proveitos do Sector (€)	52.058.646	49.903.682	50.052.200
Investimento do Sector (€)	7.093.642	9.582.248	11.132.700
Emprego direto do Sector	n.d.	n.d.	n.d.

NOTA: 1€ equivalente a 655,957 francos *cfa*; Investimento - os resultados obtidos para 2011 são de um (1) só operador e de todos, a partir de 2012.

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	1	1	1
Linhas Telefónicas <sup>(46)</sup>	5.000	5.000	5.000
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população <sup>(47)</sup>	0,3	0,3	0,3
Serviço Telefónico Móvel	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	3	3	3
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	732.634	1.049.193	939.909
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago) - % da população <sup>(47)</sup>	45,1	63,1	74,1
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	99%	99%	99%
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel: Banda Larga	n.d.	n.d.	n.d.

<sup>(46)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=world-development-indicators>

<sup>(47)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014



Serviço de Acesso à Internet	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	5	4	4
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	1.010	1.215	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Internet Fixo (com fio)	n.d.	n.d.	n.d.
Utilizadores de Internet - % da população <sup>(48)</sup>	2,7	2,9	3,1
Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	1	1	1
Total de Assinaturas de Internet de Banda Larga Fixa	1.519	1.203	1.452
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Fixa (com fio) - % da população <sup>(49)</sup>	0,0	0,0	0,0
Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	3	3	3
Total de Assinaturas de Banda Larga Móvel	14.892	14.951	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel	n.d.	n.d.	n.d.

Televisão por Assinatura	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	0	0	0
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

<sup>(48)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>

<sup>(49)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014



#### 4.3. Principais Medidas Regulatórias na Guiné-Bissau – Autoridade Reguladora Nacional – ARN 2013

Das medidas regulatórias levadas a cabo pela Autoridade Reguladora Nacional da Guiné Bissau, destacam-se:

a. Regulamento de Partilha de Infraestruturas Passivas de Telecomunicações e Outros Recursos de Rede

Tendo como objetivo racionalizar a implantação de infraestruturas passivas de telecomunicações e outros recursos de rede, estimulando a sua partilha mediante termos e remuneração a acordar entre as partes, tendo em vista:

- i. A redução da duplicação de investimentos em infraestruturas;
- ii. A proteção de áreas que suscitem preocupações ambientais e públicas;
- iii. Benefício para os consumidores em termos de preço, qualidade e disponibilidade de serviços.

b. Regulamento de Identificação de Assinantes de Redes de Telecomunicações Móveis

Os operadores de rede e prestadores de serviços de telecomunicações móveis foram instados a procederem ao registo dos seus clientes, recolhendo e conservando os dados relativos aos mesmos.

c. Regulamento de Gestão Controle de Trafego Gerado nas Redes e Operadoras Licenciadas

Este regulamento fixa as condições técnicas operacionais aplicáveis aos operadores de redes públicas de telecomunicações e aos prestadores de serviço de telecomunicações de uso público para melhorar a eficácia da gestão e controle de tráfego e, em particular para prevenir práticas fraudulentas e omissão de dados.

Neste âmbito, a ARN lançou um concurso internacional para aquisição de equipamentos de medição de parâmetros de qualidade de serviço de última geração e prepara-se ainda para lançar outro de equipamentos de controlo e gestão de tráfego.

d. Comissão Nacional de Transição Analógica/Digital

O Governo da Guiné-Bissau, assessorado pela ARN instituiu por intermédio de um decreto a uma comissão para a transição do sistema de radiodifusão televisiva analógica para a digital, tendo por objetivo coordenar e pilotar as ações a levar a cabo de modo a assegurar a passagem do setor audiovisual analógico para o digital e a sua exequibilidade no período recomendado pela UIT e no quadro da sub-região em que se insere.

Também está em curso em curso o projeto de **amarração a cabos submarinos** de fibra ótica.

## 5. MOÇAMBIQUE

### 5.1. Mercado das Comunicações

Em Moçambique o Sector das Comunicações é regulado pelo Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), criado em 10 de Setembro de 1992.



O INCM é tutelado pelo Ministro dos Transportes e Comunicações da República de Moçambique, sendo um instituto público dotado de personalidade jurídica e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Entre as principais funções e competências deste Instituto, encontram-se a regulação e fiscalização do mercado postal e de telecomunicações, assim como, o controlo da gestão do espectro e das frequências radioelétricas.

O INCM tem três órgãos a saber: Conselho de Administração (órgão deliberativo constituído por cinco membros, sendo um deles o presidente), Conselho Fiscal (órgão de fiscalização constituído por três membros – um presidente e dois vogais) e a Direção Geral (órgão executivo constituído pelo Diretor-Geral e pelos Diretores de Serviços).

O quadro regulatório estabelecido e atualizado ao longo dos anos permitiu a garantia e a promoção da concorrência nos mercados das comunicações, crescendo a participação do investimento privado. A liberalização na oferta de serviços diversificados, acesso internacional e implantação de infraestruturas de telecomunicações num ambiente de concorrência são, permitiu evoluir desde os finais do século passado de uma estrutura de operador único até ao desenvolvimento da banda larga, desempenhando o setor um papel importante no desenvolvimento da economia nacional, que no seu geral se procura liberalizar, fruto de reforma governamental de promoção da concorrência e estímulo ao investimento privado.

A política setorial vem assim sendo movida e conduzindo motivações de modernidade, defrontando-se atualmente com dois condicionalismos representativos:

- i. Acentuado desequilíbrio na universalização de serviços entre as zonas rurais e urbanas cujos acessos fixos se situam em coberturas respetivamente de 1% e 99%, resultando numa média de 0,46 linhas de assinante por 100 habitantes - apesar do fim do período de monopólio, apenas um operador oferece serviços de telefonia fixa, sendo a exceção à regra da concorrência nos restantes mercados. Nos serviços móvel e de dados, o quadro regulatório estabelecido permitiu a garantia de participação do investimento privado, favorecendo o surgimento de plataformas tecnológicas modernas, com realce para os desafios da implantação da fibra ótica e a convergência de setores, que se irá manter em termos de abordagens de regulação, padronização e reavaliação de quadros legais e éticos – com os consumidores a surgirem com a sua cidadania reforçada;
- ii. Espera do desenvolvimento do mercado postal.

## 5.2. Informação Estatística sobre o Sector das Comunicações Eletrónicas

Dados Socioeconómicos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Área geográfica	799.380 Km <sup>2</sup>		
População <sup>(50)</sup>	24.581.367	25.203.395	25.833.752
Proveitos do Sector (€)	590.388.000	328.515.600	173.708.075
Investimento do Sector (€)	124.191.520	232.241.195	72.516.475
Emprego direto do Sector	2.510	n.d.	4.467

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	1	1	1
Linhas Telefónicas <sup>(51)</sup>	88.120	88.140	77.568
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população	0,4	0,3	0,3
Serviço Telefónico Móvel	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	2	3	3
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	7.885.345	9.031.252	12.401.290
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago) - % da população	32	35,8	48
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	7.149.362	8.804.986	12.029.251
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel: pré-pago - % da população	29,1	34,9	46,6
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga <sup>(52)</sup>	250.000	449.600	n.d.
Taxa de Penetração do serviço Telefónico Móvel: Banda Larga - % da população <sup>(52)</sup>	1	1,8	n.d.

<sup>(50)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://search.worldbank.org/data?qterm=population&language=EN>

<sup>(51)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=world-development-indicators>

<sup>(52)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	21	22	25
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	16.270	15.420	13.524
Taxa de Penetração do Serviço de Internet Fixo (com fio) - % da população	0,07	0,06	0,05
Utilizadores de Internet - % da população	6,6	6,1	5,2
Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	2	2	2
Total de Assinaturas de Internet de Banda Larga Fixa <sup>(53)</sup>	21.204	20.484	17.983
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Fixa (com fio) - % da população	0,09	0,08	0,07
Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	10	11	12
Total de Assinaturas de Banda Larga Móvel <sup>(54)</sup>	250.000	449.600	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Banda Larga Móvel - % da população <sup>(54)</sup>	1	1,8	n.d.

Televisão por Assinatura	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	5	5	5
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	13.571	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de TV multicanal terrestre	0,06	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

<sup>(53)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.BBND>

<sup>(54)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>

### 5.3. Principais Medidas Regulatórias em Moçambique – Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique - INCM 2013

No Quadro Regulatório do INCM de 2013, houve ocasião para aprovação dos seguintes diplomas legais:

- Lei 8/04, 21 de Julho “**Lei das Telecomunicações**”<sup>(55)</sup>
- Resolução do Conselho de Ministro 54/2006 “**Estratégia das Telecomunicações**”<sup>(56)</sup>
- Decreto 32/01, de 6 de Novembro “Estatuto Orgânico do INCM”<sup>(56)</sup>
- Decreto 33/01, de 6 de Novembro “Licenciamento”<sup>(56)</sup>
- Decreto 34/01, de 6 de Novembro “Interligação”<sup>(56)</sup>
- Decreto 35/03, 24 de Setembro “Regulamento de Numeração”<sup>(56)</sup>
- Decreto 63/04, de 29 de Dezembro “Taxas Radioelétricas”<sup>(56)</sup>
- Decreto 64/04, de 29 de Dezembro “Taxas de Telecomunicações”<sup>(56)</sup>
- Decreto 69/06, de 26 de Dezembro “Regulamento Fundo Acesso Universal”<sup>(56)</sup>
- Decreto 36/09, de 13 de Agosto “Regulamento de Radiocomunicações”<sup>(57)</sup>
- Decreto 37/09, de 13 de Agosto “Regulamento de Homologação de Equipamentos”<sup>(61)</sup>
- Decreto n.º 62/2010, de 27 de Dezembro “**Regulamento de Partilha de Infra-estruturas Passivas de Telecomunicações e outros Recursos de Rede**”<sup>(56)</sup>
- Decreto n.º 6/2011, de 25 de Janeiro “**Regulamento sobre Qualidade de Serviço**”<sup>(56)</sup>
- Diploma Ministerial 153/2010, de 15 de Setembro “**Regulamento sobre o Registo dos cartões SIM**”<sup>(58)</sup>

No que toca às iniciativas regulatórias salientam-se a aprovação dos seguintes regulamentos:

- Fixação de Tarifa de Interligação para 2014
- Endereçamento Postal
- Lei Postal
- Revisão da Lei das Telecomunicações
- Estratégia de Telecomunicações 2015-2019
- Reflexão sobre o Controlo do Tráfego Internacional de Telecomunicações
- Elaboração do Regulamento do ITED/ITUR
- Medidas de Transparência no *roaming* internacional
- Regulamento do Serviço de Acesso Universal
- Elaboração da Proposta do Regulamento de Recursos Escassos;
- Revisão do Regulamento de Interligação, Análise de Mercados e Exploração de Redes e Serviços de Telecomunicações
- Revisão do Regulamento de Taxas Radioelétricas e de Telecomunicações
- Gestão do Processo de Migração de Radiodifusão Analógica para Digital
- Implementação do Sistema de Informação de Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações

---

<sup>(55)</sup> Informação ARCTEL disponível em: <http://www.arctel-cplp.org/legislacao>

<sup>(56)</sup> Informação disponível em: <http://www.incm.gov.mz/documents/10157/8215c741-6f43-4a9f-8a6e-6ae71cf6aa18>

<sup>(57)</sup> Informação disponível em: <http://www.incm.gov.mz/documents/10157/82d12f03-e731-4ed6-9f81-0a147db9332d>

<sup>(58)</sup> Informação disponível em: [http://clubofmozambique.com/solutions1/sectionnews/data/mozambique/DiplomaMinisterial\\_153\\_2010.pdf](http://clubofmozambique.com/solutions1/sectionnews/data/mozambique/DiplomaMinisterial_153_2010.pdf)

- Desenvolvimento de Métodos de Medição e Auditoria de Qualidade de Serviço nas Capitais Provinciais e Corredores de Moçambique
- Harmonização de Frequências de radiodifusão no âmbito da decisão de WRC-12
- Leilão do espectro de televisão

Moçambique possui competição em quase todos os segmentos do mercado com exceção do serviço de telefonia fixa onde apesar do fim do período de monopólio em Dezembro de 2007 apenas um operador fornece serviços de telefonia fixa. Em 2013, o Mercado das Comunicações em Moçambique caracteriza-se pelo seguinte número de Operadores:

Serviços	Operadores
Serviço Fixo de Telefone	1
Serviço de Telefonia Móvel Celular	3
Serviço de banda larga para acesso Internacional	2
Serviço de banda larga para acesso Nacional	3
Serviço de Transmissão de dados e Internet	27
Serviço de Televisão por cabo	3
Serviço Móvel Global	1
Serviço de Valor Acrescentado	37
Sector Postal	25
Radiodifusão	45
Televisão	11
Radio Comunicações	78
Serviço Móvel Aeronáutico	1
Serviço Móvel Marítimo	2
Serviço Móvel Terrestre	54
Serviço Fixo por Satélite	18
Serviço Móvel por Satélite	3

Na viragem para 2014, os constrangimentos e desafios da Atividade Regulatória dividem-se entre:

- ✓ Falta de uma lei postal, o que não permite o desenvolvimento do mercado postal
- ✓ Qualidade dos serviços de telecomunicações abaixo do desejado
- ✓ Atraso no processo de Registo dos SIM Cards podendo incidir em aspetos de segurança e criminalidade
- ✓ Infraestrutura de banda larga fraca
- ✓ Implementação do processo de migração de radiodifusão analógica para digital

## 6. PORTUGAL

### 6.1. Mercado das Comunicações

A Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM), o órgão regulador português, sucede desde 2002 ao Instituto das Comunicações de Portugal (criado em 1981).



É uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património e receitas próprias.

São três os órgãos do ICP-ANACOM: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração é constituído por um presidente e dois ou quatro vogais – caso em que deve ser nomeado um vice-presidente –, sendo os seus Membros nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do ministro da tutela, por um período de cinco anos não renovável, estando sujeitos a um regime de incompatibilidades específico.

Cabe ao Conselho de Administração definir e acompanhar a estratégia de atuação do ICP-ANACOM.

O conselho de administração do ICP-ANACOM reuniu 58 vezes em 2013, tendo aprovado 293 deliberações e seis pareceres. Foram colocados em consulta pública 28 projetos de decisão, sendo que em 72 por cento dos casos as respetivas decisões finais foram adotadas e divulgadas no prazo previsto no plano de atividades, valor que compara com 68 por cento no ano anterior.

Pelos seus Estatutos <sup>(59)</sup>, são três as atribuições do ICP-ANACOM:

**Regulação do Mercado** - garantir o acesso dos operadores de comunicações às redes; promover a concorrência na oferta de redes e serviços de comunicações eletrónicas e postais, de recursos e serviços conexos.

**Supervisão, fiscalização e sancionamento** - velar pela aplicação e fiscalização das leis, regulamentos e requisitos técnicos por parte dos operadores de comunicações, das disposições dos títulos de exercício de atividade ou contratos de concessão.

**Representação do sector das comunicações** (telecomunicações e correios) - assegurar a representação técnica do Estado Português nos organismos internacionais congéneres, acompanhar a atividade das entidades reguladoras afins e as experiências estrangeiras de regulação das comunicações e estabelecer relações com outras entidades reguladoras.

Obrigações do ICP-ANACOM:

- A obrigação de publicar um conjunto alargado de informações no sítio do ICP-ANACOM – [www.anacom.pt](http://www.anacom.pt).
- A definição rigorosa do mandato do regulador (Estatutos, Lei das Comunicações Eletrónicas e Lei de Bases dos Serviços Postais).

---

<sup>(59)</sup> Novos Estatutos – com outra redação de atribuições e obrigações, já aprovados governamentalmente publicados a março de 2015, conforme regime estabelecido pela Lei n.º 67/2013 (<https://dre.pt/application/conteudo/499499>).

- A entrega anual do Relatório de Regulação, Supervisão e outras Atividades ao Governo e à Assembleia da República sobre as atividades de regulação.

Os estatutos estabelecem ainda que esta Autoridade deve, sempre que tal lhe seja solicitado, aceder aos pedidos de audição que lhe sejam dirigidos pela comissão competente da Assembleia da República, para prestar informações ou esclarecimentos sobre as suas atividades. Em 2013, em abril, o ICP-ANACOM esteve na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação a prestar esclarecimentos aos deputados sobre o processo de migração para a TDT.

A atuação do ICP-ANACOM está ainda sujeita ao controlo dos tribunais, do Tribunal de Contas, da Inspeção Geral de Finanças, do Provedor de Justiça e da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

O relatório e contas, o plano de atividades e o orçamento do ICP-ANACOM dependem de aprovação ministerial.

Em 2013 ocorreram no sector das comunicações vários acontecimentos relevantes para o mercado e para a atividade reguladora. Em particular:

- A fusão entre a ZON TV Cabo Portugal, S.A. (ZON TV Cabo) e a Optimus – Telecomunicações, S. A. (Optimus);
- A aquisição da OniTelecom – Infocomunicações, S.A. (Onitelecom) pela Altice Holdings, que já controlava a Cabovisão - Sociedade de Televisão por Cabo, S.A. (Cabovisão);
- O anúncio da fusão da Portugal Telecom com a operadora brasileira Oi, que - apesar de não ter um impacto direto na estrutura do mercado português – poderão vir a ter implicações na orientação estratégica desta empresa;
- Lançamento das ofertas quádruplas, que reúnem serviços de televisão, voz e Internet de banda larga, fixa e móvel, as quais introduziram uma nova dinâmica comercial no mercado e geraram um acréscimo de concorrência, ao nível de ofertas e preços, com benefício dos consumidores;
- Continuação dos elevados investimentos em novas redes de acesso, que colocam Portugal entre os 10 países europeus com maior cobertura de redes de nova geração <sup>(60)</sup>.
- Apresentado para revogação pelo Governo, das bases da concessão do serviço público de telecomunicações, e cessação, enquanto serviço público, do serviço fixo de telex, do serviço fixo comutado de transmissão de dados e do serviço telegráfico, bem como do serviço móvel marítimo, na sua componente de correspondência pública.

---

<sup>(60)</sup> Informação disponível em <http://point-topic.com/wp-content/uploads/2013/11/Point-Topic-Broadband-Coverage-in-Europe-in-2012-Final-Report-20130813.pdf>



## 6.2. Informação Estatística sobre o Sector

Dados Socioeconómicos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Área geográfica	92.212 Km <sup>2</sup>		
População	10.562.178	10.491.803	10.487.289
Proveitos do Setor Comunicações Eletrónicas (€)	6.526.993.000	6.616.470.000	6.272.926.000
Proveitos do Setor Postal (€)	1.023.916.000	1.157.369.000	1.061.024.000
Investimento do Setor Comunicações Eletrónicas (€)	900.311.000	774.289.000	741.830.000
Investimento do Setor Postal (€)	26.024.000	18.987.000	13.380.000
Emprego direto do Setor Comunicações Eletrónicas	12.176	13.957	13.896
Emprego direto do Setor Postal	16.276	15.778	15.262

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	24	19	19
Linhas Telefónicas	4.542.561	4.558.075	4.529.794
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo- % da população <sup>(61)</sup>	42,9	43	42,7
Serviço Telefónico Móvel	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas (incl. MVNO)	5	6	7
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	16.794.449	16.827.910	16.665.949
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)) - % da população <sup>(61)</sup>	116,4	114	113
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	12.066.059	12.032.023	11.368.124
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga <sup>(62)</sup>	11.171.394	11.487.965	11.832.044
Taxa de Penetração do serviço Telefónico Móvel: Banda Larga- % da população <sup>(61)</sup>	27,6	32,8	36,7

<sup>(61)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

<sup>(62)</sup> Inclui potencial de assinaturas móveis de banda larga e assinaturas não ativas

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	51	52	60
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	2.174.538	2.310.548	2.463.568
Taxa de Penetração do Serviço de Internet Fixo (com fio) - % da população <sup>(63)</sup>	21,4	22,8	n.d.
Utilizadores de Internet - % da população <sup>(64)</sup>	58	61	62
Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	51	52	60
Total de Assinaturas de Internet de Banda Larga Fixa	2.148.628	2.285.730	2.439.635
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Fixa (com fio) - % da população <sup>(63)</sup>	21,2	22,5	23,8
Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	4	5	6
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel	2.924.480	3.473.975	3.897.597
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Móvel - % da população	27,6	32,8	36,7

Televisão por Assinatura	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	13	13	12
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	2.935.654	3.123.516	3.170.972
Taxa de Penetração do Serviço de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	667.144	660.012	612.135
Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

<sup>(63)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

<sup>(64)</sup> INE - Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias – 2013, pessoas com idade entre 16 e 74 anos que acedem à Internet

Serviços Postais	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Tráfego Postal Total (milhares de objetos, não inclui Tráfego Internacional de Entrada)	1.066.950	986.495	926.873

Capitação Postal (Tráfego Postal/Milhares de Habitantes)	101	94	88
Pontos de Acesso (colocados ou não na via pública)	14.756	14.062	12.722
Cobertura Postal (Pontos de acesso/100 Km <sup>2</sup> )	16	15,3	13,8
Densidade Postal (habitantes/pontos de acesso)	714	746	824
<b>Correio Expresso</b>	<b>32.048</b>	<b>39.250</b>	<b>43.147</b>
Correspondência e Correio Editorial	4.947	5.936	6.148
Nacional	3.890	4.840	5.039
Internacional de Saída	1.057	1.097	1.009
Internacional de Entrada	2.272	2.893	2.607
<b>Encomendas Postais</b>	<b>27.102</b>	<b>33.313</b>	<b>36.999</b>
Nacional	25.301	30.600	33.649
Internacional de Saída	1.800	2.713	3.349
Internacional de Entrada	2.195	3.410	4.593
<b>Correio Não Expresso (inclui área reservada até abril 2012)</b>	<b>1.034.902</b>	<b>947.245</b>	<b>883.726</b>
Correspondência e Correio Editorial	1.034.595	947.245	883.726
Nacional	997.706	913.474	850.926
Internacional de Saída	36.889	33.469	32.486
Internacional de Entrada	30.504	28.300	25.897
<b>Encomendas Postais</b>	<b>307</b>	<b>302</b>	<b>314</b>
Nacional	221	213	222
Internacional de Saída	86	89	92
Internacional de Entrada	97	109	41

Qualidade de Serviço	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
<b>Correio Normal</b>			
Demora de encaminhamento (entregas até 3 dias úteis)	96,8%	98%	97,6%
Não entregue até 15 dias úteis – p/ mil objetos)	1,7	1,4	1,5
<b>Correio Azul</b>			
Demora de encaminhamento (entrega no dia útil seguinte)	94,7%	94,9%	94,9%
Não entregue até 10 dias úteis – p/ mil objetos)	1,6	1,5	1,3
Tempo médio de espera até 10 minutos em fila	87%	90,9%	90,4%

### 6.3. Análise global da atividade regulatória em Portugal - ICP-ANACOM 2013

#### 6.3.1. ASSESSORIA AO GOVERNO

- Para refletir as regras introduzidas pela **nova lei-quadro para as autoridades reguladoras** independentes, esta Autoridade elaborou e enviou à Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações um projeto de decreto-lei de alteração dos respetivos Estatutos, podendo vir a ser repensado o paradigma de relacionamento com o Governo.

- Acompanhamento das condições contratualizadas das ofertas grossistas, do investimento de 156,5 milhões de euros que visa dotar várias regiões de todo o país, abrangendo mais de um milhão de pessoas, com redes de comunicações eletrónicas de alta velocidade (**NRA – Novas Redes de Acesso**) para assegurar a coesão territorial e a igualdade de oportunidades de acesso a serviços avançados de alta qualidade.

- Celebração de protocolo de cooperação com o Ministério da Administração Interna para avaliação da qualidade de serviço do **SIRESP** - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

- Ao encontro do acordado no **Memorando de Entendimento** com a *Troika* (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) mas como ações já previstas pelo ICP-ANACOM na sua planificação ordinária visando a implementação das seguintes medidas previstas para o setor:

1) Aumento da concorrência no mercado das comunicações fixas, revendo as barreiras à entrada e adotando medidas para as reduzir, através de:

- Análise dos mercados e identificação de operadores com Peso de Mercado Significativo (PMS) com imposição de obrigações regulamentares, incluindo fixação de novos preços de terminação;
- Obrigação provisória e urgente de controlo de preços imposto ao “Mercado grossista de chamadas na rede telefónica pública num local fixo”;
- Consulta pública sobre a definição metodológica para desenvolvimento e implementação de um modelo de custeio de terminação fixa;
- Aprovação dos SPD (Sentido Provável de Decisão, incluindo audiência prévia dos interessados e consulta pública) de definição dos mercados, avaliações de PMS e imposição, manutenção e alteração ou supressão de obrigações regulamentares, para os “Mercado 1 - retalhistas de acesso a rede telefónica pública em local fixo e de serviços telefónicos prestados em local fixo”, e, “Mercado 2 - grossista de originação de chamadas na rede pública telefónica em local fixo”.

2) Garantia de um mecanismo de designação de PSU (Prestador de Serviço Universal) eficaz, objetivo, transparente e não discriminatório – intensa atividade do ICP-ANACOM neste domínio, nomeadamente do apoio prestado na preparação do segundo concurso público para a prestação do Serviço Universal em que foi definida a qualidade de serviço e uma regra de preços para selecionar a Empresa que pedisse o menor subsídio para uma prestação segmentada por áreas e serviço, tendo a assessoria prestada ao Governo incluído preparação das minutas dos contratos, e o apoio dado nas negociações ocorridas entre o Estado e a PT Comunicações, S.A. (PTC) relativas à revogação do contrato de concessão do serviço público de telecomunicações.

Foram designados <sup>(65)</sup> os novos prestadores do serviço universal para as comunicações eletrónicas, tendo a componente de ligação à rede e de prestação de serviços telefónicos sido adjudicada à Optimus (zonas Norte e Centro) e à Zon (zona Sul e Ilhas) por um período de cinco anos, período em que também a PTC prestará o serviço de postos públicos, tendo-lhe igualmente sido adjudicado por 12 meses os serviços de listas telefónicas e de informação de listas - por ajuste direto por não ter havido resposta ao concurso público.

3) Aprovação da nova Lei Postal para um regime de plena concorrência e de preparação da privatização da empresa pública de correspondência e, das bases de concessão do serviço postal universal.

### 6.3.2. REGULAÇÃO E SUPERVISÃO

#### a. Análise dos Mercados de Comunicações Eletrónicas

Conforme Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro) e Recomendação da Comissão Europeia 2007/879/CE, de 17 de dezembro, consideram-se sete mercados, um a nível retalhista (1 - acesso à rede telefónica pública num local fixo para clientes residenciais e não residenciais) e os restantes seis a nível grossista (2 - originação de chamadas na rede telefónica pública num local fixo; 3 - terminação de chamadas em redes telefónicas públicas individuais num local fixo; 4 - fornecimento de acesso à infraestrutura de rede num local fixo; 5 - fornecimento de acesso em banda larga;

<sup>(65)</sup> Informação constante em <http://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=380129#.VPCSlly4JZs>

6 - fornecimento de segmentos terminais de linhas alugadas e, 7 - terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais)<sup>(66)</sup>.

Numa das abordagens do ICP-ANACOM aos Mercados são diferenciados Mercados de Banda Larga e Mercados de Banda Estreita.

#### i. Banda Estreita

Ao longo de 2013 a análise (v. acima *in* Assessoria ao Governo) dos mercados retalhistas de banda estreita a nível do acesso e dos serviços telefónicos (mercado 1), indiciou não existirem barreiras à entrada.

Assim, a evolução tecnológica e dos mercados (com o crescente investimento em redes próprias), e a manutenção da pré-seleção <sup>(67)</sup> de chamadas e das medidas grossistas impostas na seleção chamada a chamada, pré-seleção e ORLA (Oferta de Realuguer de Linha de Assinante <sup>(68)</sup>), tal como as obrigações de acesso no quadro do mercado 4 (mercado grossista de acesso à infraestrutura de rede num local fixo) via banda larga na prestação do serviço telefónico, possibilitava ainda a entrada e/ou a manutenção no mercado de operadores com investimentos relativamente reduzidos.

Contrariamente ao verificado na média da UE (União Europeia), a taxa de penetração do serviço telefónico em Portugal estava em trajetória ascendente, muito impulsionada por esse crescimento em acessos de banda larga maioritariamente usados pelos operadores alternativos.

Assim, a lei da concorrência - ou regulação ex-post, seria suficiente para intervir em eventuais distorções de concorrência não se justificando a avaliação de PMS nesses mercados, entendimento alinhado com a Recomendação da UE de 2007, que também não lista estes mercados como relevantes para efeitos de regulação ex-ante, pelo que se propôs a supressão de todas as obrigações impostas anteriormente às empresas do Grupo PT, enquanto entidade designada com PMS nesses mercados.

Em qualquer caso, ficou estabelecido que o Grupo PT manteria a obrigatoriedade de assegurar as prestações do Serviço Universal e as condições associadas enquanto os novos prestadores não iniciassem as respetivas prestações ao abrigo das condições definidas nos concursos para a designação do PSU.

A adoção de decisões finais para o mercado 1 transitou para 2014, assim como as resultantes do SPD lançado ao mesmo tempo para o mercado 2.

Neste mercado 2, as quotas de mercado das empresas do Grupo PT, a sua prática de preços, dimensão como empresa líder do mercado e grau de concentração do mesmo, a existência de barreiras à expansão, e inexistência de contrapoder negocial dos compradores levou a apontar-se no SPD que as empresas do Grupo PT que atuam neste mercado deterem PMS (dominância individual).

Tendo em conta que nos mercados onde se conclui que existe PMS o ICP-ANACOM deve impor uma ou mais obrigações regulamentares ou manter ou alterar essas obrigações,

---

<sup>(66)</sup> Conforme <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=963073>

<sup>(67)</sup> A seleção e pré-seleção consistem na possibilidade por parte da empresa que fornece o acesso direto, disponibilizar aos seus assinantes acesso aos serviços telefónicos prestados em local fixo fornecidos por outra empresa (que fornece o acesso indireto) que com ela esteja interligada, através do encaminhamento das suas chamadas desde o ponto terminal em que a chamada é originada até ao ponto de interligação do operador de acesso indireto selecionado e com o qual o cliente não está diretamente ligado.

<sup>(68)</sup> A ORLA consiste numa oferta grossista, a um preço determinado, do direito de faturação da linha telefónica da PTC, permitindo a outras empresas legalmente habilitadas o estabelecimento de uma oferta retalhista própria que integre o realuguer da linha com serviços de tráfego telefónico; sem obrigar a investimentos relevantes, verifica-se em 2013 que esta oferta tem perdido relevância.

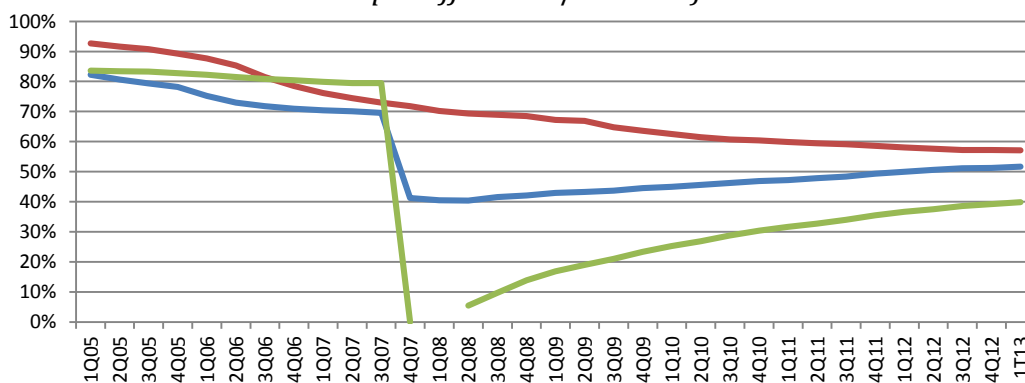
caso já existam, foram impostas ao Grupo PT as seguintes obrigações (incluindo disponibilização de ORLA):

- Obrigação de dar resposta aos pedidos razoáveis de acesso;
- Não discriminação na oferta de acesso de interligação e na respetiva prestação da informação;
- Transparência na publicação de informações, incluindo a manutenção da oferta de referência de interligação;
- Controlo de preços (aplicável aos serviços de originação de chamadas e de faturação e cobrança, e também à pré-seleção e à ORLA), e contabilização dos custos;
- Separação de contas.

Conforme análise deste mercado 2 (grossista) de terminação de chamadas em redes telefónicas públicas num local fixo, foi ainda alterada a **ORI** – Oferta de Referência de Interligação para refletir os novos preços máximos de terminação fixados pelo ICP-ANACOM com referência à média dos preços LRIC “puro”, notificados à CE pelos reguladores sectoriais da EU. Essa alteração traduziu-se numa redução da ordem dos 80 por cento dos preços praticados para a terminação fixa por parte da PTC, descida que foi acompanhada pela também significativa redução dos preços de terminação dos operadores alternativos que passaram a estar sujeitos ao mesmo preço médio de referência.

Já quanto ao mercado 3, de terminação de chamadas vocais em redes telefónicas públicas individuais num local fixo, o ICP-ANACOM identificou com PMS todos os operadores que prestam o serviço tendo sido imposto um conjunto de obrigações, incluindo dar resposta aos pedidos razoáveis de acesso, não discriminação, transparência, controlo de preços - e, apenas aplicáveis à PTC, separação de contas e contabilização de custos. Releva-se como estimável para os consumidores redução significativa nas chamadas nacionais fixo-fixo e móvel-fixo.

Quota de mercado do Grupo PT Comunicações (Redes Fixas e Serviços com o *spin-off* da Zon/TV Cabo)



Fonte: ICP-ANACOM

Unidades: %

— Banda Larga Fixa — Telefone fixo — TV por subscrição

## ii. Banda Larga

Uma Recomendação da CE (Comissão Europeia) de setembro de 2013 sobre não discriminação inseriu-se na análise do ICP-ANACOM iniciada em 2012 sobre operações de concentração nos mercados grossistas de acesso à infraestrutura de rede em local fixo

e de acesso em banda larga – com incidência nos métodos de cálculo dos custos para promover a concorrência e melhorar o contexto do investimento em banda larga, com conclusão prevista por esta Autoridade para 2014.

Este é um problema do mercado 5 que tendo como pano de fundo o acesso à fibra ótica levanta questões de investimento *versus* regulação, caracterizado ainda em Portugal pela separação da rede de cabo da PT.

Enquanto no final de 2010, 9,3 por cento dos acessos tinham banda larga de débito igual ou superior a 30 Mbps, a tendência de investimento em NRA no final de 2013 subiu para 41,4 por cento os acessos com essa velocidade, em que existiam cerca de 4,1 milhões de alojamentos cablados por redes de distribuição por cabo com tecnologia DOCSIS 3.0, cerca de 2,6 milhões de alojamentos cablados em fibra (FTTH) e cerca de 1,3 milhões de clientes a aceder a serviços suportados em acessos FTTH e DOCSIS 3.0, o que representava mais de metade dos clientes de acesso em banda larga.

Nos mercados grossistas mantiveram-se as tendências dos anos anteriores, em que os outros prestadores de serviços recorreram menos à oferta grossista da Rede ADSL PT<sup>(69)</sup>, mantendo uma procura contínua ao acesso a infraestrutura física, nomeadamente a condutas no âmbito da ORAC (Oferta de Referência de Acesso a Condutas), tendo em vista a instalação das suas próprias redes de fibra ótica.

Em 2013 registou-se um aumento da procura de acessos suportados na **OLL** – Oferta do Lacete Local, apesar dos principais utilizadores desta oferta se encontrarem simultaneamente a investir em NRA, i.e., em infraestrutura própria, que cobrem as principais áreas cobertas pelas centrais onde se encontram co instalados para efeitos da OLL<sup>(70)</sup>.

Em 2013 também se deu uma inversão na tendência de crescimento da quota do Grupo PT no mercado de acesso em banda larga que se reduziu em cerca de 0,8 pontos percentuais, podendo reverter-se em 2014 a manutenção de um número de acessos fixos de banda larga maior do que o do conjunto dos operadores alternativos.

Em termos globais, existiam em Portugal, no final de 2013, cerca de 2,6 milhões de clientes com acesso à Internet fixa, mais 7,2 por cento face a 2012.

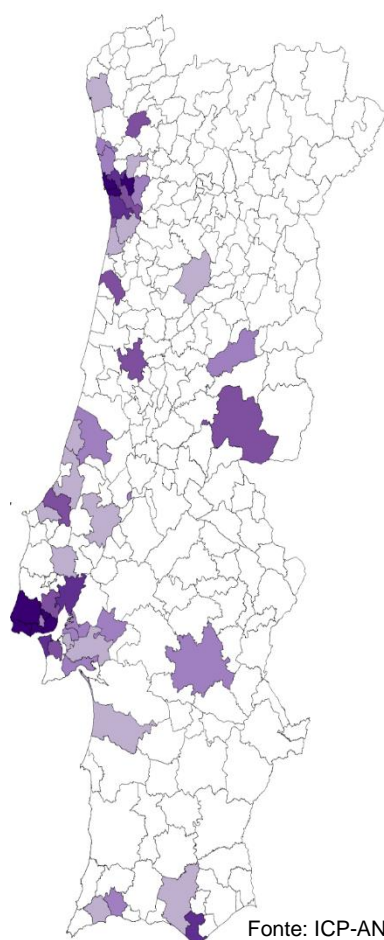
A principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa continuou a ser o ADSL (42,8 por cento do total), seguindo-se o *modem* por cabo (37,9 por cento) e a fibra ótica – FTTH/B (17,9 por cento). Em termos de adições líquidas, em 2013 os acessos em fibra ótica aumentaram em 96,2 mil, valor superior ao conjunto de acessos suportados nas restantes tecnologias. É expectável que o peso dos acessos por linha de subscrição digital assimétrica (ADSL) no total de acessos em banda larga continue a reduzir-se, muito embora este tipo de acesso ainda tenha um papel fundamental essencialmente nas áreas onde não há cobertura de redes de distribuição por cabo nem de fibra ótica.

---

<sup>(69)</sup> A oferta Rede ADSL PT é disponibilizada comercialmente pela PTC nas designadas áreas competitivas do mercado de fornecimento grossista de acesso em banda larga, sendo regulada ex-ante nas restantes áreas do território nacional, mas apresenta uma redução de acessos explicada, pelo menos em parte, pelo aumento do investimento dos operadores alternativos em rede própria, em linha com o que por vezes se chama a teoria da escada de investimento, que sustenta que os operadores iniciam a atividade através de ofertas onde o seu investimento é mais reduzido – como a oferta Rede ADSL PT – e evoluem investindo cada vez mais em rede, chegando assim mais próximo do utilizador final com infraestrutura própria.

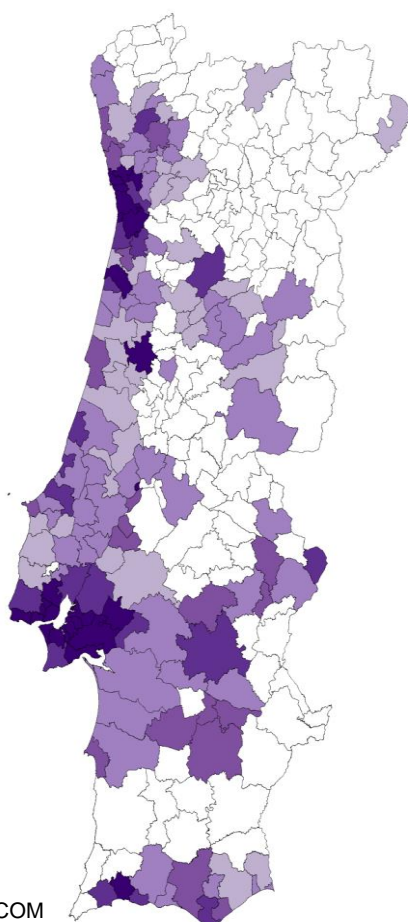
<sup>(70)</sup> A tendência de decréscimo de acessos suportados na OLL registada desde o segundo trimestre de 2008 influiu no segundo trimestre de 2013. O número de lacetes voltou a crescer em termos líquidos, 2,7 por cento face ao final de 2012 (e 8 por cento face ao mínimo registado no primeiro trimestre de 2013), com os dois últimos trimestres a reforçarem a tendência de crescimento verificada no segundo trimestre de 2013.





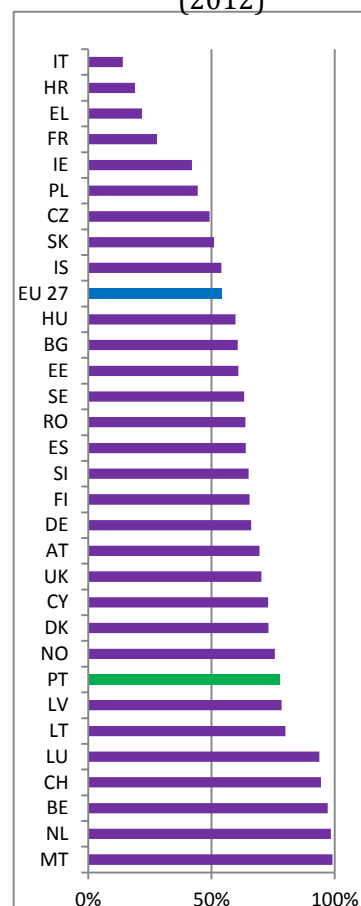
Cobertura FTTH/B  
Trim1/2013

Fonte: ICP-ANACOM



Cobertura  
EuroDOCSIS 3.0  
Trim1/2013

Cobertura NRA UE  
(2012)



Fonte: Point Topic/EC,  
Broadband Coverage in Europe,  
2013 (Provisional data)

Apesar de, até à data, não terem sido incluídos na definição dos mercados relevantes de acesso em banda larga, é importante conhecer a evolução dos acessos em banda larga móvel, nomeadamente em relação aos acessos suportados em placas/modem, a reduzir-se há vários anos. No final de 2013 existiam cerca de 759 mil utilizadores de banda larga móvel através de placas/modem, o que representa uma redução de cerca de 22 por cento face ao final de 2012, que poderá estar associada à cessação do programa e-iniciativas e à disseminação de telefones inteligentes (*smartphones*).

Há ainda que atentar na oferta de pacotes de serviços de comunicações eletrónicas no enquadramento da concorrência em Banda Larga e no peso que têm contratos de fidelização e penalizações, sendo que as opções para regular acesso e incentivos ao investimento, também passam pela relação de preços com custos incrementais.

### iii. Terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais (Mercado 7)

Calculado com base num modelo do tipo BU-LRIC “puro”, durante o ano de 2013, vigorou uma decisão do ICP-ANACOM de preços máximos de terminação de chamadas vocais nas redes móveis individuais, assistindo-se à aposta em tarifários que não diferenciam o preço das chamadas terminadas na mesma rede ou noutras redes nacionais, quer enquanto tarifários *stand-alone*, quer enquanto ofertas incluídas em pacotes quádruplos

de serviços. A motivação do ICP-ANACOM para a redução dos preços máximos de terminação é a de criar condições para a redução do nível de diferenciação de preços retalhistas entre as chamadas terminadas na mesma rede e as chamadas inter-redes, bem como contribuir para a efetiva redução nas barreiras à entrada e à mobilidade no mercado móvel. A evolução, em 2013, das quotas de mercado dos operadores móveis virtuais que haviam sido criados no ano anterior indicia alguma mobilidade no mercado, sem prejuízo de a atividade comercial destes operadores se concentrar num segmento relativamente específico, nomeadamente o das comunicações internacionais.

#### b. Acesso a Infraestruturas

Na sequência da publicação da Lei 47/2013 de 10 de julho <sup>(71)</sup>, o ICP-ANACOM, em articulação com a Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), elaborou novos procedimentos para certificação sectorial referente à formação **ITED e ITUR**.

Paralelamente, foi desenvolvida uma proposta de novas regras técnicas, designadas por Manual ITED – 3.ª edição, que posteriormente foram sujeitas a consulta pública, tendo em vista a aprovação pela CE e entrada em vigor em 2014.

Em 2013, o ICP-ANACOM realizou 436 ações de fiscalização a Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios (ITED) e a Infraestruturas de Telecomunicações em Loteamentos, Urbanizações e conjuntos de edifícios (ITUR), em que foram detetadas 32 por cento de instalações não conformes.

Em 2013, após decisão judicial sobre ações judiciais interpostas, o ICP-ANACOM reiniciou o processo de lançamento de novo procedimento concursal para seleção da entidade que irá estabelecer e desenvolver o **Sistema de Informação Centralizado** que agregará toda a informação dos cadastros e a relativa aos procedimentos e regras que sejam aplicáveis à construção de novas condutas e ao acesso às condutas existentes.

Em 2013, na sequência de análises efetuadas pelo ICP-ANACOM, a PTC tomou a iniciativa de reduzir os preços dos circuitos CAM (Continente – Açores – Madeira) ao abrigo da ORCE, reduções que atingiram os 45 por cento nos circuitos de 100 Mbps (os preços dos circuitos CAM ao abrigo da ORCA foram reduzidos em 2012 por deliberação do ICP-ANACOM). As ofertas de referência de circuitos alugados (**ORCA** e **ORCE**) são usadas pelos operadores alternativos para complementar as suas redes ou interligar a sua rede com a rede de outros operadores, nomeadamente com a rede da PTC, mas à medida que estes vão investindo em rede própria, essa necessidade diminui, deixando a PTC de ter obrigações ex-ante, sem prejuízo das obrigações regulamentares relativas a segmentos terminais de circuitos alugados e aos segmentos de trânsito nas rotas não competitivas, obrigações essas que radicam nas ofertas grossistas ORCA e ORCE. A procura por circuitos Ethernet continuou a aumentar, em linha com o que se verificou durante 2012.

No âmbito da **ORAC** (Oferta de referência de acesso às condutas), em 2013 houve um interesse renovado no acesso às condutas da PTC, sobretudo devido a investimentos de outros operadores em redes de fibra ótica - não obstante haver já uma cobertura importante do território nacional com infraestruturas alternativas à do operador histórico, nomeadamente redes de distribuição por cabo e redes suportadas em fibra ótica, mais um indício que os operadores alternativos continuam a expandir as suas redes. Durante 2013 manteve-se o foco na verificação e confirmação de que a informação constante na Extranet ORAC (referente à existência de câmaras de visita, traçados de

---

<sup>(71)</sup> Informação ANACOM disponível em <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1167387>

condutas, ramais de acesso e níveis de ocupação das condutas) se encontrava atualizada e correta face à realidade existente no terreno.

No contexto da **ORAP** (Oferta de referência de acesso a postes) - definida para permitir uma utilização integrada com a ORAC, assegurando a continuidade da infraestrutura própria dos operadores beneficiários, nomeadamente através da transição entre infraestruturas subterrâneas e aéreas - o ICP-ANACOM aprovou uma decisão sobre faturação e cobrança de penalidades às beneficiárias da ORAP da PTC.

#### c. Serviço Universal

Em 2013, ICP-ANACOM desencadeou processos de contraordenação face a incumprimentos por parte da PTC de objetivos de desempenho de alguns indicadores de parâmetros e níveis de qualidade de serviço (taxa de avarias por linha de acesso, tempos de reparação de outras avarias, percentagem de avarias reparadas dentro do prazo de reparação de avarias, e, tempo médio de resposta para serviços de telefonista).

Por outro lado, os 22 233 postos que constituíam o parque total da PTC no final de 2013 representam cerca do triplo do parque estabelecido no concurso para prestação do SU (8 222 postos).

Em 2013, o ICP-ANACOM finalizou a auditoria aos CLSU – custos líquidos decorrentes do serviço universal, relativos ao período de 2007-2009 (constatou-se que a reputação empresarial e o reforço da marca é o benefício indireto com maior expressão) e iniciou a auditoria aos CLSU relativos a 2010-2011.

Em 2013 foram alteradas bases da concessão do PSU postal por via concursal (v. Assessoria ao Governo) sendo expectável que sejam adotados em 2014 os critérios de formação dos preços do serviço postal universal.

#### d. Portabilidade do Número

Lançada campanha informativa sobre as novas regras da portabilidade.

Em 2013 observou-se um crescimento acentuado do volume de números portados no serviço telefónico móvel na ordem dos 54 por cento, muito superior à taxa de crescimento da portabilidade de números geográficos, de cerca de 14 por cento. No entanto, este aumento pode estar associado ao arranque das ofertas comerciais *quadruple play*, que em valores absolutos, continua a ser mais reduzida quando comparada com a do serviço telefónico fixo.

Em 2013 mantiveram-se os preços máximos dos serviços de **ativação da pré-seleção e da portabilidade e do serviço de faturação, cobrança e risco de não cobrança**, tendo sido finalizado o projeto de consultoria com vista ao desenvolvimento de um modelo simplificado para a determinação dos preços de cada um desses serviços.

Em face da conclusão deste projeto, perspetiva-se que em 2014, na sequência da tomada de uma decisão final relativa ao mercado grossista de origemação de chamadas em local fixo, os modelos desenvolvidos possam vir a ser tidos em conta na fixação dos preços máximos para os serviços visados, após procedimento de consulta pública.

#### e. Roaming (Itinerância) Internacional

O Regulamento (UE) 531/2012 do Parlamento Europeu (PE) e do Conselho, de 13 de junho de 2012 estabelece descidas sucessivas dos preços máximos dos serviços de itinerância, sendo o último momento de descida dos preços máximos em julho de 2014 mantendo-se válidos até 30 de junho de 2022 para os preços grossistas e 30 de junho de 2017 para os retalhistas. Os operadores móveis em atividade em Portugal têm cumprido esses valores e disponibilizam mesmo para alguns segmentos de clientes tarifas adicionais, sendo que conforme recolha e análise de informação do ICP-ANACOM, os preços médios situaram-se abaixo dos tetos máximos estabelecidos.

#### f. Segurança das Comunicações

Conforme o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil aprovado em 2013, o ICP-ANACOM quer em fase de emergência quer em fase de reabilitação, deverá apoiar tecnicamente os organismos e serviços responsáveis pela rede integrada de comunicações de emergência e garantir a disponibilidade e eficiente utilização do espectro radioelétrico. O ICP-ANACOM aprovou, em 12 de dezembro, a decisão relativa às empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, de notificar esta Autoridade das violações de segurança ou das perdas de integridade, e, do seu dever de informação ao público.

Destaque para a organização do seminário “Cibersegurança: aspetos económicos”, com a colaboração da Direção Geral das Atividades Económicas, em que se pretendeu avaliar o impacto da introdução da Diretiva da Segurança e das Redes da Informação nos agentes de mercado, enquanto medida principal da proposta de Estratégia Europeia de Cibersegurança.

#### g. Gestão do Espectro Radioelétrico

O ICP-ANACOM decidiu, em 18 de janeiro de 2013, colocar à discussão pública as várias alternativas possíveis para a evolução futura da rede de **TDT**, tendo em consideração a possível ocorrência do **segundo dividendo digital** (faixa dos 700 MHz) a nível europeu. A opção apontada foi a evolução para uma rede multifrequência.

Durante o ano, o ICP-ANACOM monitorizou a qualidade do sinal através de ações feitas *in loco*, mas considerou que deveria fazê-lo em permanência, pelo que decidiu implementar um mecanismo efetivo de avaliação da real integridade da cobertura TDT disponibilizada, o que exige uma infraestrutura técnica muito específica.

Foi assim decidido instalar uma rede nacional de 400 sondas para monitorizar permanentemente o sinal de TDT, o que envolveu um investimento de 450 000 euros (acrescido de IVA). É objetivo desta rede verificar 24 horas/dia, 7 dias/semana, de forma global e à escala do território continental, os níveis de qualidade do sinal de TDT, constituindo-se como uma ferramenta fundamental de análise e aferição do cumprimento das obrigações do operador licenciado.

Transita para 2014 a adoção da decisão final do ICP-ANACOM submetida a audiência prévia dos três operadores móveis sobre a obrigação de cobertura em banda larga móvel aplicável a cada lote de frequências dos **800 MHz**, resultante de **leilão multifaixa** de 2011 (também incluiu os 450 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz e 2,6 GHz), para atribuição de direitos de utilização. Em causa estão, depois de já estabelecida a vertente geográfica de conjuntos de 160 freguesias para cada operador (480 no total), as metodologias subjacentes à fixação e revisão da velocidade máxima de transmissão de dados que o serviço de banda larga deve permitir, e, de verificação do cumprimento das obrigações de cobertura, bem como correspondentes obrigações de informação.

Cumpriu-se entretanto o objetivo do leilão multifaixa com a atribuição de licenças 4G às operadoras Optimus, TMN e Vodafone.

Foi disponibilizado já na parte final do ano o Portal de Frequências **eQNAF** que permite ao utilizador consultar, através de pesquisas dinâmicas e interativas, informação metodicamente atualizada relacionada com o planeamento e a utilização de frequências. No âmbito dos serviços eletrónicos para o **licenciamento** radioelétrico, foi ultimada a plataforma de licenciamento por via eletrónica (eLic) que em 2014 permitirá a consulta e o envio de pedidos para licenciamento radioelétrico.

O tempo médio de tratamento de solicitações em **serviços de amador e de amador por satélite** melhorou de sete dias em 2012 para 4 em 2013, em resultado de melhoria nos

formulários eletrónicos e interativos e da entrada em exploração de aplicação de recolha e tratamento de dados, mantendo-se preparação da adequação do quadro regulamentar aplicável.

Decorreu em setembro a **Conferência “Gestão do Espectro: Perspetivas, Desafios e Estratégias”**, que serviu de preparação para a Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2015 (WRC-15) através de diálogo aberto entre operadores, indústria e utilizadores, sobre programa político do espectro, dividendo digital e, necessidades de espectro nas diversas áreas sectoriais estratégicas. Este evento foi precedido de *Workshop* sobre Sistemas Cognitivos, promovido pela CE, de apresentação de projetos europeus de investigação em sistemas cognitivos e de familiarização com os sistemas e componentes do *Cognitive Radio Experimentation World* (CREW).

#### h. Numeração

Com a entrada em produção da solução de gestão de numeração, foi lançado no sítio do ICP-ANACOM, um novo modelo de publicação do PNN – Plano Nacional de Numeração, incluindo os recursos de numeração geridos por outras organizações internacionais em que esta Autoridade tem, nomeadamente, competências de notificação.

Por deliberação de abril, o ICP-ANACOM aprovou a decisão final relativa às regras e utilização de números 18xy do PNN para serviços informativos que passaram a poder ser de carácter geral (informação de horários, informação de programas, apoio na escolha de bens, serviços ou itinerários, informação de proximidade, conteúdos diversos de interesse público geral, serviço de marcação e reserva), complementares ao serviço informativo de listas telefónicas, que era o único serviço possível de prestar nesta gama de numeração. A mesma decisão definiu os preços máximos de retalho a praticar.

#### i. Reclamações

Em 2013 foram registadas pelo ICP-ANACOM 63.822 solicitações do tipo reclamação de utilizadores de serviços de comunicações e do público em geral, mais 12 por cento do que em 2012, com um número médio mensal de 5.319.

A utilização do livro de reclamações registou, em 2013, um aumento de 26 por cento quando comparado com 2012, continuando este a ser o principal meio de entrada de reclamações no ICP-ANACOM, com cerca de 74 por cento do volume total de reclamações recebidas por esta Autoridade.

No universo de reclamações dirigidas diretamente ao ICP-ANACOM, o formulário eletrónico foi o meio mais utilizado pelos reclamantes – das 16.362 reclamações diretamente dirigidas a esta Autoridade, 10.730 (cerca de 66 por cento) foram apresentadas por esta via.

No sector das comunicações eletrónicas, foram contabilizados 58.129 registos, mais 25 por cento do que no ano anterior. O sector postal contou com 8.292 registos (12 por cento do total), menos 9 por cento quando comparado com 2012. Neste período, a TDT (televisão digital terrestre) totalizou 1.401 registos, menos 83 por cento do que no período homólogo, representando apenas 2 por cento do total de registos recebidos durante o ano.

#### j. Informações ao Consumidor

- Lançamento do NET.mede, em 5 de dezembro de 2013, que permite aos utilizadores de Internet medir, em menos de 30 segundos, a velocidade da sua ligação e a comparem com a que têm contratada com o seu prestador de serviço. O NET.mede permite também fazer o teste de *traffic shaping*, mecanismo usado pelos operadores



para gerir o tráfego de Internet através da aplicação de restrições ao tráfego e à velocidade contratada.

- Publicação no portal do consumidor e no sítio institucional dos acessos aos sítios dos prestadores de serviços com informação sobre as condições das ofertas e de utilização dos serviços prestados.

- Publicação, no portal do consumidor de, um conjunto de informações que podem ajudar o consumidor a melhorar o seu conhecimento sobre as ofertas de produtos e serviços, sobretudo no que respeita a aspetos que é fundamental conhecer: regras de fidelização, tráfegos ilimitados, desbloqueamento de equipamentos, forma de por termo aos contratos, meios de resolução de litígios, etc.

Apesar de não ter sido lançado em 2013, importa evidenciar a utilização do simulador/comparador de tarifários – o COM.escolha -, que permite conhecer e comparar os tarifários que lhes são mais adequados, tal como o NET.mede, acessível via portal do consumidor do ICP-ANACOM. Em 2013, o COM.escolha recebeu um total de 73.038 visitas de 59.688 utilizadores. Em comparação com o ano anterior, registou-se um acréscimo de 59,5 por cento no número de visitas e um aumento de 75,29 por cento no número de utilizadores. Em 2013, foram visitadas 362.147 páginas, o que representa uma média de 4,96 páginas vistas por visita.

#### k. Supervisão

Em termos de atividade de supervisão, em 2013 foram realizadas cerca de 3500 ações de fiscalização, sendo que 1537 são fiscalizações de mercado, incidindo sobre o sector postal, as comunicações eletrónicas e o cumprimento das regras ITED/ITUR. Muitas das ações de fiscalização realizadas decorrem da análise de reclamações enviadas ao ICP-ANACOM pelos consumidores. A maioria, 81 por cento, das 63 822 reclamações recebidas respeita ao sector das comunicações eletrónicas. Das ações de fiscalização realizadas em 2013 resultou a instauração de 265 novos processos de contraordenação, tendo sido concluídos 592.

Durante 2013 foram realizadas 647 ações de fiscalização no mercado dos serviços postais, entre as quais se destacam as que visaram verificar a atividade prosseguida por nove empresas que atuam no correio acelerado. Foi também analisado o funcionamento de 614 postos de correio e de 24 centros de distribuição postal dos CTT.

Em 2013, o Laboratório de Ensaios e Calibração (LEC) manteve a acreditação do Instituto Português de Acreditação (IPAC). A atividade de controlo de mercado e da indústria, incluiu conformidade de equipamentos com requisitos de compatibilidade eletromagnética, utilização eficaz do espectro, pareceres técnicos para processos em contencioso ou, peritagem de equipamentos de receção de televisão digital para verificar a existência de práticas de *cardsharing*; efetuados 218 trabalhos de calibração de aparelhagem de medida, dos quais 15 foram para clientes externos.

Em 2013, o ICP-ANACOM realizou dois estudos sobre o consumo de **pacotes de serviços** <sup>(72)</sup>.

Num deles concluiu-se que a esmagadora maioria dos inquiridos valorizava a contratualização de pacotes de serviços, devido a vantagens como a fatura única, a redução de preço face à compra isolada dos mesmos serviços (nomeadamente devido a descontos tais como a oferta de uma ou mais mensalidades) e a simplicidade associada ao pacote. O nível de concorrência no mercado dos pacotes de serviços parecia ser distinto nas diferentes regiões do país, e a penetração dos vários pacotes de serviços

---

<sup>(72)</sup> Informação disponível em <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1342727#.VPCUDyy4JZs>

variava em função da demografia. Os pacotes triplos, por exemplo, tinham menor penetração nos concelhos com menos população.

Noutro estudo, sobre o consumo de pacotes de serviços de comunicações eletrónicas, concluiu-se que (i) a probabilidade de adesão é menor para os agregados com menor rendimento, para os trabalhadores por conta própria e para os agregados familiares mais envelhecidos; (ii) as diferenças regionais não são, na sua maioria, significativas (exceto no caso dos pacotes triplos).

### 6.3.3. OUTRAS ATIVIDADES

#### Presença Internacional

##### **UE - União Europeia**

A 19 de novembro de 2013, o Parlamento Europeu (PE) aprovou o financiamento geral do Mecanismo Ligar a Europa (*Connecting Europe Facility* - CEF) - €1,14 mil milhões de euros, ao invés dos 9,2 mil milhões inicialmente propostos pela Comissão Europeia (CE) para o período 2014-2020. O montante correspondente será utilizado no desenvolvimento de plataformas reutilizáveis (*building blocks*) para a entrega de serviços públicos *em linha*, em vez de ser usado para investir em redes físicas.

O ICP-ANACOM participou através de assessoria em reuniões e na elaboração de pareceres, nos Grupo de Trabalho do Conselho Europeu, de Telecomunicações e Sociedade da Informação e, de Serviços Postais, nas negociações no Comité de Representantes Permanentes (COREPER) e, nas reuniões do Conselho dos Transportes, Telecomunicações e Energia (TTE), cabendo-lhe ainda acompanhar os trabalhos dos grupos e comités nas áreas das comunicações eletrónicas, assuntos postais e comércio eletrónico. Inserem-se neste âmbito o Comité das Comunicações (COCOM), que tem a seu cargo a implementação do quadro regulamentar para as comunicações eletrónicas, o Comité do Espectro Radioelétrico (RSC) e o Comité da Diretiva Postal, assim como em ações do programa TAIEX – *Technical Assistance Information Exchange Office* – em que em 2013, houve ocasião de apresentação do comparador tarifário COM.escolha.

##### **UIT - União Internacional das Telecomunicações**

O ICP-ANACOM participou no Fórum Mundial de Políticas de Telecomunicações, subordinado à discussão das políticas internacionais públicas para a Internet, em que o Brasil apresentou uma proposta para uma opinião adicional sobre “*Role of Government in the Multistakeholder Framework for Internet Governance*” que não foi aprovada, apesar de diversas delegações reconhecerem a sua importância, e que continuará em debate no Grupo de Trabalho do Conselho da UIT sobre Internet.

##### **OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico**

O ICP-ANACOM acompanhou os trabalhos de revisão das linhas diretrizes da OCDE sobre segurança, transição do IPv4 para IPv6 e capital intelectual.

##### **EUTELSAT - Organização Europeia de Telecomunicações por Satélite**

O ICP-ANACOM assegura a representação nacional na Assembleia de Partes (AP), tendo Portugal sido eleito em 2013 para a presidência da 38.<sup>a</sup> AP, por um mandato de dois anos.

#### Organizações de órgãos de regulação

No exercício das suas atribuições e competências o ICP-ANACOM é membro de várias organizações e associações de ARN. Destaca-se a participação no BEREC e no IRG, no que respeita à região europeia, no EMERG, no que respeita à bacia mediterrânica, na

REGULATEL, no que respeita à região da América Latina e, finalmente, na ARCTEL-CPLP relativamente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

**BEREC** (Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas)

Em 2013, no seguimento de vários incentivos que recebeu à assunção de um papel de maior relevo na estrutura do BEREC, a presidente do Conselho de Administração do ICP-ANACOM candidatou-se à presidência do BoR do BEREC, MC e IRG, tendo sido eleita por unanimidade na reunião plenária de dezembro. Em face do sistema de *troika* vigente nas três estruturas, a presidência em 2015 implica igualmente assumir uma vice-presidência nos anos anterior e posterior, ou seja, em 2014 e 2016. Neste mesmo contexto, o ICP-ANACOM coordenará e presidirá igualmente às reuniões da Rede de Contatos, preparatórias das plenárias.

**REGULATEL** (Fórum Latino-americano das Entidades Reguladoras de Telecomunicações)

Através de processo de reestruturação interna, em 2013, foi aprovado o estatuto de membro de pleno direito às ARN europeias.

**EMERG** (Grupo de Reguladores Euro Mediterrânicos)

Em 2013, o ICP-ANACOM assumiu a Presidência do EMERG, do qual é membro fundador, tendo como especial preocupação não só consolidar a estrutura e práticas de cooperação internas, como promover a cooperação com outras redes de reguladores (em especial, com o BEREC) e assegurar os contactos com a CE, no contexto de negociação de um novo quadro de financiamento comunitário, pós-fevereiro de 2014.

**ARCTEL-CPLP**

2013 foi um ano de grande atividade na ARCTEL-CPLP tendo o ICP-ANACOM mantido a função de Secretariado.



## 7. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

### 7.1. Mercado das Comunicações

O mercado das comunicações de São Tomé e Príncipe é regulado pela Autoridade Geral de Regulação – AGER. Esta autoridade encontra-se sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas, Transportes e Comunicações, usufruindo de autonomia técnica, financeira, administrativa e patrimonial.



É um órgão multisectorial que tem por atribuições a gestão do espectro radioelétrico, o plano nacional de numeração, a regulação técnica e económica dos sectores das telecomunicações, correios, água e eletricidade.

Atua igualmente a pedido do Governo como órgão consultivo deste, emitindo pareceres em matérias que lhe sejam propostas para o efeito solicitado pelo Governo ou pela administração sectorial, sobre legislação ou normas técnicas, relativas aos sectores supracitados.

Os órgãos da AGER são três: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração é constituído por um presidente e dois ou quatro vogais – caso em que deve ser nomeado um vice-presidente, sendo os seus Membros nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do ministro da tutela, por um período de cinco anos renováveis, estando sujeitos a um regime de incompatibilidades específico.

A dinâmica do sector das telecomunicações tem trazido à instituição, por um lado alguns constrangimentos e por outro lado, grandes desafios, face à sua pequena dimensão, com dificuldades em manter os trabalhadores com as qualificações requeridas e de meios técnicos e materiais, e a complexidade própria de um órgão regulador multisectorial (Telecomunicações, Correios, Água e Eletricidade).

## 7.2. Informação Estatística sobre o Sector

Dados Socioeconómicos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Área geográfica	1.001 Km <sup>2</sup>		
População <sup>(73)</sup>	183.177	188.098	192.993
Proveitos do Sector Comunicações Eletrónicas (€)	12.485.986	13.062.104	13.000.754
Proveitos do Setor Postal (€)	63.256.00	95.003.00	90.000.000
Investimento do Sector Comunicações Eletrónicas (€)	8.285.931	6.136.474	2.624.826
Investimento do Setor Postal	n.d.	n.d.	n.d.
Emprego direto do Sector Comunicações Eletrónicas	87	88	93
Emprego direto do Setor Postal	44	41	32
Serviço Telefónico Fixo	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	1	1	1
Linhas Telefónicas <sup>(74)</sup>	7.960	8.035	6.976
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Fixo - % da população <sup>(75)</sup>	4,3	4,3	3,6
Serviço Telefónico Móvel	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	1	1	2 <sup>(76)</sup>
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago) <sup>(74)</sup>	115.038	122.172	125.329
Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago) % da população <sup>(75)</sup>	62,8	65	64,9
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	114.635	121.778	124.900

<sup>(73)</sup> Informação Banco Mundial disponível em:

<http://search.worldbank.org/data?qterm=population&language=EN>

<sup>(74)</sup> Informação Banco Mundial disponível em:

<http://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=world-development-indicators>

<sup>(75)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

<sup>(76)</sup> Existência de 2 empresas licenciadas, embora apenas uma estivesse operacional

Taxa de Penetração do Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	n.d.	n.d.	125.329
Taxa de Penetração do serviço Telefónico Móvel: Banda Larga - % da população <sup>(78)</sup>	0	1,9	7,1

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	1	1	2 <sup>(77)</sup>
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	929	877	995
Taxa de Penetração do Serviço de Internet Fixo (com fio) - % da população <sup>(78)</sup>	0,5	0,5	n.d.
Utilizadores de Internet (% da população)	20,16 <sup>(79)</sup>	21,57 <sup>(79)</sup>	11
Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	1	1	2 <sup>(77)</sup>
Total de Assinaturas de Internet de Banda Larga Fixa	707	900	1.051
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Fixa - % da população <sup>(78)</sup>	0,4	0,4	0,5
Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	2 <sup>(77)</sup>
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel	30 <sup>(78)</sup>	3.565 <sup>(78)</sup>	2.494
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Móvel - % da população <sup>(78)</sup>	n.d.	1,9	7,1

<sup>(77)</sup> Existência de 2 empresas licenciadas, embora apenas uma estivesse operacional

<sup>(78)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

<sup>(79)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>

Televisão por Assinatura	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	1	1	1
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

### 7.3. Principais Medidas Regulatórias em São Tomé e Príncipe – Autoridade Geral de Regulação – AGER 2013

#### a. Abertura do mercado das telecomunicações à concorrência

A existência de operador único em situação de monopólio mudou com o reconhecimento da UNITEL <sup>(80)</sup> como a melhor das sete candidaturas ao concurso de Março de 2013 para atribuição da 2.ª licença móvel, tendo-se desencadeado as atividades de:

- **Conclusão do projeto de “Caderno de Encargos”** e apresentação da proposta de Decreto Licença;
- **Processo de vendas das “Acções do Estado”** na Sociedade STP Cabo à UNITEL STP;
- **Consignação de frequências radioelétricas** GSM, UMTS e *Links* à UNITEL STP
- Atribuição de Blocos de Numeração;
- **Notificação à UIT** dos códigos de Identificação Internacional da UNITEL - STP, bem como dos futuros subscritores.

#### b. Projecto CAB2 – Cabo Submarino de fibra ótica

Na sequência da amarração em 2012 do cabo submarino de fibras óticas ACE (*Africa Coast Europe*) foi desencadeada interação com o Banco Mundial para o desenvolvimento de interligação, serviço universal e modelos de custeio para os operadores, com destaque para:

- Análise e discussão da PRI - **Proposta de Referência de Interligação** da CST (Companhia Santomense de Telecomunicações)
- **Coordenação com os países da região da África Central** para o uso de frequências reservadas a Televisão Digital Terrestre

#### c. Organização do *Workshop* sobre Negócios de Interligação

*Workshop* organizado no âmbito do Centro de Excelência da União Internacional de Telecomunicações para sensibilizar os operadores, decisores e a sociedade civil sobre a importância da interligação na abertura do mercado

<sup>(80)</sup> Informação ARCTEL disponível em <http://www.arctel-cplp.org/legislacao>

d. Organização do *Workshop* sobre pontos de “Troca de Tráfego Internet - I X P”  
Por solicitação e com AT da Comissão da União Africana

e. Análise e decisão sobre a proposta de Oferta Banda Larga CST

f. Atribuição de vários títulos – MMSI

g. Supervisão da Qualidade de Serviços de Telecomunicações

h. Decisão sobre a Conectividade Região Autónoma do Príncipe

O processo de escolha entre uma ligação por fibra ótica ou feixe hertziano e custos envolvidos

i. Organização da palestra sobre a temática do “Monopólio ao Mercado Livre”

j. Normativos submetidos à apreciação do Governo

Projeto Decreto Licença UNITEL – STP.

Projeto Decreto alteração Licença CST (migração para rede 3G).

Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico para o sector de Eletricidade, lembrando que a AGER é uma autoridade multisectorial.

k. Decisões pronunciadas

- Resolução nº. 01/2013 - que impõe à operadora CST a taxa de terminação assimétrica.
- Resolução que decide a suspensão do serviço audiotexto Internacional “*Sex lines*”, que envolvia o uso do indicativo do País e o prefixo +239 para Serviços de Valor Acrescentado.

## 8. TIMOR-LESTE

### 8.1. Mercado das Comunicações

Timor-Leste aderiu à UIT em agosto de 2010. O Sector das Comunicações em Timor Leste é regulado pela Autoridade Nacional de Comunicações – ANC, a qual se encontra sob a tutela do Ministério dos Transportes e Comunicações.



No ano 2012 o setor das telecomunicações de Timor-Leste sofreu profundas reformas baseadas numa nova Política Nacional de Telecomunicações que determina como objetivos fundamentais <sup>(81)</sup>:

- Acesso a telefones (seja serviço fixo ou móvel) a toda a população de Timor-Leste em 2015, e que banda larga de Internet disponível em todas as capitais de distrito e áreas circunvizinhas no mesmo ano (também será desenvolvido um plano até 2015 para expandir os serviços de Internet a todas as outras áreas, logo que seja viável);
- Aumento para um nível acima da média dos países com baixos rendimentos até 2015 da utilização dos principais serviços de telecomunicações – o telefone fixo e móvel (em conjunto) e o acesso em banda larga à Internet.

Dando corpo à reforma estrutural preconizada neste diploma, é aprovado em março de 2012 o novo Regulamento do Setor das Telecomunicações <sup>(82)</sup>. Neste diploma é extinta a ARCOM e criado um novo regulador do setor, independente <sup>(83)</sup>, a Autoridade Nacional das Comunicações (ANC).

É também determinado neste diploma legal o “Programa de Acesso Universal” de Timor-Leste, incluindo objetivos, método de financiamento do programa, áreas geográficas abrangidas, utilizadores elegíveis para apoio, serviços e processo de seleção do prestador do serviço de acesso universal.

A 27 de março de 2012, foi firmado entre o Governo de Timor-Leste e a Timor Telecom o acordo que pôs termo à concessão exclusiva de operador de telecomunicações que a Timor-Telecom era detentora, permitindo assim ao executivo timorense promover a liberalização do mercado das telecomunicações no país.

Ultrapassado o obstáculo do contrato monopolista que obrigava o Governo de Timor-Leste, é lançado em 12 de abril um concurso público internacional para a atribuição de licenças para operador de telecomunicações. Deste concurso resultou a atribuição de duas licenças a operadores internacionais: a Digicel Pacific Limited (Digicel) e PT Telekomunikasi Indonesia International (Telin).

---

<sup>(81)</sup> In “Política Nacional de Telecomunicações da República Democrática de Timor-Leste”, Resolução do Governo n.º 21/2001 de 24 de Junho, Jornal da Republica, Série I, N.º 23ª, disponível para consulta em [http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2011/serie\\_1/serie1\\_no23a.pdf](http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2011/serie_1/serie1_no23a.pdf)

<sup>(82)</sup> Decreto-Lei n.º 15/2012 de 28 de Março, disponível para consulta em [http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2012/serie\\_1/serie1\\_no12.pdf](http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2012/serie_1/serie1_no12.pdf)

<sup>(83)</sup> De acordo com o Dec. Lei n.º 15/2012, o novo órgão regulador é “um instituto público com personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, de um orçamento e património próprios, que tem por objeto exercer as funções de entidade reguladora do sector das telecomunicações”

Em termos de objetivos estratégicos para o setor, o Governo de Timor-Leste definiu no seu “Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030” <sup>(84)</sup>:

Até 2015:

- Existirá uma cobertura de telemóvel fiável, seguro e acessível a todos os Timorenses;
- Acesso à Internet seguro, acessível e de alta velocidade estará disponível em todas as capitais de distrito e áreas circundantes;
- Todas as escolas, postos de saúde e clínicas de saúde estarão ligados à Internet;
- Existirá um quadro regulamentar para gerir um mercado de telecomunicações concorrencial.

Até 2020:

- Todo o território Timor-Leste terá acesso a Internet de alta velocidade seguro, acessível e de alta velocidade;
- Todos os alunos e profissionais de saúde terão acesso a dispositivos portáteis de Internet;
- Timor-Leste terá acesso à tecnologia disponível no mundo.

## 8.2. Informação Estatística sobre o Sector

Dados Socioeconómicos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Área geográfica	15.007 Km <sup>2</sup>		
População <sup>(85)</sup>	1.120.392	1.148.958	1.178.252
Proveitos do Sector (€) <sup>(86)</sup>	51.991.700	n.d.	n.d.
Investimento do Sector (€)	n.d.	n.d.	n.d.
Emprego direto do Sector	n.d.	n.d.	n.d.

<sup>(84)</sup> Disponível para consulta na versão integral em <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Plano-Estrategico-Desenvolvimento-TL7.pdf>

<sup>(85)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://search.worldbank.org/data?qterm=population&language=EN>

<sup>(86)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014 (1US\$=0,77€, câmbio a 05.09.2014 em <http://www.oanda.com/lang/pt/currency/convert/>)

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	n.d.	3	n.d.
Assinaturas de Internet Fixa (com fio) <sup>(87)</sup>	1.068	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Internet Fixo (com fio) - % da população <sup>(88)</sup>	0,1	n.d.	n.d.
Utilizadores de Internet (% da população) <sup>(88)</sup>	0,9	0,92	1,1
Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	n.d.	3	n.d.
Total de Assinaturas de Internet de Banda Larga Fixa <sup>(89)</sup>	550	600	700
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de banda Larga Fixa (com fio) - % da população <sup>(88)</sup>	0,1	0,1	0,1
Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	n.d.	3	n.d.
Total de Assinaturas de Banda Larga Móvel <sup>(88)</sup>	4.456	4.500	5.000
Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Móvel - % da população <sup>(88)</sup>	0,4	0,4	0,4
Televisão por Assinatura	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de Penetração do Serviço de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

<sup>(87)</sup> Informação UIT por subscrição em ITU World Telecommunication/ICT Indicators 2014

<sup>(88)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>

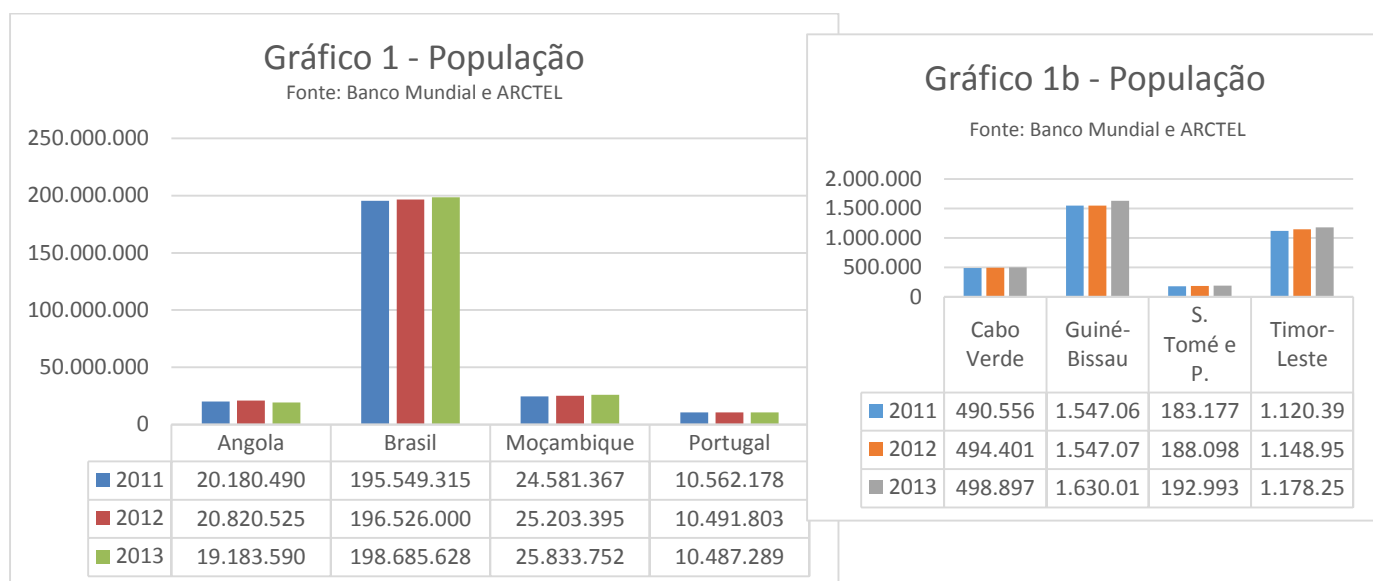
<sup>(89)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.BBND>



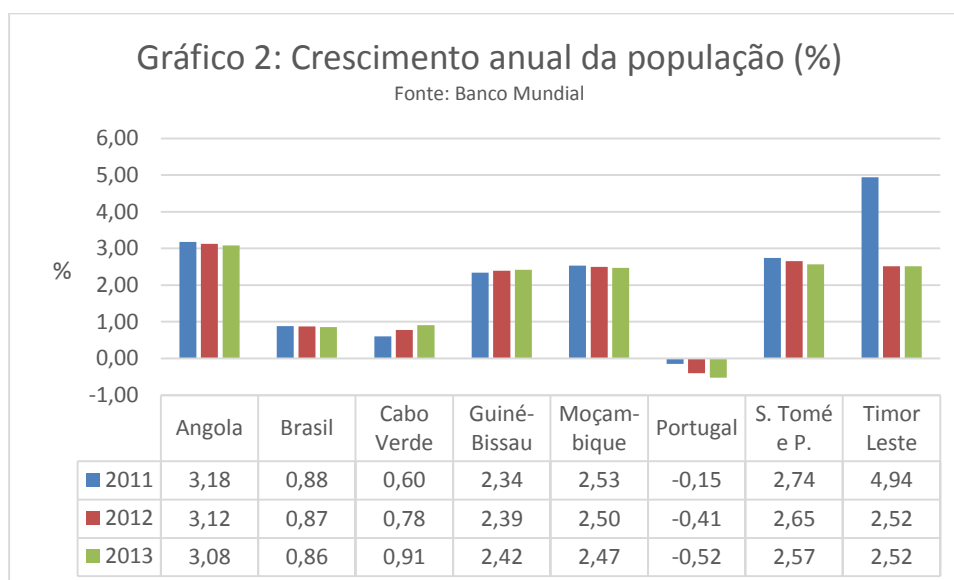
## II. RADIOGRAFIA SETORIAL

### Análise e comparação da evolução do Sector das Comunicações na CPLP em 2013

Às Estatísticas do Setor acima já apresentadas por país, procuramos tornar a leitura do utilizador mais completa, apresentando gráficos comparativos em que, como em edições anteriores deste Anuário, começamos pelo enquadramento socioeconómico.



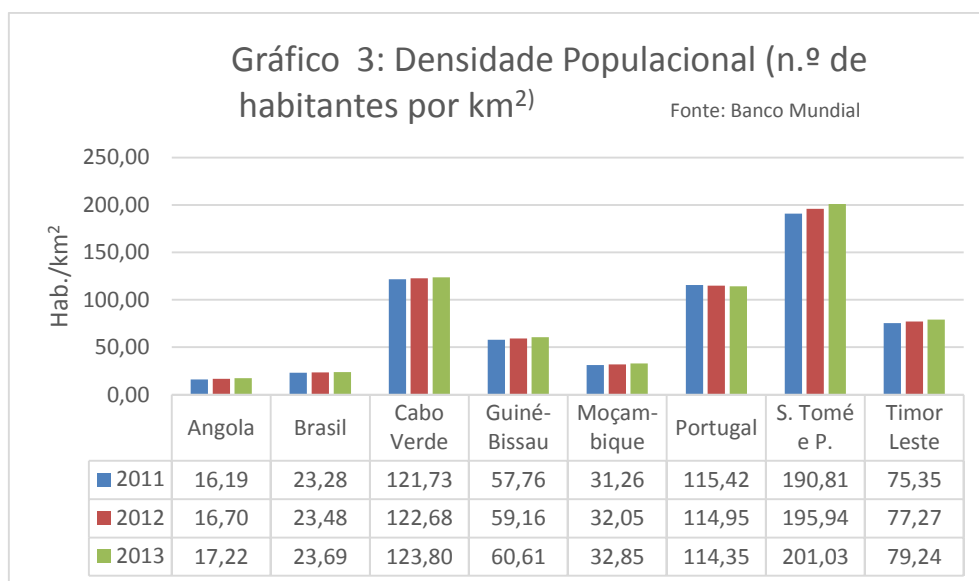
A dimensão do Brasil coloca questões de assimetria na visualização dos dados referentes ao número de habitantes pelo que se desdobraram esses dados em dois Gráficos, 1e 1-b<sup>(90)</sup>. Essa assimetria dilui-se no Gráfico 2<sup>(91)</sup>, referente ao crescimento populacional.



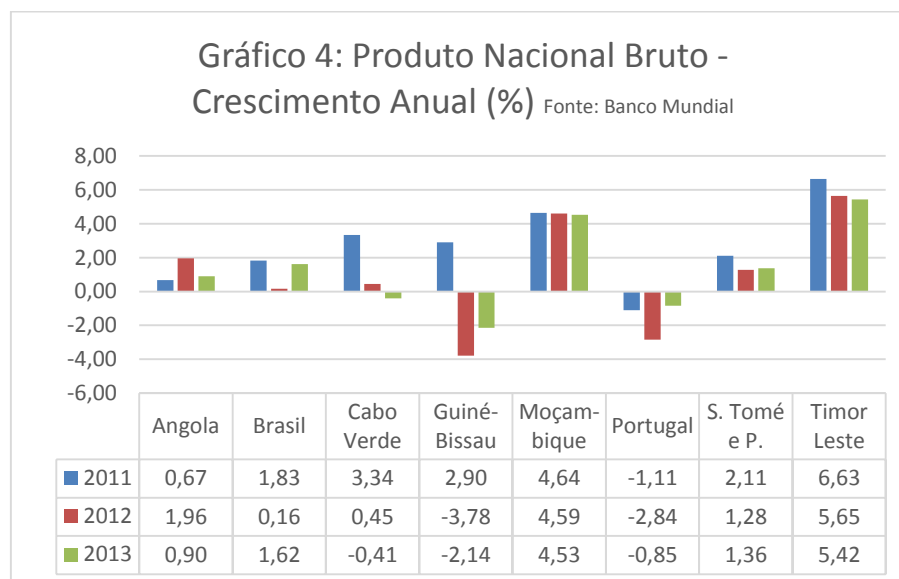
<sup>(90)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>, e outros (vide informação por país – de referir que para Angola, só os dados de 2013 são do INACOM)

<sup>(91)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.GROW>

Já no Gráfico 3 introduzimos a densidade populacional <sup>(92)</sup> pretendendo retratar a dinâmica demográfica ou intensidade de povoamento, pelo que representa em termos de desenvolvimento económico sustentável, de proximidade à atividade ou de acesso ao trabalho (habitação), o que pode caracterizar a via de inclusão financeira de um país, quando considerado conjuntamente com o rendimento *per capita*.



Passando para a evolução recente de dados estritamente económicos, através do Gráfico 4 <sup>(93)</sup> - referente ao crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB), sendo possível constatar, mais do que a agitação económica dos últimos anos, a evidência de uma situação de crise em todos os países, todos em descida de 2011 para 2012. Comparando os valores de 2011 e 2013, só Angola e Portugal recuperam, mas neste último caso, man-



tendo-se em terreno negativo; já quanto à evolução deste PNB *per capita*, pelo Gráfico <sup>(94)</sup> 5, é possível observar que essa descida entre 2011 e 2013, não se fez sentir para a média dos seus cidadãos, em Cabo Verde, tendo mesmo aumentado em São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Moçambique, para além de Angola.

<sup>(92)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/EN.POP.DNST>

<sup>(93)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>

<sup>(94)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>

Gráfico 5: Produto Nacional Bruto (milhares de \$) *per capita*

Fonte: Banco Mundial

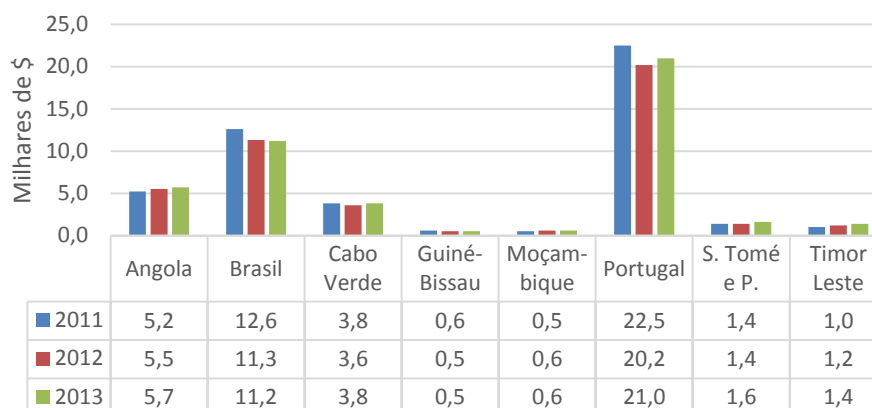
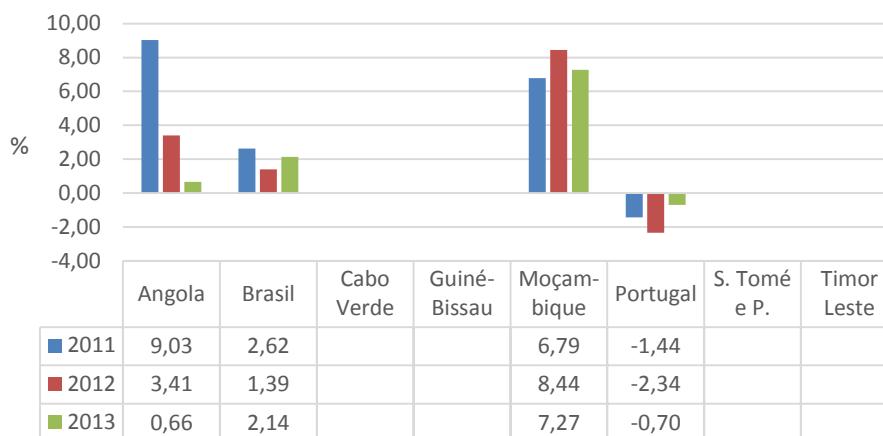


Gráfico 6: Produto Interno Bruto/Crescimento Anual (%)

Fonte: Banco Mundial

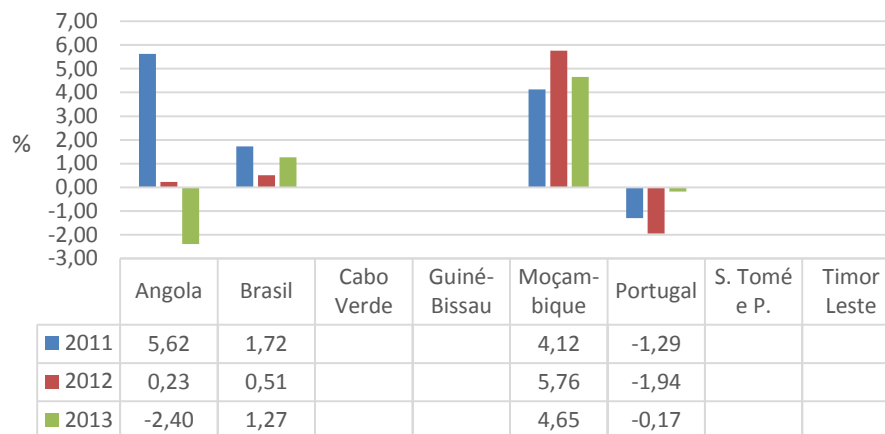


Atentando ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao seu crescimento anual no país e *per capita*, respetivamente através dos Gráficos 6 <sup>(95)</sup> e 7 <sup>(96)</sup>, só é possível apresentar dados das economias mais fortes: as descidas de 2011 para 2012 em Angola, no Brasil e em Portugal, só se agravam para Angola em 2013; curiosamente, para Moçambique, será mais correto falar de uma subida contida entre 2011 e 2013.

<sup>(95)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.MKTP.KD.ZG>

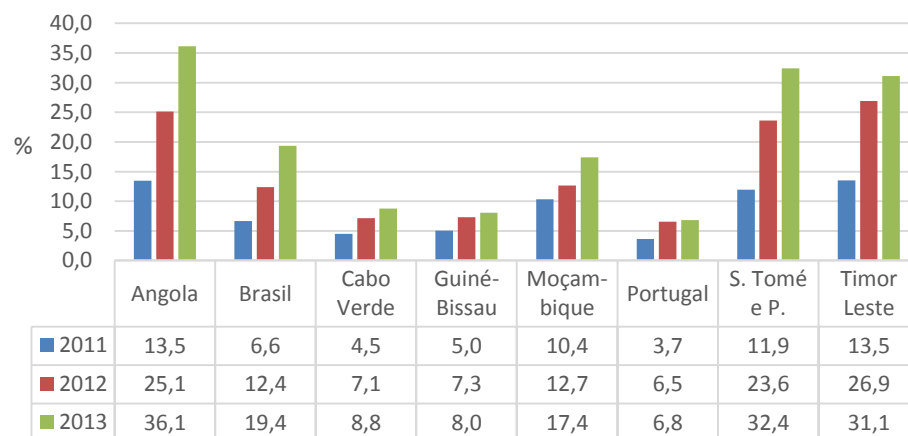
<sup>(96)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.KD.ZG>

**Gráfico 7: Produto Interno Bruto/Crescimento**  
Anual (%) *per capita* Fonte: Banco Mundial



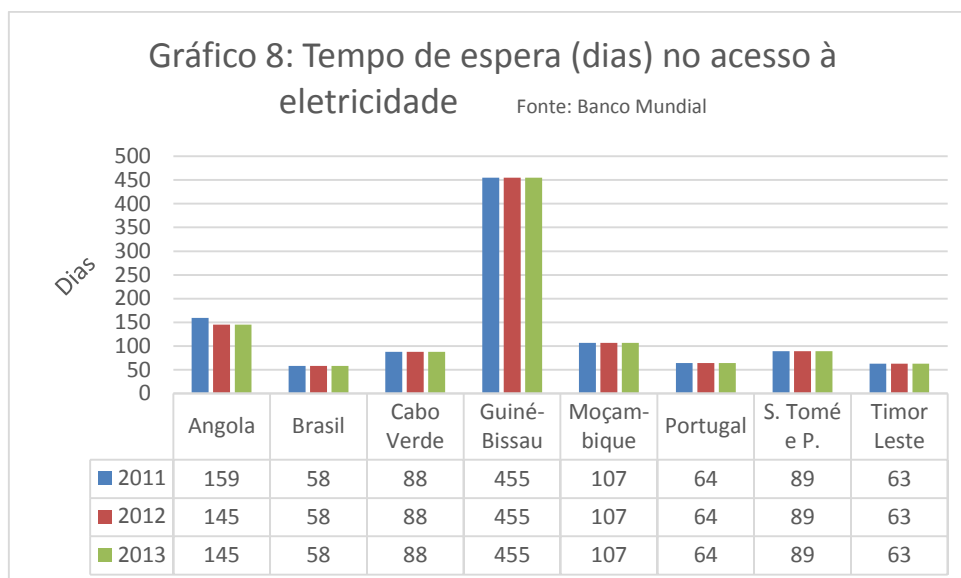
Prossegue-se esta série de dados socioeconómicos apresentando duas observações de atenção ao consumidor: no Gráfico 7<sup>(97)</sup>, o que tem vindo a ser a Inflação Anual nos Preços ao Consumidor – com interesse para cruzar com valores de cabazes de preços das TIC que seja disponibilizado em cada país; no Gráfico 8<sup>(98)</sup>, o número de dias necessários para a obtenção de uma ligação permanente de eletricidade, o que regra geral, condiciona o acesso às comunicações eletrónicas.

**Gráfico 7: Inflação Anual (%) nos preços ao consumidor** Fonte: Banco Mundial

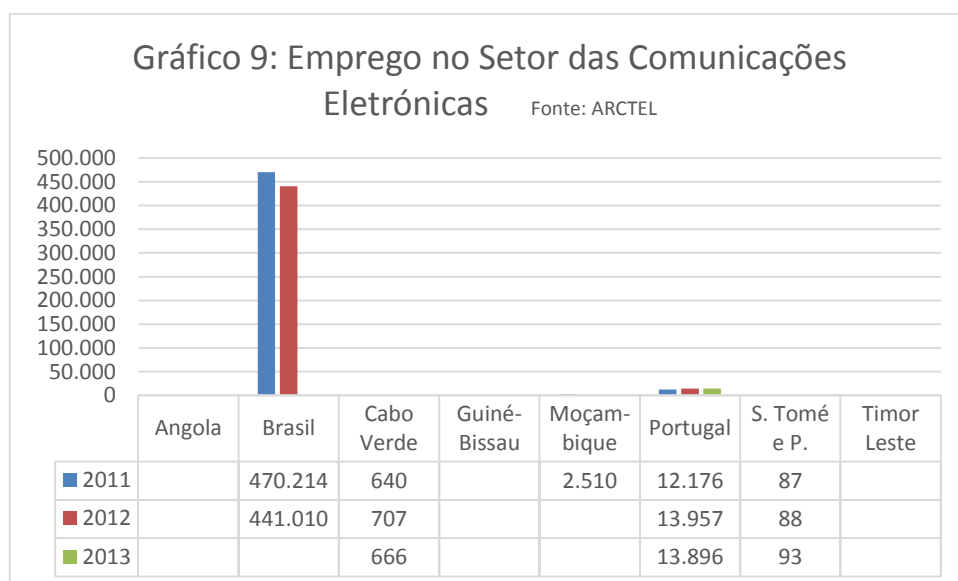


<sup>(97)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL>

<sup>(98)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IC.ELC.TIME>

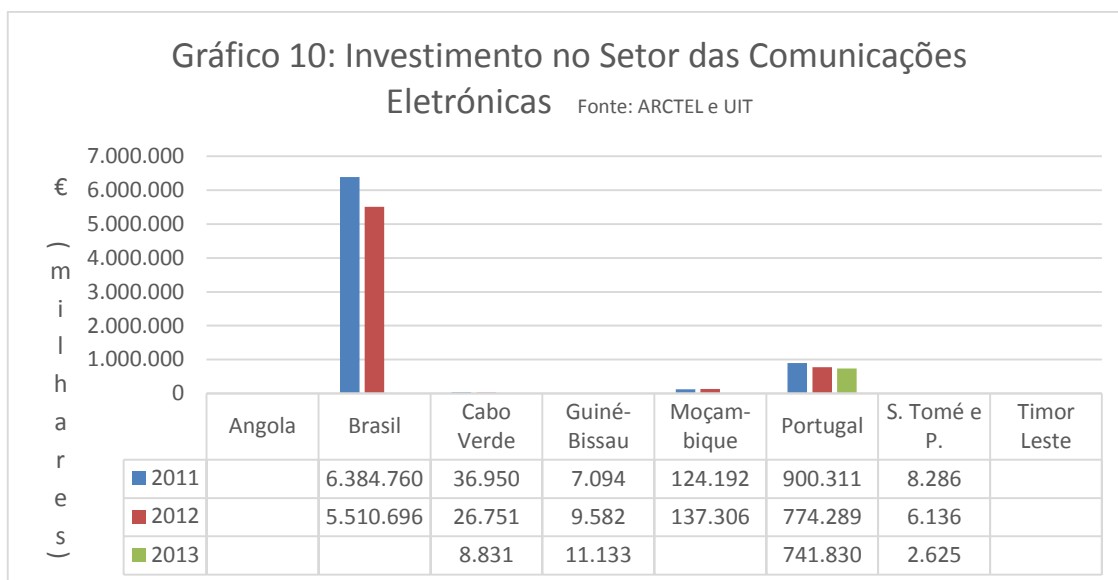


Com o Gráfico 9 <sup>(99)</sup> relativo à composição do emprego setorial voltam a notar-se as assimetrias relacionadas com as diferenças de dimensão populacional, sendo só visualizável a realidade brasileira, embora a transposição de dados ARCTEL não permita evidenciar outras dinâmicas. Nesta rubrica Emprego Direto, havendo alguma insuficiência de informação, não há dados referentes a Angola, Guiné-Bissau e Timor Leste.

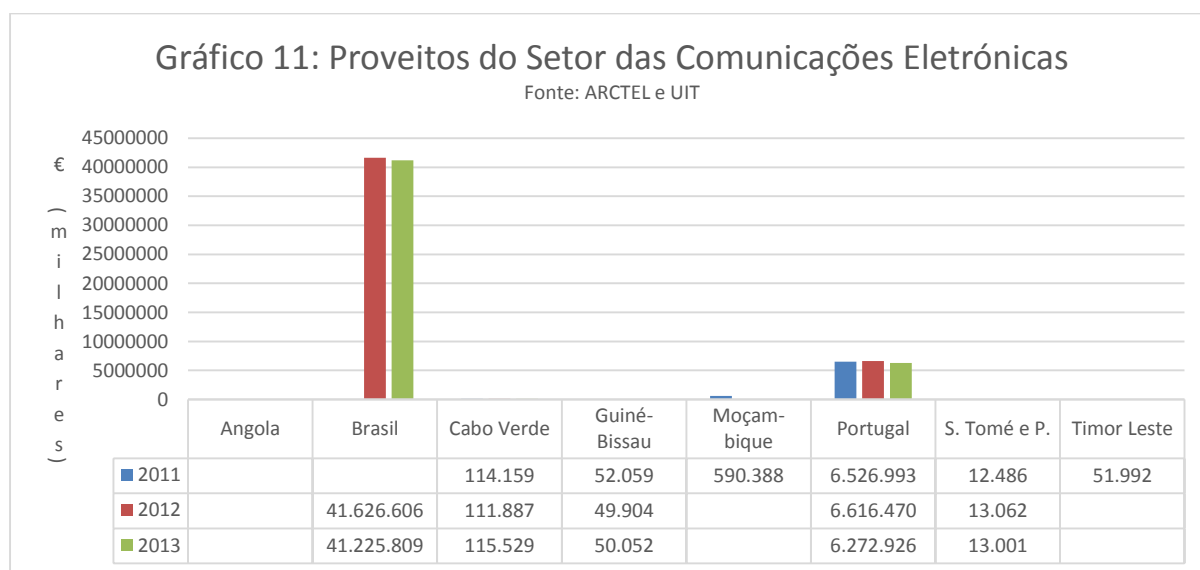


No Gráfico 10 (Fontes: ARCTEL e UIT) – Investimento do Setor, não havendo dados disponíveis para Angola e Timor-Leste, os números para Portugal, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde evidenciam clara continuidade de retração, e indícios do mesmo, sem dados de 2013, para o Brasil – mais uma vez com evidência no volume do seu dimensionamento continental - e, crescimento na Guiné-Bissau e, seu indício, embora sem dados de 2013, para Moçambique.

<sup>(99)</sup> Informação ARCTEL disponível em <http://www.arctel-cplp.org/estatisticas/>

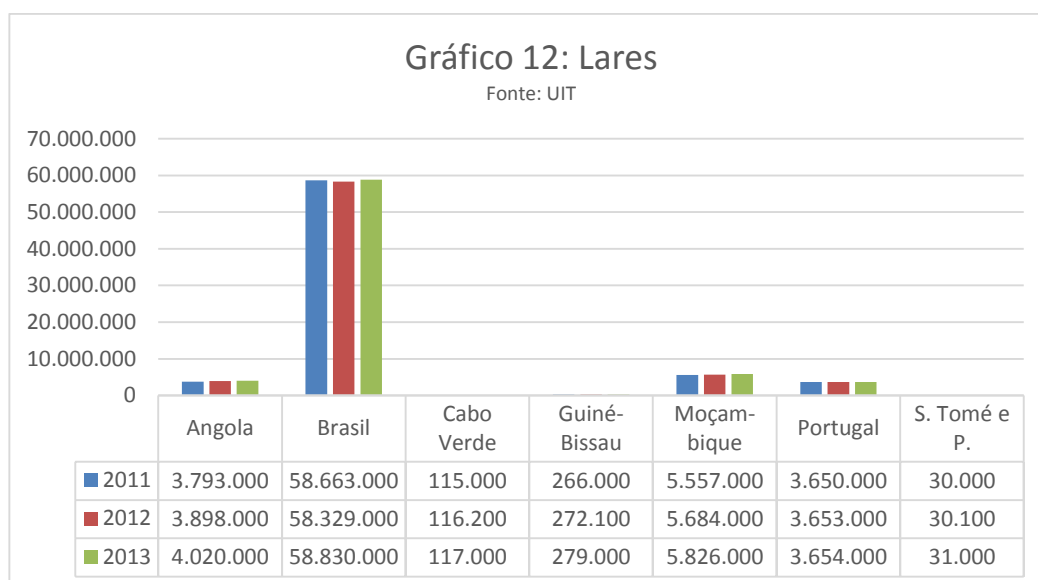


No Gráfico 11 (Fontes: ARCTEL e UIT), relativo aos Proveitos do Setor, a dimensão do Brasil e a integração de Portugal na economia europeia, não permitem estabelecer termos de comparação, sendo que os respeitantes à Guiné-Bissau a partir de 2012 abarcam uma realidade nacional não acessível em anos anteriores - mas os números permitem analisar alguns valores em continuidade.

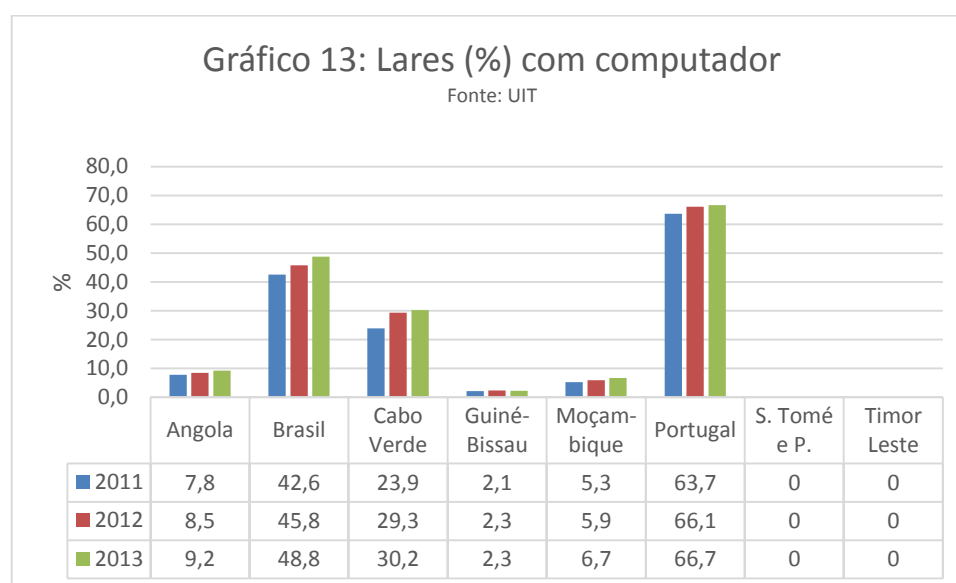


Concluimos a apresentação de dados socioeconómicos de interesse para o Setor com o conceito de agregados familiares ou lares, desta feita uma informação baseada em estatísticas da UIT <sup>(100)</sup> – Gráfico 12, essencial para a perceção da distribuição dos serviços pela população residente em cada país.

<sup>(100)</sup> Informação UIT por subscrição ICT Indicators 2014



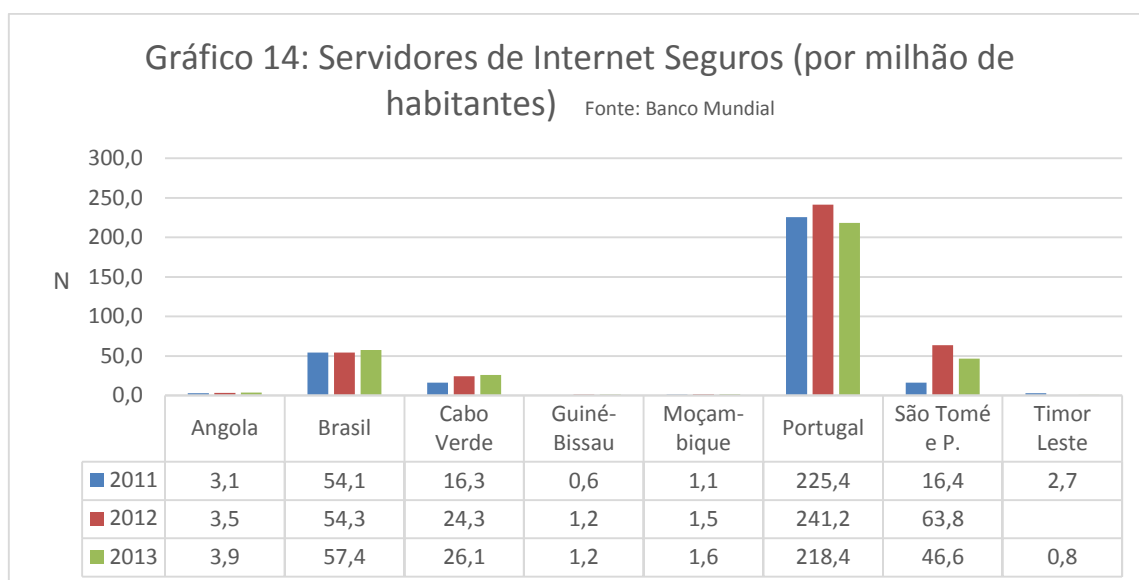
Passando a ilustrações referentes à disponibilidade dos diversos serviços nos diferentes países, considerando o serviço de Banda Larga, começamos pelo Gráfico 13 com a percentagem de lares com computador <sup>(101)</sup>, valores em progressão (sem dados para Timor Leste e S. Tomé e Príncipe) e só com a Guiné-Bissau a não manter essa tendência em 2013.



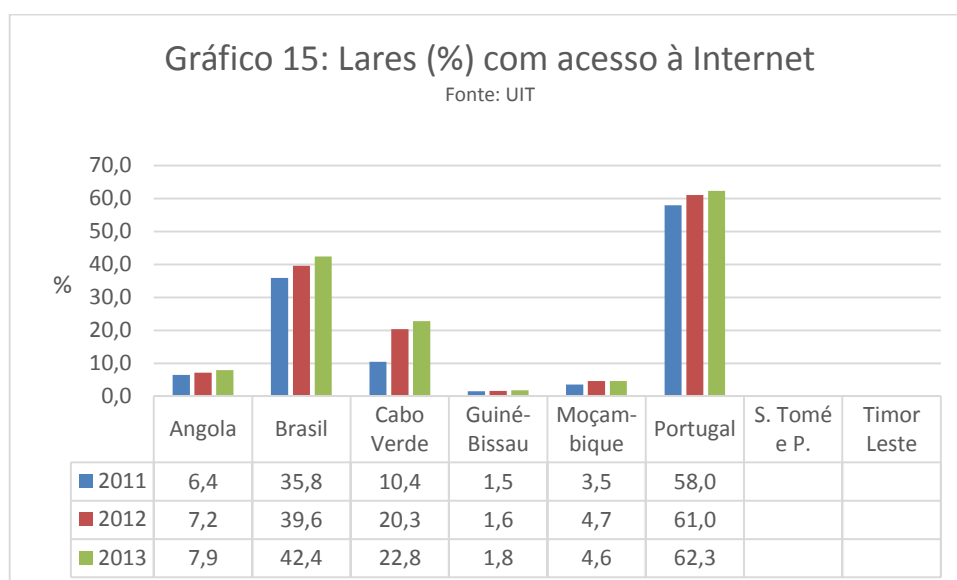
Partimos para uma série de dados referentes à telefonia fixa e móvel com referências ao acesso à Internet, começando justamente por referir um indicador do Banco Mundial sobre servidores de Internet seguros, isto é, com utilização de tecnologia de encriptação para as transações na Internet, conforme Gráfico 14 <sup>(102)</sup>.

<sup>(101)</sup> Informação UIT por subscrição ICT Indicators 2014

<sup>(102)</sup> Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.SECR.P6>



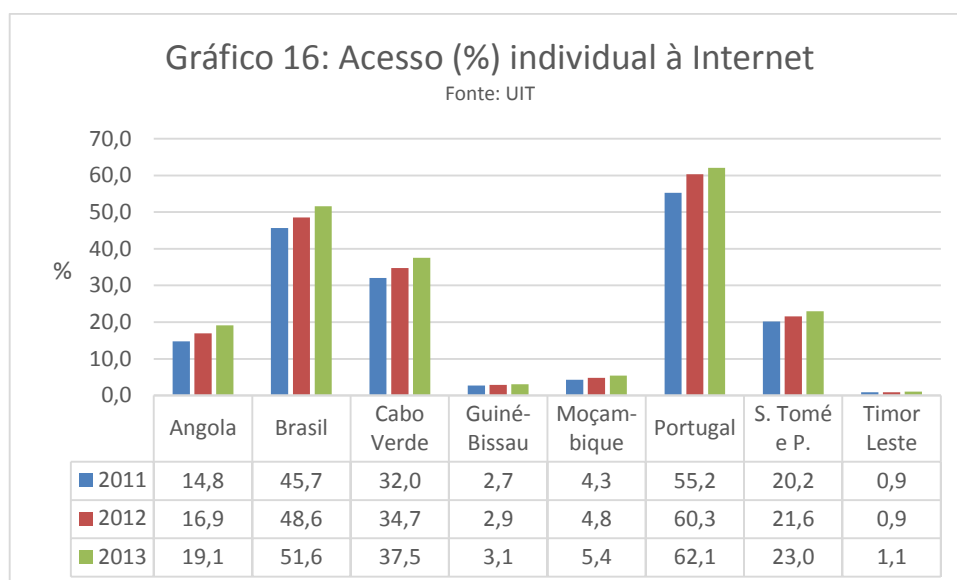
Já no Gráfico 15 <sup>(106)</sup> referente à percentagem de residências com acesso à Internet - também sem dados sobre S. Tomé e Príncipe e Timor Leste - é clara uma evolução uniforme, embora Moçambique apresente uma pequena retração em 2013.



Extrapolando para o acesso individual à Internet, apresentam-se no Gráfico 16 percentagens disponibilizadas pela UIT <sup>(103)</sup> em que essa evolução uniforme de acesso a este serviço, se traduzem mais fidedignamente.

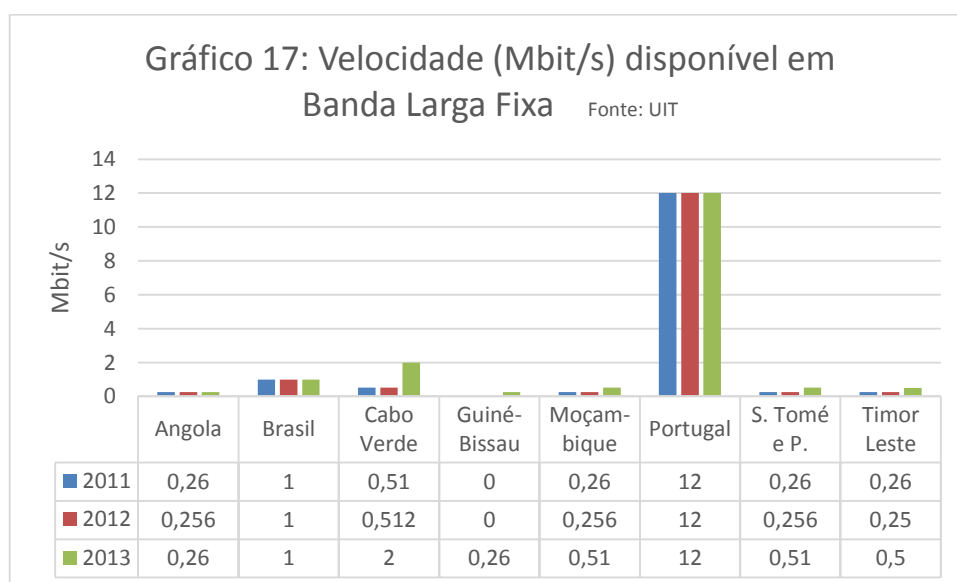
<sup>(103)</sup> Informação UIT por subscrição ICT Indicators 2014





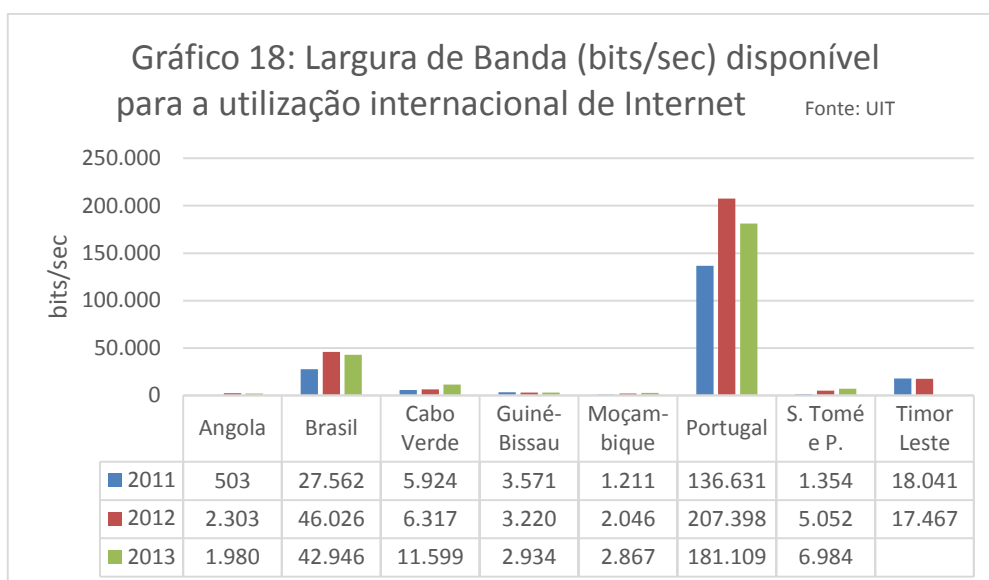
Quanto à velocidade de acesso à banda larga fixa considerada em Mbit/s para cada país, também segundo informação da UIT <sup>(107)</sup>, conforme Gráfico 17, com crescimentos muito significativos que ocorreram em certos países, com Portugal em evidência, embora seja muito significativo que Cabo Verde tenha dobrado essa capacidade.

A velocidade de acesso publicitada pelos operadores pode diferir substancialmente da que é realmente acedida, sendo que em alguns países as autoridades reguladoras monitoram a velocidade e qualidade dos serviços em banda larga, podendo vincular os operadores a disponibilizarem informação exata aos consumidores sobre essa qualidade de serviço.

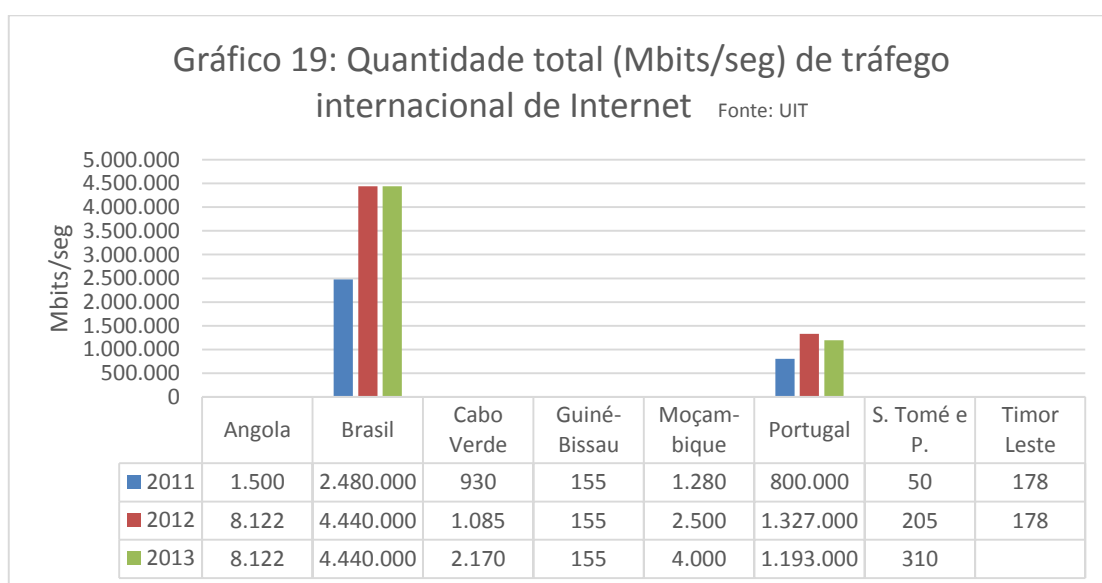


A UIT também disponibiliza dados <sup>(104)</sup> sobre a capacidade em largura de banda contratualizada pelos operadores em cada país para o tráfego internacional da Internet, tal como surge no Gráfico 18.

<sup>(104)</sup> Informação UIT por subscrição ICT Indicators 2014

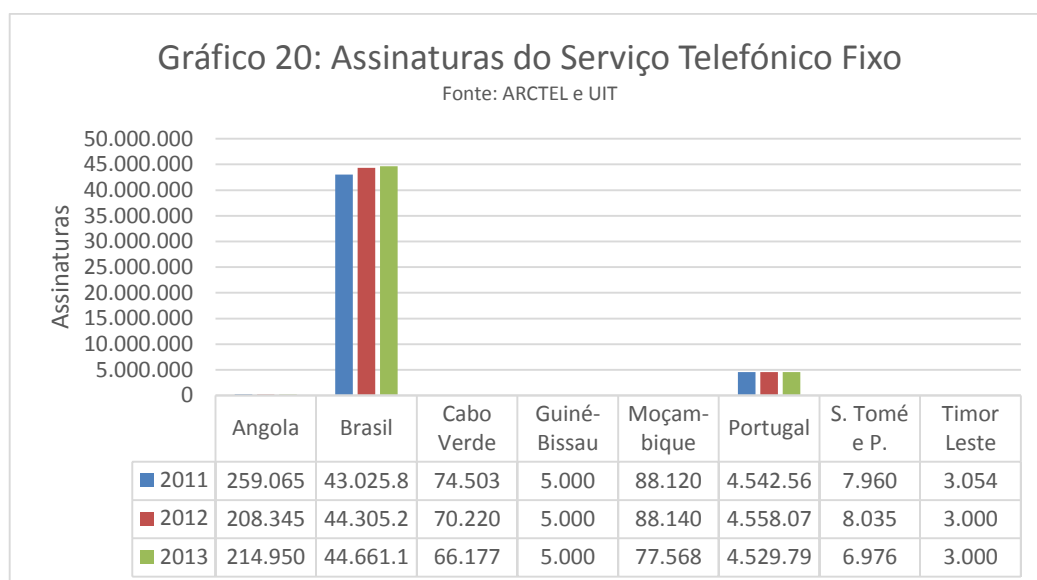


Em complemento, o Gráfico 19 permite analisar a adesão, em cada país, ao Serviço Internacional de Internet, conforme a capacidade total utilizada em Megabits por segundo <sup>(105)</sup>, em termos da sua utilização em sítios em que há troca de tráfego em largura de banda internacional.

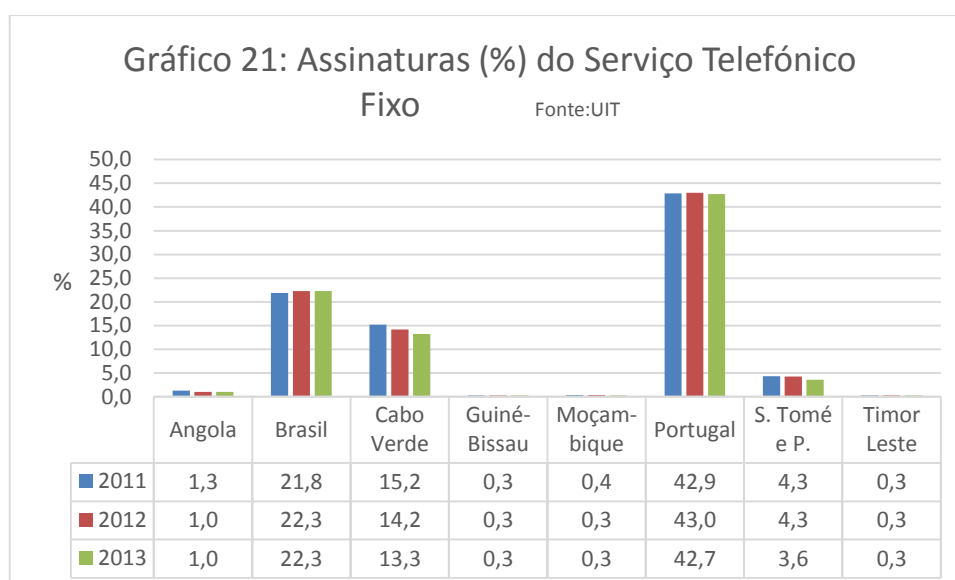


Passando a ilustrações referentes à disponibilidade dos serviços mais “clássicos”, ainda a montante da Internet, começamos pelo Serviço Telefónico Fixo, em que o Brasil continua a assinalar subida, com inversão dessa tendência nos restantes – sem informação muito precisa para a Guiné-Bissau e Timor Leste, conforme apresentado no Gráfico 20.

<sup>(105)</sup> Informação UIT por subscrição ICT Indicators 2014



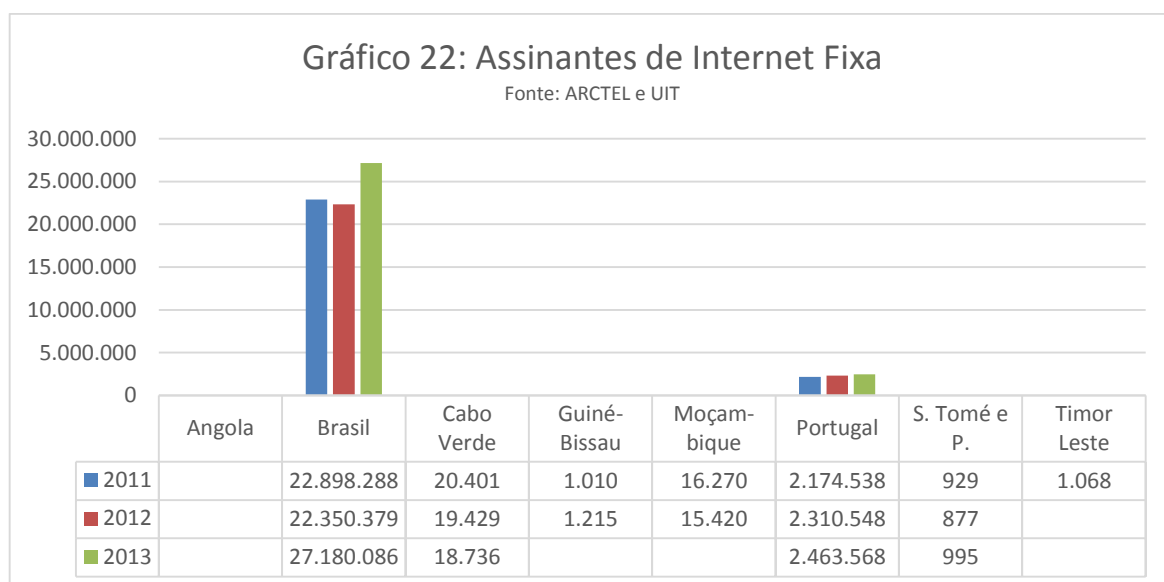
Já no Gráfico 21, segundo informação UIT <sup>(106)</sup>, pode-se observar a distribuição desse Serviço Telefónico Fixo pela população, percentualmente – e pela primeira vez se assiste, a uma não evolução uniforme.



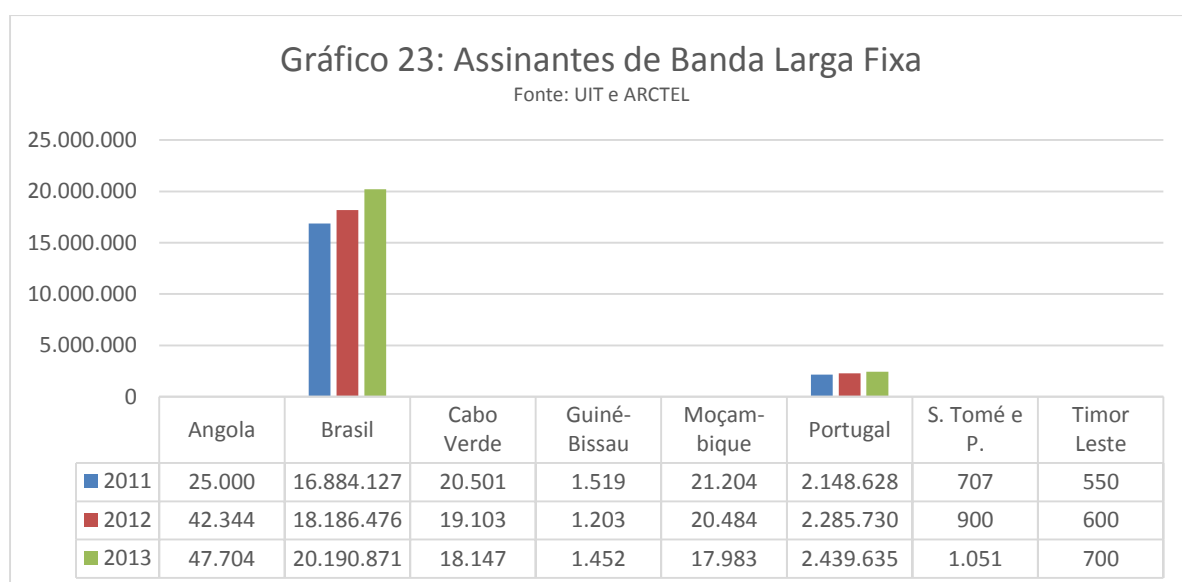
Com o Serviço de Internet Fixa, no Gráfico 22 <sup>(107)</sup>, só é ilustrativo observar a dimensão do Brasil face a Portugal. Pelos números, face à crescente adesão em Portugal, assistem-se a flutuações no Brasil e em S. Tomé e Príncipe, diminuindo em Cabo Verde.

<sup>(106)</sup> Informação UIT por subscrição em ICT Indicators 2014

<sup>(107)</sup> Informação UIT por subscrição em ICT Indicators 2014 e ARCTEL



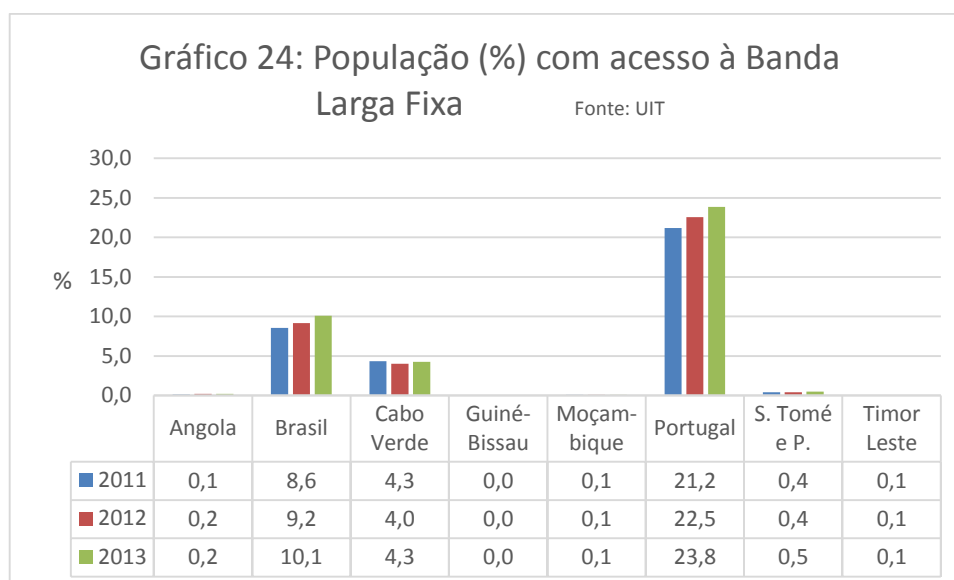
Já no que diz respeito ao acesso ao serviço de Banda Larga Fixa, conforme Gráfico 23 <sup>(108)</sup>, enquanto Moçambique e Cabo Verde desaceleram e a Guiné-Bissau flutua, todos os restantes países experienciam crescimento.



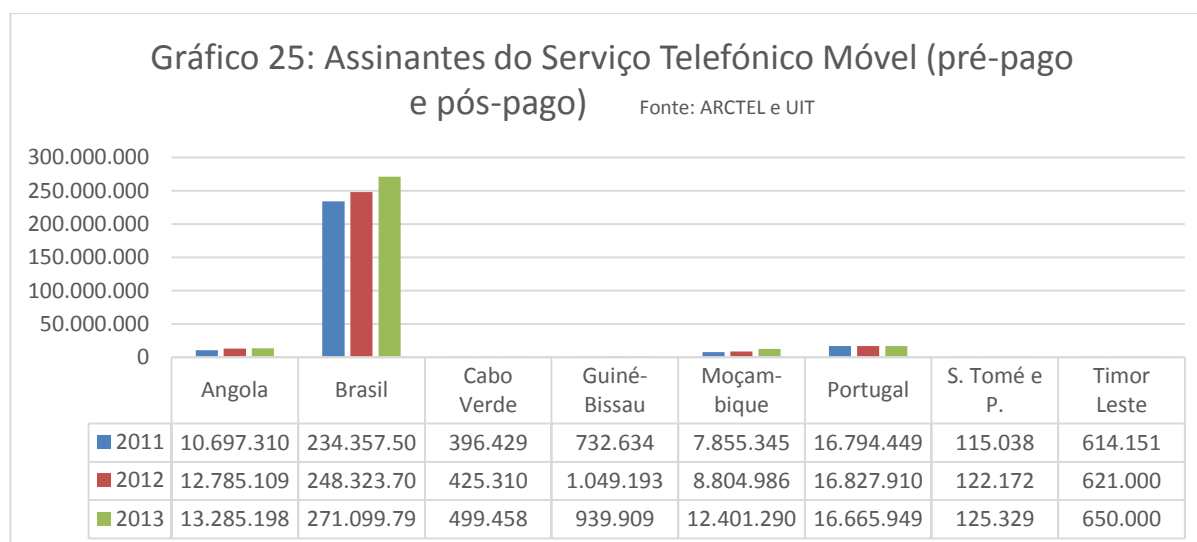
Mas quando situamos esse Acesso à Banda Larga Fixa pelo impacto que tem em toda a população, isto é, via percentagem da população que dispõe deste serviço, Portugal inverte posição com o Brasil, com cerca de duas vezes mais do total da população, e, Cabo Verde distingue-se, aproximando-se a cerca de metade dos valores apresentados para o Brasil – já só segundo dados da UIT <sup>(109)</sup>, no Gráfico 24.

<sup>(108)</sup> Informação UIT por subscrição em ICT Indicators 2014 e ARCTEL

<sup>(109)</sup> Informação UIT por subscrição em ICT Indicators 2014

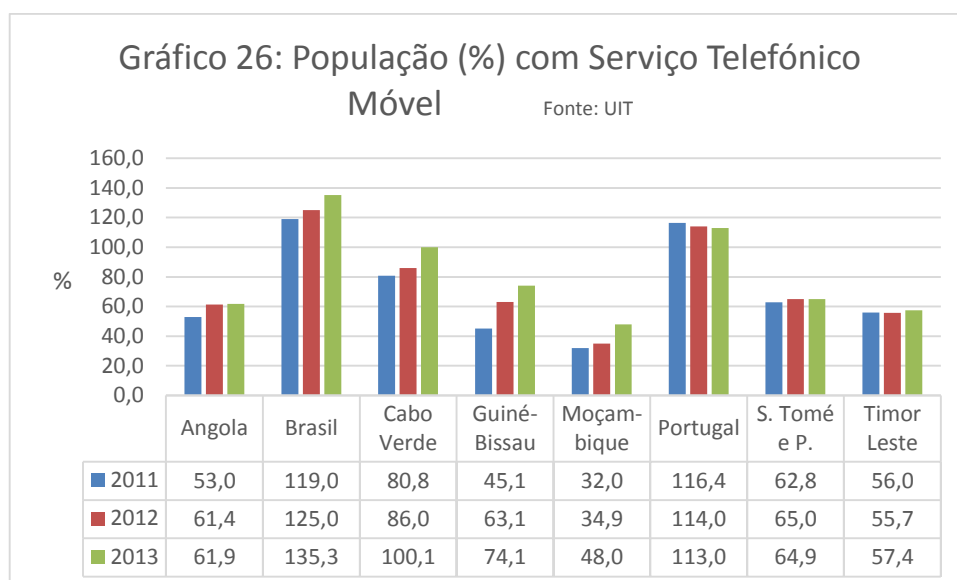


Continuamos com o Acesso ao Serviço Móvel, conforme informação ARCTEL e UIT, com os Gráficos 25 (Número de Assinantes do Serviço Telefónico Móvel), 26 (Percentagem da População com Serviço Telefónico Móvel), 27 (Assinantes de Banda Larga Móvel) e, 28 (Percentagem da População com Acesso à Banda Larga Móvel).

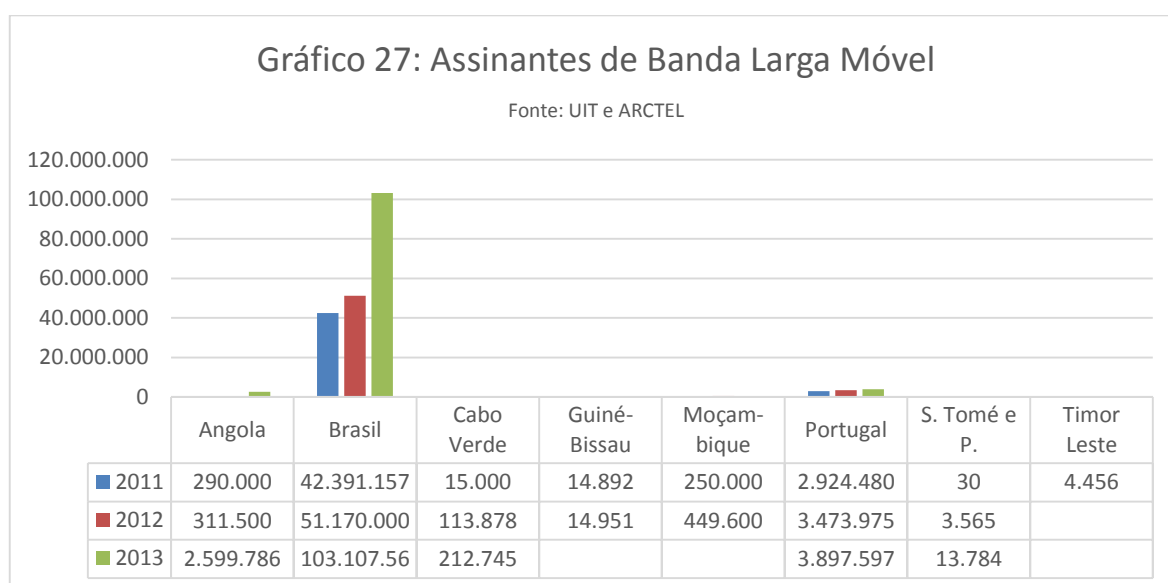


Pelos Gráficos 25 e 26 <sup>(110)</sup> atenta-se bem ao que a expressão do uso do telemóvel chegou, ainda em subida em quase todos os países – apenas a Guiné-Bissau e Portugal conheceram alguma retração em 2013 em número de assinantes, mas quanto à percentagem da população abrangida, 100% é atualmente o valor que a todos compara, com Cabo Verde a atingir esse marco, o Brasil sem abrandar, Portugal pela primeira vez em recuo, e, só Moçambique sem atingir ainda metade da população.

<sup>(110)</sup> Informação UIT por subscrição em ICT Indicators 2014

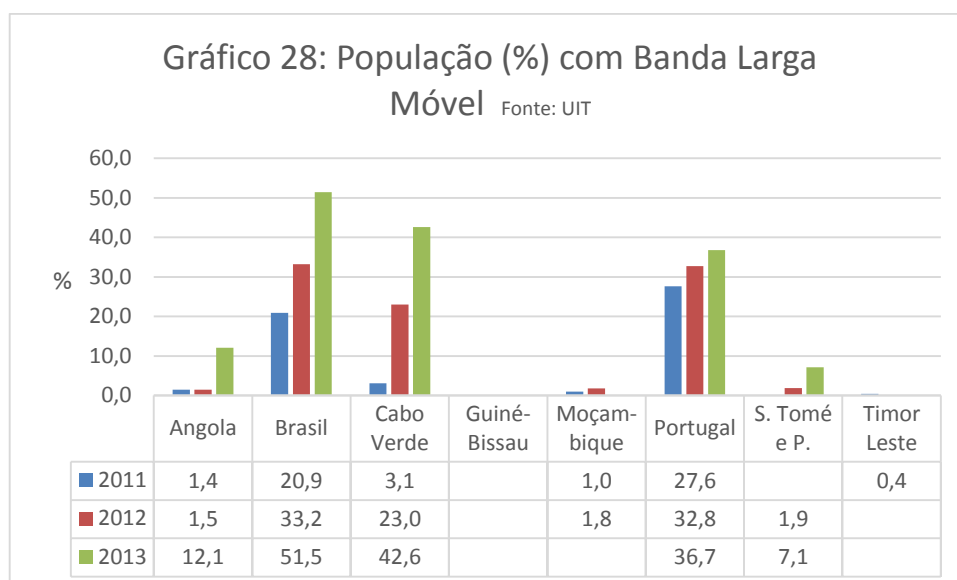


Do Gráfico 27 pode-se atentar nos números em crescendo ao Serviço de Banda Larga Móvel, com destaque para Angola que, de 2012 para 2013, cresceu cerca de 8 vezes nessa adesão, enquanto o Brasil e Cabo Verde apontaram para o dobro do número de assinantes.

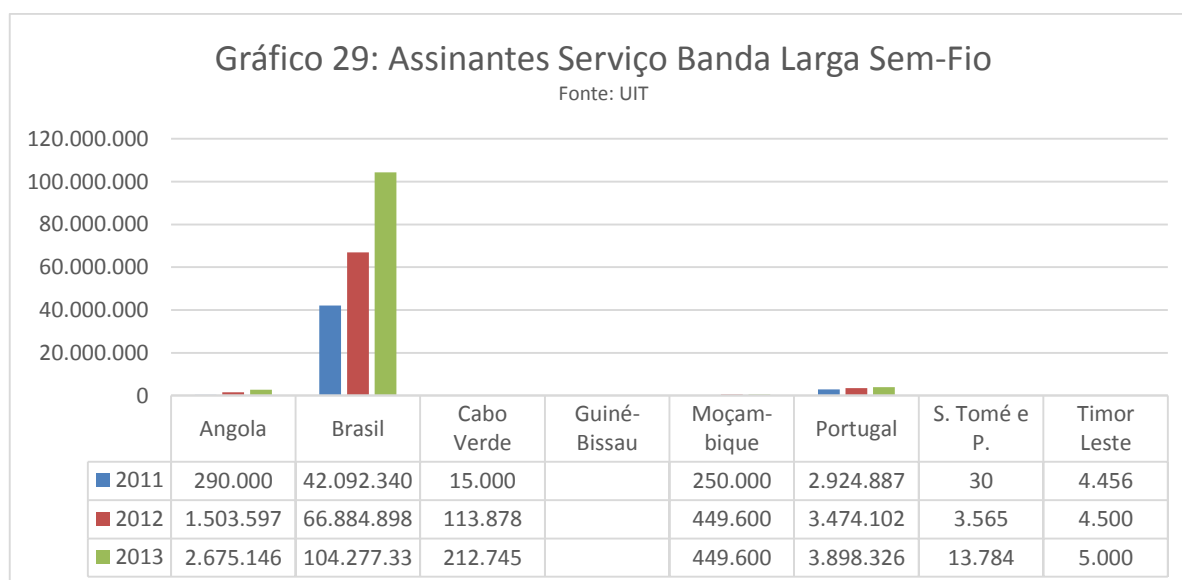


No entanto, pelo Gráfico 28 <sup>(111)</sup>, nota-se que para além do grande impulso neste âmbito, de 2012 para 2013, em Angola e S. Tomé e Príncipe, é Cabo Verde que se destaca ao ultrapassar Portugal pela percentagem da população aderente a este serviço. Esta evolução dever-se-á seguramente à entrada da tecnologia 3G nestes países, aliada a carências de infraestruturas físicas.

<sup>(111)</sup> Informação UIT por subscrição em ICT Indicators 2014

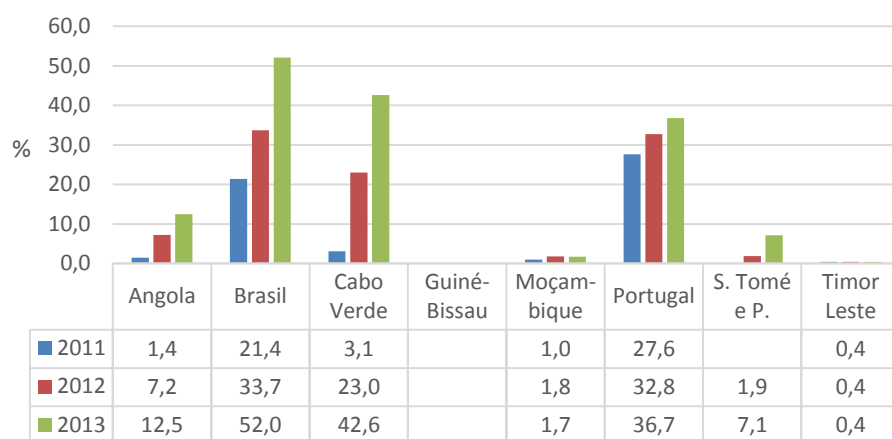


Concluimos com os Assinantes do Serviço de Banda Larga Sem-Fio (Gráfico 29) e seu impacto na população (Gráfico 30), conforme informação UIT <sup>(112)</sup>.



<sup>(112)</sup> *Wireless-broadband subscriptions* - Informação UIT por subscrição em ICT Indicators 2014

Gráfico 30: População (%) com Serviço de Banda Larga Sem-Fio



Ao termo Banda Larga Sem-Fio associam-se receções a velocidades anunciadas não inferiores a 256 kbits/s via satélite, redes fixas terrestres sem-fio e/ou redes móveis terrestres sem-fio (incluindo assinaturas de telemóveis via Protocolo de Internet); não inclui redes *Wi-Fi* de Internet sem-fio já consideradas nas assinaturas de Banda Larga fixa, exceto se acessíveis via operador de serviço de Internet sem-fio.



### III. ANEXOS

#### ANEXO 1 (Lista de operadores em atividade)

##### ANGOLA

(dados de 2011)

##### **Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas**

##### **Operadoras de serviço telefónico fixo**

**Angola Telecom** - Empresa Pública de Telecomunicações de Angola e provedora de telefonia fixa local, de longa distância e internacional.

**Startel** – Operadora de telecomunicações fixas com serviços de transmissão de dados de alta velocidade, acesso à Internet, serviços de VPN (rede de comunicações privada) e soluções VSAT (satélite).

**ITELnet** – Operadora de telefonia fixa.

**MStelecom** – Operadora de rede de serviços fixos de telecomunicações.

**Wezacom** – Operadora de telefonia fixa.

##### **Operadoras de serviço telefónico móvel**

**Movicel** – Presente no mercado angolano desde 2003 enquanto empresa de serviços de Telecomunicações Móveis. O seu serviço está disponível nos principais municípios das 18 províncias do país.

**Unitel** – Serviços móveis de voz e transmissão de dados.

##### **Principais operadores de Internet**

##### **MULTITEL**

**Angola Telecom**

**Startel**

**Movicel**

**Nexus**

**Netangola**

**SNET Angola**

**Netcabo**

## **BRASIL**

### **Empresas em Atividade no Sector das Telecomunicações**

#### **Operadoras de serviço telefónico fixo (Concessionárias)**

**CTBC Telecom**

**Embratel**

**Oi**

**Sercomtel**

**Telesp (TELEFÔNICA)**

Para lista completa de empresas autorizadas, favor consultar:

<http://www.ANATEL.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>

#### **Operadoras de serviço telefónico móvel**

**Claro**

**Vivo**

**Sercomtel Celular**

**TIM**

**Oi**

**Telemig Celular / Amazônia celular**

**CTBC Telecom**

#### **Principais operadores de Internet**

**América Móvil**

**CTBC Telecom**

**GVT Telecom**

**Embratel**

**NET**

**Oi**

**Telefônica/Vivo**

Para lista completa de empresas autorizadas, favor consultar:

<http://sistemas.ANATEL.gov.br/stel/consultas/ListaPrestadorasServico/tela.asp?pNumServico=045>

## **CABO VERDE**

### **Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas**

#### **Operadoras de serviço telefónico fixo**

**CVTelecom** - Cabo Verde Telecom – [www.cvtelecom.cv](http://www.cvtelecom.cv)

**TLC** – Operadora VoiP Fixa e nómada. [www.tlc.cv](http://www.tlc.cv)

#### **Operadoras de serviço telefónico móvel**

**CVMóvel** – Operadora de serviço móvel 2G e 3G. <http://www.cvmovel.cv>

**Unitel T+, Telecomunicações** - Operadora de serviço móvel 2G e 3G.  
<http://www.tmais.cv>

#### **Principais operadores de Internet**

**CVWiFi**, sede na cidade do Mindelo – Prestação de serviço de internet sem fios utilizando uma rede Wi-Fi. Opera apenas na ilha de São Vicente. <http://www.cvwifi.net.cv>

**CABOCOM**, Sede na Cidade de Santa Maria - Prestação de serviço de internet sem fios utilizando uma rede Wi-Fi. Opera apenas na ilha do Sal.

**CVMultimédia**, sede na Cidade da Praia – Prestadora Nacional de serviço de internet através de ADSL e *dial-up* [www.cvmultimedia.cv](http://www.cvmultimedia.cv)

**CVMovel**, sede na cidade da Praia – Prestadora de Serviço de Internet de Banda Larga Móvel. <http://www.cvmovel.cv>

**Unitel T+, Telecomunicações SA**, sede na cidade da Praia- Prestadora de Serviço de Internet de Banda Larga Móvel. <http://www.uniteltmais.cv>

#### **Prestadores de TV por assinatura**

**CVMultimédia**, sede na Cidade da Praia – Prestadora Nacional de serviço de IPTV através de ADSL. [www.cvmultimedia.cv](http://www.cvmultimedia.cv)

**Boom Multimédia**, sede na cidade da Praia - Prestadora Nacional de serviço de TV por assinatura utilizando DVB-T codificado.

#### **Empresas em Atividade no Setor Postal**

**Correios de Cabo Verde SARL** – Sede na cidade da Praia, com balcões em todos os concelhos. É a concessionária da rede postal pública e Prestador de serviço universal.  
<http://www.correios.cv/>

**Praia Express, Lda.** – Sede na Cidade da Praia, representante da UPS em Cabo Verde.

<https://www.facebook.com/pages/PRAIA-Express-Ups/701992376493866>

**DHL Cabo Verde** – Sede na Cidade da Praia

[http://www.dhl.com/en/cv/country\\_profile.html](http://www.dhl.com/en/cv/country_profile.html)

## **GUINÉ-BISSAU**

### **Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas**

#### **Operadoras de serviço telefónico fixo**

**Guiné telecom** - Exploração da rede básica de telecomunicação até 2014;  
Exclusividade de prestação de serviço telefónico até 2011

#### **Operadoras de serviço telefónico móvel**

As licenças para operação de redes e de prestação de serviço – SMCT-GSM foram atribuídas no âmbito de concursos públicos internacionais. O período de vigência da licença é de 10 anos.

<b>ORANGE Bissau SA</b>	(janeiro 2007)
<b>Guinétel SA/GTM</b>	(dezembro 2003)
<b>SPACETEL Guiné-Bissau (MTN)</b>	(junho 2004)

#### **Principais operadores de Internet**

*Wi-Fi, WiMax, GPRS* e ligação por modem

**Guiné Telecom**

**Eguitel Comunicações**

**ORANGE Bissau**

**Spacetel Guiné-Bissau/MTN**

## **MOÇAMBIQUE**

### **Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas**

#### **Operadoras de serviço telefónico fixo**

**TDM - Telecomunicações de Moçambique**

#### **Operadoras de serviço telefónico móvel**

**mcel - Moçambique Celular**

**VM – Vodacom Moçambique**

**Movitel**

#### **Principais operadores de Internet**

**TDM - Telecomunicações de Moçambique**

**Vodacom Moçambique**

**INTRA Lda.**

**mcel – Moçambique Celular**

**TvCabo**

**Teledata**

#### **Empresas em Atividade no Sector Postal**

**Aservice-Afandy Ranchordás & Serviços**

**CAT'S**

**Correios de Moçambique, E.P.**

**Correio Expresso de Moçambique, SA**

**DHL Moçambique**

**EDMA, LDA.**

**EXPRESSO Carga e Serviços, LDA**

**FLY & Service Express LDA**

**GLOBAL COURIER LDA**

**Global Visa Protocolos, Lda**

**J.J.L. AT. SERVICE, LIMITADA**

**JOHEL Transexpress, LDA.**

**MOZAMBIQUE Courier Service**

**NEMADA EXPRESS LDA.**

**O Karteiro**  
**PANTHERA Expresso, Lda.**  
**PANTHERA Azul LDA.**  
**Portador Diário**  
**ROGERS IDS Correio Internacional, Lda.**  
**SACON, LDA.**  
**SAM-Consultant & Services**  
**SEREPREL, LDA.**  
**SKYNET**  
**Snea-Serviços e Correctores Lda.**  
**SPACE COURIER, LDA.**  
**SUPASWIFT Mozambique Lda.**  
**TUVA Express**  
**VUNA EXPRESS Lda**  
**YAUWALE Investimentos**

## **PORTUGAL**

(Conforme Diretório de Empresas no Setor das Comunicações, de junho de 2013, disponível em <http://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=350724>)

### **Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas – 2.º trimestre de 2013 <sup>(113)</sup>**

**3GNTW – Tecnologias de Informação, Lda.**

**Alcaria – Sistemas de Comunicações, Lda.**

**Amazing Life, Unipessoal, Lda.**

**ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.**

**AR Telecom – Acessos e Redes de Telecomunicações, S.A.**

**Associação de Moradores de Almancil**

**Associação Porto Digital**

**AT&T – Serviços de Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda.**

**ATENA T, S.A.**

**Banda Larga Rural Unipessoal, Lda.**

**Belgacom International Carrier Services (Portugal), S.A.**

**BLOOMBERG FINANCE L.P.**

**BLOOMBERG L.P.**

**BT PORTUGAL – Telecomunicações, Unipessoal, Lda.**

**CABLE & WIRELESS, S.L. (Sucursal em Portugal)**

**CABOVISÃO – Televisão por Cabo, S.A.**

**CGEST, S.A.**

**CGPT, Lda.**

**CHOUDHARY – Comércio de Equipamentos de Telecomunicações, Lda.**

**CJUSPER – Telecomunicações Representações e Serviços, Lda.**

**CLARA.NET PORTUGAL – Telecomunicações, S.A.**

**COGENT COMMUNICATIONS PORTUGAL, LDA.**

**COLT Technology Services, Unipessoal, Lda.**

**Companhia I.B.M. Portuguesa S.A.,**

---

<sup>(113)</sup> Inclui as empresas em atividade nos principais serviços com acompanhamento estatístico trimestral: Serviço Telefónico Fixo, Serviço Telefónico Móvel, Serviço Móvel com Recursos Partilhados, Serviço de Distribuição de TV e Internet (banda larga fixa e móvel), não considerando as redes públicas de comunicações, serviço de postos públicos, serviço de cartões virtuais de chamadas, etc..



**COMSAT – serviços de Satélite, Lda.**  
**Concourse Communications, UK, Ltd.**  
**CTT – Correios de Portugal, S.A.**  
**CYCLOP NET – Informática e Telecomunicações, Lda.**  
**DETECTOR PORTUGAL – serviços de Segurança Privada, Unip., Lda.**  
**EMACOM – Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.**  
**F300 – Fiber Communications, S.A.**  
**FIBROGAL – Comunicações Electrónicas, S.A.**  
**First Rule, S.A.**  
**FLEXIMÉDIA – Serviços e Meios de Informação e Comunicação, Lda.**  
**G9 SA – Telecomunicações, S.A.**  
**GOWIRELESS – Comércio de Equipamentos de Telecomunicações, Unipessoal, Lda.**  
**HEARTPHONE – Comércio de Telecomunicações, Lda.**  
**Hibernia Atlantic Cable Systems Limited**  
**HSIA Hospitality Services Portugal – Serviços de Internet, S.A.**  
**IDT – retail Europe Limited**  
**INDRA – Sistemas Portugal, S.A.**  
**INFONET PORTUGAL – Serviços de Valor Acrescentado, Lda.**  
**IPS – International Prepay Solution AG**  
**IPTV TELECOM – Telecomunicações, S.A.**  
**IRIDIUM ITALIA SRL**  
**IV Response Limited**  
**Kneow, S.A.**  
**KPN Eurorings B.V.**  
**Kubi Wireless S.L.**  
**LAZER Visão Antenas, Lda.**  
**Let's Call – Comunicações, Lda.**  
**Level 3 Communications España S.A.U.**  
**LIVIN – Consultoria e Serviços, Lda.**  
**Lycamobile Portugal, Lda.**  
**MINHOCOM, Gestão de Infra-estruturas de Telecomunicações, EIM**  
**MONEYCALL – serviços de Telecomunicações, Lda.**  
**NFSI Telecom, Lda.**  
**OnAir N.V., Lda.**

**ONITELECOM – Infocomunicações, S.A.**  
**OPTIMUS – Comunicações, S.A.**  
**Orange Business Portugal, S.A.**  
**Palco da Vida – telecomunicações Unipessoal, Lda.**  
**PINKHAIR – Unipessoal, Lda.**  
**PT COMUNICAÇÕES, S.A.**  
**REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.**  
**RENTELECOM – Comunicações, S.A.**  
**REPART – Sistemas de Comunicação de Recursos Partilhados, S.A.**  
**SEMCABO – Soluções em Redes Informáticas, Lda.**  
**Signalhorn Trusted Networks GmbH**  
**SIPTELNET – Soluções Digitais, Unipessoal, Lda.**  
**Skylogic, SpA**  
**STV – Sociedade de Telecomunicações do Vale do Sousa, S.A.**  
**T.M.I. – Telemedia International, Limited – sucursal em Portugal**  
**TATA Communications (Portugal) – Inst. E Manutenção de Redes, Lda.**  
**TELVENT Portugal, S.A.**  
**THOMSON REUTERS (MARKETS) EUROPE, S.A. – Sucursal em Portugal**  
**TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.**  
**T-SYSTEMS ITC IBERIA, S.A. (Sociedade Unipessoal) – Sucursal em Portugal**  
**ULTRASERVE – Consultoria e Apoio Empresarial, Lda.**  
**UNITELDATA – Telecomunicações, S.A.**  
**VALICOM, Gestão de Infra-estruturas de Telecomunicações, EIM**  
**VERIZON PORTUGAL – Sociedade Unipessoal, Lda.**  
**Viasat, Inc**  
**VODAFONE PORTUGAL – Comunicações Pessoais, S.A.**  
**VOXBONE, S.A.**  
**WISEVECTOR – Telecomunicações, Lda.**  
**WORLDBROKER TELECOMUNICAÇÕES – Sociedade de Telecomunicações e Multimédia, Lda. (World Telecom)**  
**ZON TV Cabo Açoreana, S.A.**  
**ZON TV Cabo Madeirense, S.A.**  
**ZON TV Cabo Portugal, S.A.**

**A SUA PRESSA – Recolha, Entrega e Distribuição de Mercadorias, Unipessoal, Lda.**

**ABASTFROTA – Transportes, Lda.**

**ADICIONAL – Distribuição e Gestão Comercial, S.A.**

**Alfa Lisbon – Gestão de Processos de Expedição, Lda.**

**Alfaloc – Transportes, Lda.**

**Alfario Gestão de Soluções Integradas de Transporte, Lda.**

**António Moreira, Unipessoal, Lda.**

**ATLANTICOURIER – Transporte e Entrega de Documentos Unipessoal, Lda.**

**Augusto José Concha Encarnado, Sociedade Unipessoal, Lda.**

**Best Direct, Lda**

**BYALYK Service, Unipessoal, Lda.**

**CHRONOPOST PORTUGAL – Transporte Expresso Internacional, S.A.**

**CityPost, S.A.**

**Códigos Cruzados, Lda.**

**Consigo pelo Mundo Transporte e Entrega de Documentos, Unipessoal, Lda.**

**CTT – Correios de Portugal, S.A.**

**CTT EXPRESSO – Serviços Postais e Logística, S.A.**

**DHL EXPRESS PORTUGAL, Lda.**

**Etapaexpress, Lda.**

**EXPRESSODÃO – Transporte de Mercadorias, Lda.**

**FEDERAL EXPRESS CORPORATION – Sucursal em Portugal**

**FOZPOST – Entrega e Recolha de Encomendas, Lda.**

**General Logistics Systems Portugal, Lda.**

**GIGANTEXPRESS Unipessoal, Lda.**

**Gilberto José Moreira e Silva**

**IBERCOURIER – Serviço de Transporte Urgente, Lda.**

**IBEROMAIL – Correio Internacional, Lda.**

**IBERPERÍMETRO, Lda.**

**Imexco Unipessoal, Lda.**

**JÁESTÁ – Tráfego e Serviços Logísticos, Lda.**

**JOSÉ MANUEL ARAÚJO SILVA – Serviço de Transporte Urgente, Unipessoal, Lda.**

**LEVADO À LETRA – Transportes e Serviços, Lda.**

**LISESPO – Transportes, Lda.**

**LOGISTA – Transportes, Transitários e Pharma, Unipessoal, Lda.**

**LORDTRANS – Transportes Urgentes, Lda.**

**Normaprazo – Transporte Unipessola, Lda.**

**NOTÍCIAS DIRECT – Distribuição ao Domicílio, Lda.**

**Obik Express – Serviço de Transportes, Unipessoal, Lda.**

**Overspeed – Transportes de Correio Expresso, Lda.**

**P. P. EXPRESSO – Transportes de Mercadorias, Lda.**

**Palmilhar Trilhos – Transportes, Unipessoal, Lda.**

**Polientrega, Lda.**

**PORTOMAIL – Transporte de Documentos e Encomendas, Lda.**

**POST CONTACTO, Correio Publicitário, Lda.**

**PRINCEPS – Comércio por Grosso, Lda.**

**RANEXPRESS – Transportes Rodoviários de Mercadorias, Lda.**

**RANGEL EXPRESSO II, S.A.**

**RANGEL EXPRESSO, S.A.**

**S.D.I.M. – Sociedade de Distribuição de Imprensa da Madeira, Lda.**

**TCI – Transporte Courier International, Lda.**

**TNT EXPRESS WORLDWIDE (PORTUGAL) – TRANSITÁRIOS, Transportes e Serviços Complementares, S.A.**

**Tráfego de Letras, Lda.**

**Transalcainça – Transportes, Unipessoal, Lda.**

**Transporta – Transportes Porta a Porta, S.A.**

**Transportes António Garcia & César, Lda.**

**Transportes Azkar (Portugal), Sociedade Unipessoal, Lda.**

**UPS OF PORTUGAL – Transportes Internacionais de Mercadorias, Lda.**

**URBANOS – Distribuição Expresso, Lda.**

**Urbencomenda – Transportes Unipessoal, Lda.**

**Urbexpress – Transportes Expresso, Lda.**

**Variantactiva, Lda.**

**VASP PREMIUM – Entrega Personalizada de Publicações, Lda.**

**Vasta Selecção – Comércio e Serviços, Lda.**

**Vianicle Unipessoal, Lda.**

**Volumes ao Cubo, Courier, Lda.**

## **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

### **Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas**

#### **Operadoras de serviço telefónico fixo**

**CST – Companhia Santomense de Telecomunicações**

#### **Operadoras de serviço telefónico móvel**

**CST – Companhia Santomense de Telecomunicações**

#### **Principais operadores de Internet**

**CST – Companhia Santomense de Telecomunicações**

## **TIMOR LESTE**

### **Empresas em Atividade no Sector das Comunicações Eletrónicas**

#### **Operadoras de serviço telefónico fixo**

**TIMOR TELECOM**

**DIGICEL Pacific Limited (DIGICEL)**

**PT TELEKOMUNIKASI Indonesia International (TELIN)**

#### **Operadoras de serviço telefónico móvel**

**TIMOR TELECOM**

**DIGICEL Pacific Limited (DIGICEL)**

**PT TELEKOMUNIKASI Indonesia International (TELIN)**

#### **Principais operadores de Internet**

**TIMOR TELECOM**

**DIGICEL PACIFIC Limited (DIGICEL)**

**PT TELEKOMUNIKASI Indonesia International (TELIN)**

## **ANEXO 2 (Fontes utilizadas na recolha dos dados apresentados)**

**AGER**, disponível em <http://www.ager-stp.org/>

**ANATEL**, disponível em <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>  
Agência Nacional das Comunicações, Relatório Anual da Anatel – 2013, disponível em <http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=312603&assuntoPublicacao=Relatório%20Anual%202013&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=312603.pdf>

**ANAC**, disponível em [www.anac.cv](http://www.anac.cv)

**ANC**, disponível em <http://anc.tl/>

**ARCTEL-CPLP**, disponível em [www.arctel-cplp.org](http://www.arctel-cplp.org)

**BANCO MUNDIAL**, Informação Fundo Monetário Internacional, UIT e estimativas próprias em <http://www.worldbank.org/>

**ICP-ANACOM, Relatório de Regulação, Supervisão e Outras Atividades 2013**  
[http://www.anacom.pt/streaming/Relatorio\\_Regulacao2013.pdf?contentId=1350152&field=ATTACHED\\_FILE](http://www.anacom.pt/streaming/Relatorio_Regulacao2013.pdf?contentId=1350152&field=ATTACHED_FILE),

**INACOM**, disponível em <http://www.inacom.og.ao>

**INCM**, disponível em <http://www.incm.gov.mz>

**UIT**, ITU World Telecommunication ICT Indicators, 2014 – por subscrição